

Associação Brasileira de Ensino Odontológico

DIRETORIA (2002 a 2006)

Presidente de Honra

Edrízio Barbosa Pinto (PE)

Presidente

Antonio Cesar Perri de Carvalho (DF)

Vice-presidente

Eduardo Gomes Scabra (UFRN)

Secretário Geral

Luciane de Moura Brito (UCB-DF)

1º Secretário

Ana Cristina Barreto Bezerra (DF)

Tesoureiro Geral

Sérgio de Freitas Pedrosa (UCB-DF)

1º Tesoureiro

Lílian Marly de Paula (DF)

Conselho Fiscal

José Galba de Meneses Gomes (UFCE)

Geza Nemeth (DF)

José Aparecido Jam de Melo (SP)

Nelson José Fernandes Graça (UFRJ)

Reinaldo Brito e Dias (SP)

Assessores do Presidente

Alfredo Júlio Fernandes Neto (UFU-MG)

Bruno Frederico Muniz - Faculdade de Odontologia do Recife

Carlos Alberto Conrado (UEM)

José Dilson Vasconcelos de Menezes (UFC)

Orlando Airton de Toledo (UNB)

Roberto Schimer Wilhelm (UNESA)

Comissão de Ensino

Léo Kriger (UTP e PUCPR)

Cresus Vinicius Depes de Gouveia (UFF)

Elaine Bauer Veeck (PUCRS)

Ellen Marise de Oliveira Oletto (UFMG)

Maria Celeste Morita (UNOPAR)

Miguel Carlos Madeira (UMESP)

Omar Zina (UNIVAG)

Comissão de Especialização

Sigmar de Mello Rode (UNIB)

Antonio Fernando Martorelli de Lima (UNICAMP)

Célio Percinoto (UNESP-Araçatuba)

Hilda Maria Montes R. de Souza (UERJ)

José Thadeu Pinheiro (UFPE)

Kátia Regina Hostilho Cervantes Dias (UFRJ)

Luís Fernando Pegoraro (USP-Bauru)

Comissão de Pós-Graduação

Isabela Almeida Pordeus (UFMG)

Adair Luiz Stefanello Busato (ULBRA)

José Carlos Pereira (USP-Bauru)

Lino João da Costa (UFPB)

Nicolau Tortamano (UNIP)

Nilza Pereira da Costa (PUC-RS)

Comissão de Ensino de Nível Médio e de Formação de Pessoal Auxiliar

Vanderlei Luiz Gomes (UFU)

Ângelo Giuseppe Roncalli da Costa Oliveira (UFRN)

Luiza Nakama (UEL)

Maria Beatriz Barreto de Souza Cabral (UFBA)

Maria das Neves Correia (UPE)

Sávio Marcelo Leite Moreira da Silva (UFPR)

Vilma Azevedo da Silva Pereira (UFRJ)

Comissão de Comunicação

José Luiz Lage-Marques (USP) - Editor da Revista da ABENO

Vera Lúcia Silva Resende (UFMG) - Responsável pela home page da ABENO

Cléo Nunes de Souza (UFSC)

Daniel Rey de Carvalho (UCB-DF)

Luísa Isabel Taveira Rocha (UFG)

Nelson Rubens Mendes Loretto (UPE)

SUMÁRIO

v. 2, n. 1, janeiro/dezembro - 2002

EDITORIAL	3
ANAIS DA XXXVII REUNIÃO - 2002	
Diretoria e Coordenação	7
Programação	9
22 de agosto - Apresentação de pôsteres Propostas para o aprimoramento do ensino-aprendizagem na Odontologia	13
23 de agosto - Apresentação de pôsteres Experiências de ensino nas diversas áreas da Odontologia	19
24 de agosto - IV Seminário "Ensinando e Aprendendo em Odontologia" Debatendo formas de melhoria do ensino da Odontologia	27
PROPOSTAS PERMANENTES	
Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Odontologia	31
Análise sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Odontologia	35
Diretrizes da ABENO para a definição do estágio supervisionado nos cursos de Odontologia	39
Subsídios para o projeto pedagógico do curso de Odontologia - I	41
Subsídios para o projeto pedagógico do curso de Odontologia - II	43
Apreciação da ABENO sobre as avaliações do ensino superior promovidas pelo MEC	49
Ética na relação docência, pesquisa e indústria	53
ARTIGOS	
A evolução dos cursos de Odontologia no Brasil Alfredo Júlio Fernandes Neto	55
Desempenho de graduandos de Odontologia no Exame Nacional de Cursos Antonio Cesar Perri de Carvalho, Daniel Rey de Carvalho	57
Gestão acadêmica - complexidade e integração Elza Maria Neffa Vieira de Castro	63
Disciplina de Língua Portuguesa - importância curricular no curso de Odontologia Luciana Corrêa, Sandra Pacca	71
Autoria de trabalhos científicos Bruno das Neves Cavalcanti, Sigmar de Mello Rode, Esther Goldenberg Birman	77
APÊNDICES	
Portarias do Presidente	81
Regimento da Revista	85
Normas para apresentação dos originais	87

Anais da XXXVII Reunião Anual da Associação Brasileira de Ensino Odontológico

Teresópolis - RJ - 20 a 25 de agosto de 2002

DIRETORIA ABENO (1998 a 2002)

Presidente

Alfredo Júlio Fernandes Neto (UFU)

Vice-Presidente

Vanderlei Luís Gomes

Secretário Geral

Sérgio de Freitas Pedrosa (UCB)

1º Secretário

Flávio Domingues Neves

Tesoureiro Geral

Ricardo Alves Prado

1º Tesoureiro

Adérito Soares Mota

Presidente de Honra

Edrízio Barbosa Pinto

Assessores da Presidência

Arnaldo de Almeida Garrocho

Clemente Galvão Neto

José Dilson Vasconcelos de Menezes (UFC)

Manoel Perboyre Gomes Castelo

Orlando Ayrton de Toledo (UCB)

COMISSÃO DE ENSINO

Antonio Cesar Perri de Carvalho

Aymar Pavarini

Carlos Alberto Conrado

Eduardo Gomes Seabra

Elaine Bauer Veeck

Miguel Carlos Madeira

Roberto Schirmer Wilhelm

COMISSÃO DE ESPECIALIZAÇÃO

Adair Luiz Stefanelo Busato

Ana Cristina Barreto Bezerra

Célio Percinoto

Isabela Almeida Pordeus

José Luiz Lage-Marques

Kátia Regina H. Cervantes Dias

Leo Kriger

Luiz Fernando Pegoraro

Maria Carméli Correia Sampaio

Nilza Pereira da Costa

Sigmar de Mello Rode

DIRETORIA ABENO-RJ

Presidente

Cresus Vinicius Depes de Gouvêa (UFF)

Vice-Presidente

Milton dos Santos Jabur (UERJ)

Secretário Geral

Nelson Graça (UFRJ)

1º Secretário

Antonio Jorge Molinaro Coelho (CBMERJ)

Tesoureiro Geral

Nilton Nunes Ramos (RJ)

1º Tesoureiro

Rita de Cássia Martins Moraes (UFF)

Assessores da Presidência

Simone Saldanha Ignácio de Oliveira (UFF)

Mônica Villela Gouvêa (UFF)

Tereza Cristina de Almeida Graça

COORDENAÇÃO GERAL

Cresus Vinicius Depes de Gouvêa (UFF)

Pôsteres

Coordenação

Hilda Maria Montes R. de Souza (UERJ)

Comissão

Miguel Carlos Madeira

Orlando Ayrton de Toledo (UNB)

IV Seminário “Ensinando e Aprendendo em Odontologia”

Coordenador

Daniel de Moraes Telles (UERJ)

Relatores

Eduardo Gomes Seabra (UFRN)

Pedro Alzair Pereira da Costa

Programação da XXXVII Reunião da ABENO, 2002

APRESENTAÇÃO DE PÔSTERES

22 de agosto

- **8h00** Colocação
- **16h30 - 17h30** Avaliação
- **18h00** Retirada

1) O Banco Mundial e a educação superior - pesquisa/ensino

Peret, A. de C. A. e Lima, M. de L. R. de

2) Aquisição de conhecimento através da transformação da experiência: a utilização do Journal of Reflexion na Adelaide University - Austrália

Saliba, N. A., Chiaratto, R. A., Winning, T. A. e Townsend, G.

3) Uma visão do monitor sobre uma ação multidisciplinar

Jardim, M. C. M., Leite, M. L. M. e Soares, J. P. e Rabelo, P. M.

4) A experiência de monitoria na Patologia Bucal

Martins, F. A. P., Lins, B. A. P., Castro, I. C. de S. e Rosa, M. R. D. da

5) Aprender anatomia com métodos lúdicos - Odontologia - UNIPLAC

Mello, G. e Valiati, R.

6) A iniciação científica como instrumento de formação

Beloti, A. M., Sartori, R., Ferreira, P. P. e Pavan, A. J.

7) Estágio curricular extra-muro supervisionado da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto - USP junto aos núcleos distritais do Programa da Saúde da Família (PSF) do Centro de Saúde Escola da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP

Watanabe, M. G. de C., Mattos, M. da G. C. de e Semprini, M.

8) Métodos auxiliares de ensino em Odontologia

Svezut, A. T., Semprini, M., Pardini, L. C. e Rosin, H. R.

9) Avaliação do grau de instrução dos profissionais de Odontologia com relação aos pacientes de terceira idade

Dolavale, L. C., Zanetti, J. R., Correa, A. P. M. e Moraes R. de C. M.

10) Auto-avaliação institucional discente da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Carvalho, Z. e Cormack, E.

11) Utilização do lúdico no aprendizado da disciplina de Odontopediatria - Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO

Silveira, R. da G. e Miasato, J. M.

12) Alunos de Odontologia trabalhando com a técnica de grupos focais e mapas falantes

Freitas, C.

13) O ensino da Anatomia

Sousa, R. A. de, Semprini, M., Chimello, D. T. e Regalo, S. C. H.

14) Principais barreiras do processo ensino-aprendizagem na ótica de professores e alunos do curso de Odontologia da Universidade Federal Fluminense no ano de 2001

Moraes, R. C. M., Calazans, P. M., Luz, S. A. A. e Guimarães Jr., V.

15) Otimização da disciplina de Cariologia através da experiência prática-clínica

Graça, N. F., Ribeiro, A. A.

23 de agosto

- **8h00** Colocação
- **16h30 - 17h30** Avaliação
- **18h00** Retirada

1) Estágio Multidisciplinar Interiorizado (EMI): a experiência do curso de Odontologia da UEPB

Lucas, R. S. C. de C., Castro, M. I. M. de, Sá, L. O. P. D. de e Colaço, T. M. M. de J. M. C.

2) Desempenho de graduandos de Odontologia no Exame Nacional de Cursos. Análise de grupos de cursos com resultados extremos (1997-2001)

Carvalho, D. R. de e Carvalho, A. C. P. de

3) Avaliação do curso de Odontologia (metodologia PBL) na Adelaide University – Austrália, na visão dos acadêmicos

Chiaratto, R. A., Winning, T. A. e Townsend, G. e Saliba, N. A.

4) Odontologia para bebês: integração no ensino e pesquisa nas universidades brasileiras

Percinoto, C., Castro, A. M. de, Pinto, L. M. C. P. e Bergamaschi, M.

5) Atuação de graduandos em Odontologia da FESO junto ao grupo do PSF da Granja Guarany – primeira experiência

Silva, S. dos S., Freitas, F. C. N. de e Miasato, J. M.

6) Disciplina de Educação em Saúde na Odontologia: uma proposta curricular

Graça, N., Gama, V. e Tristão, S.

7) Programa de Educação em Saúde da Disciplina de Saúde Coletiva da FO-Campos

Oliveira, J. L., Pereira, A. A., Saliba, N. A. e Sundefeld, M. L. M. M.

8) Profissionais de Saúde Bucal e seu papel educacional

Loureiro, R. M. T., Dias, M. C., Moimaz, S. A. S. e Arcieri, R. M.

9) Projeto Criando Sorrisos: resgatando a cidadania

Herdy, L. A., Miasato, J. M., Silveira, R. G. e Mattos, R. P.

10) Evasão do ensino superior público

Gouvea, M. V., Oliveira, S. S. I., Gouvea, C. V. D. e Almeida Jr., L. R.

11) Disciplina de Língua Portuguesa

Corrêa, L. e Pacca, S.

12) A importância do ensino da Orientação Profissional aos discentes de Odontologia

Sales Peres, A., Fróes, I. P., Sales Peres, S. H. C. e Martin Filho, G.

13) Proposta de melhoria do ensino de Odontologia – UNIPLAC

Mello, G. e Valiati, R.

14) Projeto Pedagógico – Conselho de Classe

Carvalho, R. P. V. de e Uriarte Neto, M.

15) Política de ensino odontológico para Saúde Coletiva: compromisso de uma escola de Saúde Pública com a gestão do SUS, o caso de ESP/RS

Rocha, C. R., Dockhorn, D. e Ceccin, R. B.

16) Material didático eletrônico aplicado em Histologia e Embriologia da Universidade Braz Cubas: estudo piloto para um projeto de ensino à distância

Pacca, S. R. M de C. e Corrêa, L.

17) Manequim odontológico diferenciado para aulas laboratoriais de anestesia local

Guida, M. H.

IV SEMINÁRIO “ENSINANDO E APRENDENDO EM ODONTOLOGIA”

24 de agosto

• 8h30 - 9h00

1) Implantação da nova grade curricular

Coelho, J. A. M., Ferreira, S. Z. e Sabóia, C.

• 9h00 - 9h30

2) Os desafios da organização curricular por competência

Silva, S. M. L. M. da

• 9h30 - 10h00

3) Análise de instrumentos de avaliação da aprendizagem: uma proposta metodológica para coordenadores e professores

Costa, R. A. H.

• 10h00 - 10h30

4) Proposta de avaliação de Clínica Integrada

Carvalho, D. R. de, Pedrosa, S. de F., Brito, L. de M. e Cavalari, M. C.

• 10h30 - 11h00

5) Conselhos de classe/conselhos de professores: atividades complementares que atuam na melhoria do ensino-aprendizagem. Uma experiência de 5 anos

Mattos, M. da G. C. de e Semprini, M.

• 11h00 - 11h30

6) Programa de Formação Continuada no curso de Odontologia da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Uriarte Neto, M. e Carvalho, R. P. V. de

• 11h30 - 12h00

7) Docência e qualidade de ensino na área de Saúde: um estudo com coordenadores de curso na área de Odontologia

Secco, L. G. e Torralles-Pereira, M. L.

• 12h00 - 12h30

8) A relação ensino e pesquisa nas políticas de educação superior internacionais e nacionais

Peret, A. de C. A.

Trabalhos apresentados na XXXVII Reunião da ABENO, 2002

Propostas para o aprimoramento do ensino-aprendizagem na Odontologia - 22 de agosto de 2002

1) O Banco Mundial e a educação superior - pesquisa/ensino

Peret, A. de C. A*., Lima, M. de L. R. de

• Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Apesquisa tem merecido destaque nas políticas educacionais nacionais e internacionais. Constata-se a influência de organismos internacionais, como o Banco Mundial, na formulação de diretrizes para a educação superior. Diante deste cenário foi desenvolvido um estudo com o objetivo de resgatar e analisar as diretrizes relacionadas ao ensino e a pesquisa nos documentos do Banco Mundial. Esta análise revelou a importância da pesquisa como um fator gerador de novas tecnologias, acumulação de capital e aumento de patentes, o que leva ao crescimento econômico. Entretanto as diretrizes do Banco Mundial para os países emergentes criticam a associação ensino-pesquisa, pois o modelo unificado estaria levando a crise do ensino superior, por ser caro e insustentável pelo Estado. Para superação deste problema é enfatizada a necessidade de diversificação das instituições de educação superior, com algumas priorizando a pesquisa e outras o ensino. Isto posto, surgem questionamentos sobre como se situa a interação entre a produção de conhecimento (pesquisa) e sua socialização no ensino de graduação; e quais tipos de pesquisas têm sido desenvolvidas e como estas interagem com a formação de professores. Indagações como estas tornam-se importantes quando observamos o atual estágio de expansão da graduação e da pós-graduação brasileiras.

2) Aquisição de conhecimento através da transformação da experiência: a utilização do Journal of Reflexion na Adelaide University – Austrália

Saliba, N. A.*, Chiaratto, R. A., Winning, T. A., Townsend, G.

• Universidade Estadual Paulista – UNIP

Muito tem-se discutido e pesquisado sobre novas formas de avaliação, com a finalidade de transformar a prática tradicional para uma mais justa, qualitativa e humanizada. Este trabalho descreve o Journal of Reflexion, uma ferramenta de avaliação utilizada na Adelaide University, que predispõe a reflexão, análise e introspecção por parte dos alunos, que se tornam sujeitos ativos, juntamente com os professores, na tarefa de avaliar. O jornal é uma espécie de diário no qual os alunos expressam dúvidas em relação ao conteúdo, registram opiniões sobre a forma de abordagem do mesmo, sobre o desempenho do professor, descrevem o ambiente de aprendizado e os sentimentos envolvidos na relação ensinar-aprender. Através dele pode-se analisar o processo mental desenvolvido pelos alunos para alcançar ou não o aprendizado, assim como a contribuição do professor para tal. Com a produção do jornal pelo acadêmico e a leitura do mesmo pelo professor, cria-se um espaço para discussão, um clima de sinceridade e cumplicidade, favorecendo o entendimento educador/educando e facilitando o processo ensino-aprendizagem. Portanto, através da reflexão, análise e discussão da experiência sobre o aprender, o conhecimento é recriado e edificado. Conclui-se na análise do Journal of Reflexion que a experiência da Adelaide University mostra não somente uma forma inovadora e humanizada de avaliar, mas também uma forma de o aluno refletir sobre sua aprendizagem, tornando-se e “sentindo-se” elemento ativo neste processo. Apoio financeiro: CAPES, processo BEX 0332/01-1.

* Apresentador(a).

3) Uma visão do monitor sobre uma ação multidisciplinar

Jardim, M. C. M.*, Leite, M. L. M., Soares, J. P., Rabelo, P. M.

• Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Com o intuito de dinamizar o processo ensino-aprendizagem, a monitoria destaca-se como atividade relevante, haja vista que o monitor apresenta-se como elemento chave na relação entre discente e docente, tornando-a mais efetiva. Este trabalho refere-se ao Projeto de Ensino do Departamento de Clínica e Odontologia Social (DCOS), intitulado: “Promoção de Saúde Bucal. Uma Ação Multidisciplinar”, do Programa de Monitoria da UFPB, composto pelas disciplinas de Odontologia Preventiva, Odontologia Social, Patologia Bucal, Semiologia e Radiologia Odontológica I, composto por 17 monitores, entre bolsistas (6) e voluntários (11) e objetiva mostrar a visão do monitor sobre seu importante papel de agente facilitador do binômio ensino-aprendizado.

4) A experiência de monitoria na Patologia Bucal

Martins, F. A. P.*, Lins, B. A. P., Castro, I. C. de S., Rosa M. R. D. da

• Universidade Federal da Paraíba – UFPB

A disciplina de Patologia Bucal abrange atividades teóricas e práticas, sendo ainda realizada em seu laboratório o processamento de biópsias para análise histopatológica. Deste modo, os monitores têm uma vasta atuação, participando de seminários, revisões do conteúdo programático e plantões de dúvidas junto aos discentes. Nas práticas, auxiliam os professores na macroscopia, e nas sessões anátomo-patológicas e microscopia, junto aos alunos. Orientados pelos professores, desenvolveram as pesquisas: Estudo Retrospectivo de Lesões de Tecidos Moles, diagnosticadas no laboratório da disciplina e um Levantamento Epidemiológico de Fisuras Lábio-Palatinas, no Hospital Universitário da UFPB. Enfim, a atuação dos monitores se fundamentada no binômio ensino-pesquisa, contribui sobremaneira para elevar o nível da disciplina e diminuir o índice de reprovação.

5) Aprender Anatomia com métodos lúdicos – Odontologia – UNIPLAC

Mello, G.*, Valiati, R.

• Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC

Visando melhorias no aprendizado das disciplinas de Anatomia Geral e Anatomia Bucal do curso de Odontologia da UNIPLAC - Lages - SC, adotamos técnicas específicas na tentativa de que o acadêmico possa relacionar o estudo teórico com o prático, criando uma fusão do conhecimento anatômico e realmente fixando-o. As disciplinas acima citadas são apresentadas nas primeiras fases do curso, onde o aluno entra no paradigma entre o ensino médio X universidade, apresentando dificuldades de aprendizagem. A Anatomia por se tratar de coleção de dados e as habituais descrições muito pormenorizadas tornam seu aprendizado árido, pouco motivado, além de demandar uma memória prodigiosa (Miguel Carlos Madeira, 2001). Existem inúmeras técnicas específicas para o estudo da Anatomia, mas uma proposta mais dinâmica e criativa, nos mostra aumento de interesse junto às disciplinas e consequentemente significativa melhora nos resultados das avaliações. Utilizamos: produção de modelos em gesso de vários órgãos do corpo utilizados para pintura; dentes com cavidades para preenchimento com cera odontológica; cores para diferenciação de sulcos, arestas, cúspides e os demais elementos anatômicos do dente; produção de hemi-cabeças em acrílico transparente ou branco para pintura; produção de arcadas dentárias em gesso utilizadas para diferenciação do grupos dentais através de cores e tamanhos; seminários, trabalhos em grupo, problemáticas de casos relacionados entre Anatomia e Odontologia com pesquisas de soluções. Através destes métodos lúdicos, esperamos despertar a criatividade, interesse aos alunos na prática do ensino e pesquisa, conscientizando-o que o conhecimento será eterno e não somente momentâneo.

6) A iniciação científica como instrumento de formação

Beloti, A. M.*, Sartori, R., Ferreira, P. P., Pavan, A. J.

• Centro Universitário de Maringá – CESUMAR

A iniciação científica é um instrumento de formação que permite introduzir na pesquisa científica acadêmicos de graduação, colocando-os em contato direto com esta importante atividade acadêmica e permitindo seu engajamento neste processo. Com uma formação acadêmica aperfeiçoada, constata-se um crescimento intelectual do integrante nas

atividades de pesquisa, diferenciando-o daqueles que somente vivenciam o ensino na Instituição. Com objetivo de envolver diretamente o aluno de graduação na pesquisa, o Programa de Iniciação Científica do Cesumar (PICC), tornou-se um elemento de estruturação de recursos humanos, colocando-se como ponto de partida para a formação de novos cientistas e, principalmente, estimulando a produção de novos conhecimentos. Criado em 1997, o PICC vem sendo aperfeiçoado e uma das primeiras ações visando esta melhoria foi a nomeação, em 2000, do Comitê Assessor de Iniciação Científica, composto por mestres e doutores, com objetivo de divulgar, fixar diretrizes, acompanhar e avaliar o Programa. Verificou-se que, com a atuação deste Comitê, houve aumento significativo de projetos de iniciação científica em desenvolvimento na Instituição, representando crescimento de aproximadamente 85%, bem como do número de discentes e docentes envolvidos em atividades de pesquisa. Na área da Saúde, o curso de Odontologia, que contava com apenas um projeto de iniciação científica em 1998, atualmente possui dez projetos que, inclusive, contam com bolsas do Programa. Conclui-se, portanto, que um programa de iniciação científica, acompanhado de um trabalho sério por aqueles que o conduzem, torna a pesquisa uma atividade interessante e fundamental para a comunidade universitária.

7) Estágio curricular extra-muro supervisionado da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto - USP junto aos núcleos distritais do Programa da Saúde da Família (PSF) do Centro de Saúde Escola da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP

Watanabe, M. G. de C.*, Mattos, M. da G. C. de, Semprini, M.

- Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo

O estágio curricular extra-muro supervisionado da FORP - USP junto ao Centro de Saúde Escola (CSE) será uma atividade educativa de ensino-aprendizagem importante para a aplicação dos conhecimentos em ambiente diferente da área da faculdade, para as atividades clínicas, para o desenvolvimento social e para a prática de trabalho em equipe multiprofissional do futuro cirurgião-dentista. Além disso, é um importante meio de inserção da Universidade no sistema prestador de serviços à comunidade, por meio da atenção primária (AP) e saúde da família (SF). Esta atividade tem por objeti-

vo manter, ampliar e atuar junto à área de Saúde Bucal para atenção à população do bairro Sumarezinho da Cidade de Ribeirão Preto - SP de responsabilidade do CSE nos 4 núcleos. Cada grupo terá supervisão técnica de 1 dentista do CSE e do professor responsável pela disciplina de Estágio Supervisionado do CSE-PSF, contando ainda com a participação dos demais membros da equipe lotada nos núcleos.

8) Métodos auxiliares de ensino em Odontologia

Sverzut, A. T.*, Semprini, M., Pardini, L. C., Rosin, H. R.

- Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo

Com o aumento crescente no uso das imagens digitais, Internet e outros meios digitais, o computador em geral vem se tornando cada vez mais indispensável inclusive na área da Saúde. Visando aproveitar todo esse avanço tecnológico os referidos autores elaboraram um CD interativo contendo várias imagens digitais, animações com descrições interativas, e sobreposições radiográficas dentre outras para facilitar o aprendizado não só de alunos de Odontologia como profissionais da área odontológica, aumentando e facilitando o interesse no estudo. O computador tem a propriedade de nos dar ferramentas que auxiliam muito o ensino e o aprendizado, pois nele podemos ter imagens dinâmicas, coisa que o livro não pode nos oferecer. O programa foi feito numa interface totalmente fácil de usar e integrado à Internet, sendo usado como se estivesse navegando na rede mundial, que hoje em dia é um meio de comunicação com o qual temos que nos habituar e vem se tornando imprescindível facilitando muito a comunicação e conseqüentemente o ensino-aprendizado.

9) Avaliação do grau de instrução dos profissionais de Odontologia com relação aos pacientes de terceira idade

Dolavale, L. C.*, Zanetti, J. R., Correa, A. P. M., Moraes, R. de C. M.

- Universidade Federal Fluminense – UFF

A população idosa, considerada como aqueles indivíduos com mais de sessenta anos, compõe hoje o segmento populacional que mais cresce em termos profissionais. Estamos assim, na era dos idosos, devemos como profissionais de Saúde estar preparado para esta nova clientela que necessita de lon-

gevidade com melhor qualidade de vida. Este trabalho objetivou analisar se as instituições formadoras prepararam ou vêm preparando seus alunos para o atendimento desta crescente população. Concluímos que a maioria das instituições formadoras não estabeleceu orientações para o atendimento desta clientela.

10) Auto-avaliação institucional discente da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Carvalho, Z.*; Cormack, E.

• Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Em todos os setores da educação existe a premente necessidade de se realizarem avaliações. Os alunos são constantemente avaliados e aferidos pelo corpo docente para se qualificarem profissionalmente. Entretanto, os professores não são submetidos ao mesmo processo. A fim de verificar a qualidade das atividades técnico-didáticas desenvolvidas pelo corpo docente da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, buscamos, através de questionários anônimos de avaliação, captar a opinião dos discentes. As turmas que cursaram o primeiro e segundo períodos letivos foram avaliadas. Dentre os diversos resultados obtidos, ressaltamos que os alunos iniciam o período letivo com 91% de expectativas positivas ou muito positivas em relação às disciplinas que se inscreveram. Entretanto apenas 42% deles concluem os respectivos períodos considerando as disciplinas cursadas “boas” ou “muito boas”. Concluímos pela adequação do método utilizado, pois o anonimato por parte do aluno assegurou a qualidade e veracidade dos dados obtidos. Verificou-se também que existe uma real necessidade de se realizarem mudanças qualitativas no conteúdo programático, no método didático, e no relacionamento docente-discente em algumas das disciplinas avaliadas.

11) Utilização do lúdico no aprendizado da disciplina de Odontopediatria – Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO

Silveira, R. da G.*; Miasato, J. M.

• Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO

Recentemente passou a fazer parte do conteúdo programático da disciplina de Odontopediatria da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO a apresentação teatral dos alunos para

seus pacientes da clínica. A temática abordada é a promoção de Saúde Bucal, sendo que a escolha dos assuntos-chaves são desenvolvidos pelos alunos através de uma discussão em classe com a participação de todos. O roteiro da apresentação teatral, o tema da peça e a divisão das tarefas são realizados por eles, sendo que esta última dá-se através da descoberta das aptidões pessoais. A utilização do material para a montagem do cenário é feita através da disponibilidade dos meios encontrados, buscando o aproveitamento do material de modo criativo e racional. Durante a montagem desta peça teatral observa-se um maior entrosamento dos alunos através do trabalho em equipe, surgem alguns líderes e também as discordâncias, sendo o debate entre eles promovido de maneira harmônica e equilibrada, de modo que todos participam e mesmo aqueles com mais dificuldades acabam dando a sua parcela de colaboração. Durante os ensaios bem como na apresentação da peça às crianças, os alunos entram em contato com o mundo imaginário infantil através de brincadeiras e representação do ser criança, proporcionando lembrar que já foram criança um dia. Como o objetivo é o público infantil e os atores são amadores, a apresentação visa interagir com a criança na platéia deixando os personagens livres para criar e improvisar diante do inesperado. A entrada no universo infantil vivenciando a criança através desta atividade, tem-nos mostrado um maior aproveitamento do acadêmico na clínica de Odontopediatria, principalmente no diálogo com a criança, há um maior entrosamento e aproximação entre eles e também em relação ao mestre.

12) Alunos de Odontologia trabalhando com a técnica de grupos focais e mapas falantes

Freitas, C.*

• Curso de Odontologia da Fundação Educacional Serra dos Órgãos – FESO

Saúde e qualidade de vida implicam em levar à população as informações e habilidades necessárias ao auto-cuidado. Por este motivo, a comunidade alvo deve ser questionada sobre suas necessidades, prioridades, informada de seus problemas e de suas terapêuticas, sendo motivada a participar ativamente do processo a que nos propomos. A prevenção deve referir-se primeiramente à comunidade, e à enfermidade em segundo plano. Este trabalho tem por objetivo relatar a experiência de alunos de graduação do curso de Odontologia da Fundação Edu-

cional Serra dos Órgãos – FESO, em educação para a saúde bucal, utilizando a técnica de grupo focal e mapas falantes. Primeiramente, os graduandos participaram como público-alvo em sala de aula, e posteriormente como educadores de saúde com a comunidade de alunos do Centro Educacional Serra dos Órgãos (CESO). Em uma aula da disciplina de Odontologia em Saúde Coletiva, a técnica de mapas falantes foi utilizada como metodologia para discussão sobre o tema: Instrumentos e métodos educativos em Saúde Bucal. Em um segundo momento os alunos desenvolveram atividade prática com adolescentes do CESO, buscando uma ação participativa através do uso dos mapas falantes. Os resultados foram encorajadores, os alunos de Odontologia puderam trocar experiências importantes para a formação do profissional que pretende trabalhar dentro dos modernos conceitos de promoção de saúde com a comunidade na qual for exercer sua profissão. Os alunos conseguiram atingir seus objetivos com os adolescentes, produzindo o que podemos chamar de amostra contaminante, que certamente irá contribuir para que aqueles adolescentes que não puderam estar presentes à atividade de grupo, sejam motivados para o auto-cuidado com a saúde bucal.

13) O ensino da Anatomia†

Sousa, R. A. de*, Semprini, M., Chimello, D. T., Regalo, S. C. H.

- Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo

O ensino no campo da Anatomia tem sofrido atualizações diante das exigências para o ensino e aprendizagem junto aos cursos de graduação em Odontologia. Sendo assim, novas ferramentas disponíveis merecem atenção como auxiliares aos métodos de ensino. Os recursos da Internet vieram de modo a facilitar o contato do aluno com o conteúdo ministrado em aula, permitindo uma reflexão posterior sobre o que se apresentou, assim como a possibilidade do contato com o material a qualquer momento e local. Este trabalho foi realizado a partir de nossas observações diante dos alunos do primeiro ano do curso sobre os temas de Neuroanatomia. O trabalho foi desenvolvido utilizando-se imagens de livros consagrados de Anato-

mia, junto a softwares de animação e edição gráfica como o “Gif Animator®” e o “Adobe Photoshop®”, durante o desenvolvimento do PAE-USP. Uma série de alterações na imagem original permitiu um seqüenciamento e a formação de uma apresentação dinâmica, conduzindo assim às mudanças em torno da formação do tubo neural, facilitando o entendimento do conteúdo.

14) Principais barreiras do processo ensino-aprendizagem na ótica de professores e alunos do curso de Odontologia da Universidade Federal Fluminense no ano de 2001

Moraes, R. C. M.*, Calazans, P. M., Luz, S. A. A., Guimarães Jr., V.

- Universidade Federal Fluminense – UFF

O processo ensino-aprendizagem se dá quando o aprendiz é reconhecido pelo outro. Vamos identificar as barreiras do processo ensino-aprendizagem na perspectiva dos alunos e professores. Para isso, utilizou-se como instrumento a coleta de dados através de questionários pré-testados, distribuídos para 96 alunos e 24 professores no primeiro semestre de 2001 do ciclo profissionalizante do curso de Odontologia da Universidade Federal Fluminense – UFF. Foram coletadas pela técnica da análise de conteúdo, verificando-se as respostas que apareceram com maior frequência e por percentuais. Pôde-se observar em relação aos alunos que 32,2%, conseguem identificar barreiras no relacionamento com os professores; 20,8% apenas parcialmente e 47% não as relatam. As mais citadas foram: linguagem inadequada, didática deficiente, ausência de diálogo e de relações afetivas com os professores bem como a falta de interesse dos mesmos na aprendizagem. Quanto aos professores, 20,8% afirmam perceber essas barreiras, 37,5% as percebem parcialmente e 41,6% não as identificam. Afirmam eles que as que interferem na aprendizagem são a falta de interdisciplinaridade, conteúdos programáticos distantes das necessidades reais dos alunos e a desmotivação gerada pelo atual sistema. Pode-se concluir que medidas destinadas a solucionar tais barreiras devam ser tomadas visando otimizar o processo ensino-aprendizagem.

† 2º colocado na categoria pôster.

15) Otimização da disciplina de Cariologia através da experiência prática-clínica

Graça, N. F.*, Ribeiro, A. A.

- Faculdade de Odontologia da Sociedade Pestalozzi do Rio de Janeiro

A disciplina de Cariologia compreende o estudo da doença cárie (DC), a qual afeta as superfícies inertes dos dentes de maneira localizada, culminando com a perda dinâmica de minerais destas. É tarefa primordial a qualquer profissional compreender que esta disciplina é a base de toda a filosofia atual de promoção de saúde, e por que não dizer toda a Odontologia atual. Sendo assim, julgou-se necessário ofertar aos nossos alunos a possibilidade de diferenciá-los no mercado competitivo, através do desenvolvimento clínico da habilidade de diagnosticar esta doença, ainda em estágio inicial, e também saber como preveni-la e/ou tratá-la, de maneira individualizada. Esta clínica tem como objetivos: 1) investigação dos fatores biológicos e não biológicos associados ao desenvolvimento da DC; 2) aprendizado do diagnóstico clínico da DC, seus fatores de risco

e/ou atividade, bem como o aspecto da doença em progressão; 3) aprendizado clínico de métodos preventivos e curativos da doença, através do controle individualizado de biofilme, dieta e uso racional de agentes antimicrobianos e fechamento das cavidades em dentina com cimento de ionômero de vidro. Esta disciplina também educa o paciente, o qual, uma vez controlado e motivado, é encaminhado às demais disciplinas para tratamento das seqüelas da doença. Além de tratamento da DC, os pacientes recebem ainda consultas periódicas de manutenção preventiva, para reforço positivo das técnicas de promoção de saúde bucal desenvolvidas. Dentre as vantagens, destacam-se diferenciação no trato com pacientes, preocupando-se em promover saúde; diminuição dos custos no tratamento, pois os pacientes, uma vez educados, não permanecem necessitando de novos tratamentos da escola, os quais envolvem gasto de material, demanda de funcionários e de tempo, e direcionamento das disciplinas, pois estas não precisariam destinar tempo de sua carga horária para devolver saúde aos seus pacientes, uma vez que estes já a teriam restabelecida.

Trabalhos apresentados na XXXVII Reunião da ABENO, 2002

*Experiências de ensino nas diversas áreas da Odontologia -
23 de agosto de 2002*

1) Estágio Multidisciplinar Interiorizado (EMI): a experiência do curso de Odontologia da UEPB

Lucas, R. S. de C. C.*, Castro, M. I. M. de, Sá, L. O. P. D. de, Colaço, T. M. de J. M. C.

• Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Atenção à saúde da população de grande parte dos municípios brasileiros, tem sido caracterizada como insuficiente, com ações que não contemplam as necessidades demandadas dos usuários do Sistema Único de Saúde. O EMI (Estágio Multidisciplinar Interiorizado) se desenvolve através de um convênio firmado entre a UEPB (Universidade Estadual da Paraíba) e seis municípios paraibanos e tem se consolidado como um importante instrumento, que além de suprir em parte a demanda de atenção à saúde dos usuários do sistema nestes municípios, proporciona aos acadêmicos da área da Saúde, uma experiência diferenciada em atividades multidisciplinares não vivenciadas no âmbito da Instituição Universitária. Cada equipe multidisciplinar, é composta por alunos dos cursos de Odontologia, Farmácia e Bioquímica, Enfermagem, Fisioterapia e Psicologia. O objetivo deste painel é expor a experiência de alunos do curso de Odontologia no Estágio Multidisciplinar Interiorizado, em municípios paraibanos.

2) Desempenho de graduandos de Odontologia no Exame Nacional de Cursos. Análise de grupos de cursos com resultados extremos (1997-2001)

Carvalho, D. R. de*, Carvalho, A. C. P. de

• Universidade Católica de Brasília – UCB e Faculdade de Odontologia do Planalto Central – FOPLAC

Com o objetivo de se estabelecer relação entre os desempenhos extremos no Exame Nacional de Cursos, de 1997 a 2001, com os resultados de algu-

mas questões do questionário-pesquisa – preenchidos pelos graduandos –, relacionadas com condições de ensino e a quantidade de graduandos, foram analisados dois grupos de cursos de Odontologia: a) os dois cursos com cinco conceitos “A” (UnB e UFMS) e os dois cursos com quatro conceitos “A” (USP-Bru e UNESP-SJC); b) os dois cursos com quatro conceitos “E” (UNIG-RJ e UA-AM). Foram utilizados dados disponibilizados pelo INEP/MEC. Concluiu-se que há relação entre desempenho no Exame Nacional de Cursos e as condições de ensino. Os cursos com conceito “A” se diferenciam nas respostas dos graduandos nas questões sobre: equipamentos suficientes (1998 e 1999), apresentação de plano de ensino, disciplinas com conteúdo desequilibrado e atualização do docente. Esse grupo também apresenta menor quantidade de graduandos.

3) Avaliação do curso de Odontologia (metodologia PBL) na Adelaide University – Austrália, na visão dos acadêmicos

Chiaratto, R. A.*, Winning, T. A., Townsend, G., Saliba, N. A.

• Universidade Estadual Paulista – UNIP

Adelaide University é uma das instituições pioneiras na utilização da metodologia PBL. A fim de avaliar o currículo, o programa e a metodologia adotados, a cada semestre, desde 1993, é aplicado um questionário padronizado a todos os alunos do 1º ao 5º ano do curso, para que avaliem: experiência de aprendizagem nos blocos temáticos, aspectos positivos e negativos do curso, volume de trabalho, balanço teoria-prática, tempo para o aprendizado, entre outros. O objetivo deste trabalho é mostrar, através de uma análise longitudinal, o perfil do referido curso, sob a ótica dos alunos, em relação aos tópicos citados. Os resultados mostram que os alunos

* Apresentador(a).

consideram o volume de trabalho tanto maior quanto maior o número de blocos temáticos que têm de cursar. Em relação ao tempo para o aprendizado, julgam que quanto maior o volume de trabalho e o número de blocos temáticos a serem cursados, menos tempo têm para se dedicar ao estudo. Os dados permitem concluir que os alunos tendem a avaliar o volume de trabalho numa proporção maior que os docentes o avaliam, sendo que utilizam o número de blocos temáticos e não o volume de conteúdos abordados para dimensioná-lo. Ainda, destaca-se a importância da utilização sistemática de um questionário padronizado e da relevância da coleta da opinião dos alunos para a avaliação do currículo, já que os mesmos são sujeitos ativos do processo ensino-aprendizagem. Apoio financeiro: CAPES, processo BEX 0332/01-1.

4) Odontologia para bebês: integração no ensino e pesquisa nas universidades brasileiras

Percinoto, C.*, Castro, A. M. de, Pinto, L. M. C. P., Bergamaschi, M.
 • Faculdade de Odontologia de Araçatuba – FOA-UNESP

O objetivo deste trabalho foi avaliar a situação da Odontologia para bebês nas instituições de ensino superior no Brasil, com relação ao atendimento odontológico e sua integração no ensino e pesquisa. Para coleta de dados, utilizou-se um questionário contendo perguntas sobre a existência de programa odontológico para bebês nos cursos de Odontologia, suas características, sua integração no ensino de graduação e pós-graduação e as linhas de pesquisa desenvolvidas. Os questionários foram enviados para as faculdades, baseados nos endereços fornecidos pela ABENO e CFO. Para processamento dos dados, utilizou-se o aplicativo EPI-INFO, versão 6.0. Do total de 117 questionários enviados, houve retorno de 58 (49,57%), onde constatou-se a presença de clínica de bebês nas instituições de 15 estados, com maior concentração nas regiões sudeste e sul. As 58 faculdades avaliadas, 39 (67,2%) possuem programa direcionado ao atendimento de bebês, sendo 22 (38,6%) com instalações próprias. As atividades educativo-preventivas são desenvolvidas em 100% destas instituições. Na graduação, o ensino de Odontologia para bebês é realizado em 46 (79,3%) faculdades, com maior frequência no conteúdo programáti-

co da disciplina de Odontopediatria, e é realizado em 33 (56,9%) cursos de pós-graduação. Com relação à pesquisa, 33 (56,9%) das instituições estão desenvolvendo trabalhos, sendo a cárie dentária e comportamento infantil os temas mais abordados. Concluiu-se que existe uma crescente integração da filosofia e prática da Odontologia para bebês no ensino e pesquisa das universidades brasileiras.

5) Atuação de graduandos em Odontologia da FESO junto ao grupo do PSF da Granja Guarany – primeira experiência

Silva, S. dos S.*, Freitas, F. C. N. de, Miasato, J. M.
 • Fundação Educacional Serra dos Órgãos – FESO

A estratégia do PSF prioriza as ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde de forma integral e contínua. Implantar o PSF significa substituir as práticas tradicionais de assistência, com foco nas doenças, por um novo processo de trabalho comprometido com a solução dos problemas de saúde, a prevenção de doenças e a promoção da qualidade de vida da população. São necessários projetos que priorizem a Promoção de Saúde Bucal sobre a Odontologia Curativa e Restauradora, que ainda está presente no cotidiano dos profissionais de Teresópolis. Logo, é importante a formação de profissionais com este novo perfil. O objetivo é relatar a primeira experiência de acadêmicos de Odontologia da Fundação Educacional Serra dos Órgãos – FESO junto ao PSF de Teresópolis. Este trabalho foi realizado com os alunos da Escola Municipal Sylvio Amaral dos Santos, na Granja Guarany, através de palestras, painéis explicativos e orientação prática de escovação. Cartazes foram fixados no colégio, como reforço educativo. Foram confeccionadas máscaras em forma de dente e pinturas para uso na recreação. Tivemos como resultado uma grande motivação das crianças frente à saúde bucal. Na visão acadêmica, foi importante essa introdução, nos primeiros períodos de graduação, em um programa educativo, apresentando o valor da prevenção e educação para se colher bons resultados. Mesmo com algumas dificuldades encontradas no início da implantação deste projeto, este trabalho serviu como ponto de partida para a formação de futuros profissionais comprometidos com a saúde da população, conhecedores dos problemas da comunidade e afinados com as mudanças sofridas pela saúde pública no Brasil nos últimos anos.

6) Disciplina de Educação em Saúde na Odontologia: uma proposta curricular

Graça, N.*, Gama, V., Tristão, S.

- Faculdade de Odontologia da Sociedade Pestalozzi do Rio de Janeiro

Na perspectiva de promoção de saúde, a Educação em Saúde é identificada como um dos principais instrumentos que podem contribuir para essa conquista. A intenção de se incluir uma disciplina de Educação em Saúde na grade curricular justifica-se diante da necessidade de se formar um profissional de saúde consciente de sua importância também como educador. Entende-se que a inclusão da mesma no 1º período do curso, não pode ser um processo isolado, mas um ponto de partida para que esta perpassasse todas as outras disciplinas da formação acadêmica. Assim, o principal objetivo é sensibilizar o aluno da importância e aplicabilidade da Educação em Saúde, trabalhando-se os determinantes sócio-econômico e culturais que intervêm nesse processo e possibilitar que este contextualize suas ações, consciente de que a saúde bucal faz parte da saúde como um todo. Levar o aluno a perceber que a Odontologia não pode atuar isoladamente. O conteúdo programático é construído a partir dos conhecimentos prévios dos alunos. Elaborado através de discussões em grupos, leituras circulares, estudos dirigidos, pesquisas e apresentações públicas de temas importantes da Educação e da Saúde. Na Escola Experimental Helena Antipoff, para portadores de necessidades especiais, ocorre uma atividade onde os alunos vivenciam suas construções teóricas. Um acompanhamento diário das atividades é realizado no intuito de verificar critérios de envolvimento, participação, criatividade, discernimento clínico, reflexão e relacionamento interpessoal. Essa proposta tem continuidade no 2º período do curso como forma de nova aproximação com as questões abordadas, nova vivência, promovendo maior autonomia e reafirmação de seu papel de educador na saúde.

7) Programa de Educação em Saúde da Disciplina de Saúde Coletiva da FO-Campos

Oliveira, J. L. *, Pereira, A. A., Saliba, N. A., Sundefeld, M. L. M. M.

- Programa de Pós-Graduação em Odontologia Preventiva e Social – FOA-UNESP

Algumas críticas têm sido feitas em relação às práticas tradicionais de Educação em Saúde. O

educando, sujeito social, e maior interessado no processo educativo, na maioria das vezes, fica relegado a segundo plano. E corre-se o risco de tratar os problemas de saúde como se fossem exclusivamente de caráter biológico e individual, promovendo uma educação bancária onde o indivíduo é um mero receptor das informações. A proposta deste trabalho é formular uma metodologia de Educação em Saúde Bucal que contemple o conhecimento dos educandos e o seu ambiente social, de forma problematizadora. Tendo conhecimento do ambiente onde vive o educando – seu contexto familiar – e não apenas considerar o seu ambiente escolar. E a partir dessas considerações, formular uma nova proposição, que estimule a ação e reflexão sobre a realidade e a capacidade de solucionar os problemas, ao invés de armazenar conhecimentos e conceitos, que rapidamente se tornam obsoletos.

8) Profissionais de Saúde Bucal e seu papel educacional

Loureiro, R. M. T. *, Dias, M. C., Moimaz, S. A. S., Arcieri, R. M.

- Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Educação em Saúde é um processo capaz de desenvolver no indivíduo uma consciência crítica, levando-o a transformar hábitos nocivos à saúde em atitudes, que visam promover uma melhor qualidade de vida, além de torná-lo mais responsável com si mesmo. Para conhecê-lo e ajudá-lo nessa mudança, é necessário que o profissional de saúde esteja em contato com a realidade da população em que atua. Essa atitude ressalta a importância exercida pelo educador desenvolvendo ações educativas voltadas para o cotidiano da comunidade, resolvendo os problemas ali encontrados, para que esta venha a obter melhores condições para sua sobrevivência. O objetivo deste trabalho é ressaltar a importância do conhecimento dos processos de aprendizagem em educação pelo profissional de saúde para que com isso possam transmitir um conhecimento de forma clara e objetiva. O processo de ensino e aprendizagem é um instrumento qualitativo, não se tratando do aumento quantitativo de conhecimento, deixando o indivíduo preparado para absorver novas aprendizagens. Como práticas de ações programáticas do Sistema Único de Saúde, a Educação em Saúde não deve ser só compartilhada pelos profissionais, mas também com a população. A maioria dos profissionais de Saúde Bucal receberam uma formação tecnicista da profissão, tendo dificuldades em li-

dar com o processo educativo, que está relacionado com a formação humanista do profissional. Os profissionais que estão envolvidos em programas educativos, às vezes não sabem como promover ações educativas e acabam reproduzindo-as sem que estas estejam de acordo com a realidade da população que está sendo assistida. A implantação de ações educativas racionalmente planejadas são essenciais à saúde da população, sendo assim, é um trabalho extensivo abrangendo todos os profissionais da saúde. Conclui-se que, a tarefa de mudar hábitos através de programas educativos é um processo a médio e longo prazo, sendo necessário além de adoções de medidas que evitem a protelação do problema uma melhor adequação e possível alteração na mudança do currículo dos cursos de Odontologia.

9) Projeto Criando Sorrisos: resgatando a cidadania

Herdy, L. A.*, Miasato, J. M., Silveira, R. G., Mattos, R. P.

- Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO

A Odontologia tem despertado para uma atuação mais abrangente embasada nos conceitos atuais que possibilitam o acompanhamento do indivíduo, desde o período gestacional até a idade adulta. A academia tem um papel fundamental nesta dinâmica pois, além de formar novos profissionais, cria novos educadores. O cirurgião-dentista é antes de tudo um educador. Assim o Projeto Criando Sorrisos em parceria com o Colégio Estadual Gilberto Freire, localizado no bairro Sarapuí em Duque de Caxias - RJ, integra a academia, a escola e a comunidade. A academia representada pelos alunos do oitavo período e professores da disciplina de Odontopediatria da UNIGRANRIO; a escola pelos alunos da primeira a oitava série, professores e funcionários; e a comunidade pelos pais. Desta forma os acadêmicos aplicam os conhecimentos adquiridos na disciplina em atividade extra-muro, possibilitando um contato direto com a população em sua própria realidade. A atuação clínica é baseada na técnica do tratamento restaurador atraumático (TRA) que proporciona ao acadêmico a oportunidade de resgatar o direito da criança para a saúde bucal. Por outro lado, o Projeto através dos professores e funcionários do colégio, cria oportunidades para que o tema saúde bucal seja trabalho em atividades em salas de aula. Através de uma análise qualitativa pode-se observar um grande

sucesso e boa aceitação por parte da escola e comunidade, e em relação aos acadêmicos, um excelente aprimoramento técnico e pessoal para a vida profissional.

10) Evasão do ensino superior público

Gouvea, M. V.*, Oliveira, S. S. I., Gouvea, C. V. D., Almeida Jr., L. R.

- Universidade Federal Fluminense – UFF

A evasão de alunos no ensino superior brasileiro é um problema complexo, que envolve falta de convicção e insatisfação quanto ao curso escolhido e dedicação a outras atividades. Esta pesquisa tem como objetivo verificar o percentual de evasão nos cursos oferecidos pela Universidade Federal Fluminense, destacando este comportamento no curso de Odontologia. Os dados foram obtidos através de levantamento documental. Foi observada evasão para os cursos de Ciências Médicas de 12%, de Estudos Sociais de 12%, de Estudos Gerais de 19% e o Tecnológico de 15%. O curso de Odontologia apresentou evasão de 6%, Medicina de 4% e Enfermagem de 22%. Pode-se concluir que as carreiras da área biomédica que são disputadas no vestibular e tem alto prestígio social apresentam índice de evasão menor que o das outras áreas e igual ao das Ciências Sociais. Cabe destacar que mesmo sendo um curso com alto investimento financeiro, a Odontologia apresenta um baixo índice de evasão, o que reflete na confiança que os alunos depositam na Universidade Federal Fluminense como instituição formadora e no retorno profissional que a Odontologia oferece.

11) Disciplina de Língua Portuguesa†

Corrêa, L.*, Pacca, S.

- Universidade Braz Cubas – UBC

A disciplina de Língua Portuguesa faz parte do currículo obrigatório para todos os alunos ingressantes na Universidade Braz Cubas – UBC. O programa desta disciplina é universal para todos os cursos da UBC e tem como foco principal o desenvolvimento das habilidades do aluno no tocante à leitura e escrita de textos científicos. Para tal, são enfatizados principalmente os princípios de coesão e coerência textuais, bem como tópicos gramaticais direcionados à ortografia e à sintaxe. Em fevereiro de 2002, o programa da disciplina de Língua Portuguesa foi modificado para o curso de Odontologia, tornando essa disciplina mais específica às necessi-

† 1º colocado na categoria pôster.

dades dos alunos da área de Saúde voltados à ciência odontológica. Pela modificação curricular realizada, foi possível detectar as principais falhas apresentadas pelos alunos no tocante à leitura de textos científicos, à interpretação de outras linguagens, principalmente a das imagens, à confecção de textos científicos, à capacidade de interpretação e resolução de questões de provas dissertativas e à anotação de aulas expositivas. O objetivo deste trabalho é apresentar as transformações curriculares realizadas para a detecção das falhas dos alunos em relação à língua portuguesa, elencar metodicamente essas falhas e propor uma nova estrutura curricular para a disciplina de Língua Portuguesa, considerando seu contexto institucional e seu papel no curso de Odontologia.

12) A importância do ensino da Orientação Profissional aos discentes de Odontologia†

Sales Peres, A.*, Fróes, I. P., Sales Peres, S. H. C., Martin Filho, G.

- Disciplina de Orientação Profissional da Faculdade de Odontologia de Bauru – USP

Nossa formação profissional é galgada ao longo de anos, técnica e cientificamente adequada dentro das normas curriculares, onde o aprendiz é cobrado e avaliado pelo seu conhecimento em Odontologia. O presente estudo teve seu início em 1997, envolvendo até o momento da pesquisa dezesseis Estados da Federação e quatro países que formam o Mercosul, perfazendo nas frentes de coleta de dados um total 1.547 cirurgiões-dentistas entrevistados, sempre generalistas com um mínimo de cinco anos e no máximo com dez anos de formado. Torna-se digno de nota ressaltar que, o exercício da Odontologia tem tomado rumo pouco animador para todos, é necessário adaptar-se aos novos tempos que, inegavelmente começa pelo custo-benefício e obrigatoriamente passa pelo consumidor final, hoje muito bem informado e assessorado pelo Código de Defesa do Consumidor, exigindo serviços com mais qualidade. Nós cirurgiões-dentistas não saímos do berço acadêmico preparados para lidar com contas, selecionar funcionários, ou seja, administrar seu próprio negócio, e pior, não se sabe onde e como procurar o paciente. O ensino ofertado ao acadêmico baseia-se única e exclusivamente no paciente, formando um profissional deslocado de uma realidade

de mercado já saturado, onde a preocupação primordial deveria levar a enorme legião de recém-formados ao encontro de sua satisfação profissional. Concluimos que, nas diversas disciplinas o ensino contempla o discente devido à formação prévia do docente, o que não ocorre no estudo da Orientação Profissional. Fato posto corre-se o risco de nutrir o mercado profissional com profissionais de um bom nível, mas incapazes de aliar sucesso profissional e financeiro.

13) Proposta de melhoria do ensino de Odontologia – UNIPLAC

Mello, G.*, Valiati, R.

- Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC

O presente relato visa demonstrar a importância do projeto político pedagógico para o curso de Odontologia da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, visto que a falta dele nos foi possível perceber os grandes desafios que temos no sentido de dar ao nosso curso a qualidade que o mesmo necessita no ensino, pesquisa e extensão. Nossa proposta curricular foi elaborada baseando-se em outros cursos; hoje nosso cotidiano mostra-nos a necessidade de obtermos nossa identidade, buscando características específicas que viessem dar ao curso o diferencial qualitativo; usando planejamento participativo criamos o 1º Encontro de Professores do Curso de Odontologia, em uma proposta de integração e interdisciplinaridade, reunindo corpo docente, com programação pedagógica e social. Os saberes pedagógicos, em si, não modificam a ação de educar, não geram novas práticas. Compete-lhes alargar os conhecimentos que os professores têm de sua ação sobre a própria ação de educar, nos contextos onde se situam. É no confronto e na reflexão sobre as práticas e os saberes pedagógicos, e com base neles, que os professores criam novas práticas (Ivani Fazenda, 1998). Nossos resultados esperados são: implantar fortemente a interdisciplinaridade, planejamento em conjunto do futuro do curso, reestruturar a nova proposta curricular, discutir ementas, carga horária, bibliografias, perfil do curso, do docente e do discente, apontar os principais erros e suas possíveis soluções, métodos de avaliação teóricos e práticos, melhorias na qualidade do ensino, projeto político-pedagógico numa visão ampla.

† 3º colocado na categoria pôster.

14) Projeto Pedagógico – Conselho de Classe

Carvalho, R. P. V. de*, Uriarte Neto, M.

- Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O Projeto Pedagógico do curso de Odontologia tem diagnosticado seus pontos fortes e diferenciais em relação a outros cursos, assim como aspectos que merecem investimento, permitindo a tomada de várias decisões para a melhoria constante da qualidade do processo ensino-aprendizagem. Enquanto instrumento de gestão administrativa e pedagógica pressupõe o envolvimento dos atores que compõem o curso, de maneira consensual e coordenada. O presente trabalho trata de um dos momentos no percurso do desenvolvimento do Projeto Pedagógico, quando discutiu-se a necessidade de resignificação do Conselho de Classe, uma vez que em sua prática, contava somente com a participação dos docentes. A partir de discussões entre a coordenação do curso o corpo docente, neste semestre, de comum acordo, professores e alunos reuniram-se para avaliar o Projeto Pedagógico e o ensino em Odontologia caracterizando um novo momento para o Conselho de Classe. Este aconteceu em três momentos (1º ao 4º, 5º ao 7º, 8º e 9º períodos), e os resultados da percepção pelos atores do processo educacional apontaram a necessidade da realização de uma segunda etapa ao final do semestre e que o progresso e a qualidade no processo ensino-aprendizagem são obtidos mediante um constante compartilhar na construção do conhecimento, das habilidades e competências pessoais e profissionais, validando as intenções traçadas para o mesmo.

15) Política de ensino odontológico para Saúde Coletiva: compromisso de uma escola de Saúde Pública com a gestão do SUS, o caso de ESP/RS

Rocha, C. R. *, Dockhorn, D., Ceccin, R. B.

- Curso de Odontologia da Escola de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul – ESP/RS

A Escola de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul (ESP/RS) é vinculada à Secretaria de Estado da Saúde (SES/RS). Criada em 1962, apenas em 1999 a área de ensino da Odontologia ganha notoriedade na ESP/RS, inclusive com a provisão de filiação à ABENO. A Secretaria da Saúde através da Escola de Saúde Pública estabeleceu a conduta de qualificação do trabalhador em Saúde Bucal pela via da formação em Saúde Bucal/ensino

odontológico. De um lado a qualificação dos profissionais diretamente envolvidos com a produção do cuidado em Saúde Bucal, de outro a qualificação de políticas e serviços para a absorção das demandas de cuidado odontológico. A ESP/RS formulou e desenvolve uma Política de Ensino Odontológico para a Saúde Coletiva: curso de especialização em Odontologia em Saúde Coletiva para cirurgiões-dentistas vinculados ao SUS; curso de aperfeiçoamento para cirurgiões-dentistas e pessoal auxiliar para o atendimento de pessoas com deficiências; inclusão de cirurgiões-dentistas na Residência Integrada em Saúde, ênfase na Atenção Básica em Saúde Coletiva; inclusão dos estudantes de Odontologia no programa acadêmico Vivência-Estágio na Realidade do SUS (VER-SUS/RS), com experiências de aprendizagem sobre gestão do Sistema, controle social em Saúde e realidade da rede de serviços públicos; campo de estágio para acadêmicos de Odontologia no Centro de Saúde-Escola Murialdo, da ESP/RS; realização de cursos descentralizados para a formação de ACD; realização de Ciclos de Atualização por macrorregiões e o incentivo permanente de inclusão das faculdades de Odontologia na composição de Pólo de Educação em Saúde Coletiva, estrutura em formato de comissão de articulação Gestor Estadual do SUS – Instituições de Ensino Superior. Em 2001 a SES/RS, sob coordenação da ESP/RS, criou o projeto de cooperação técnica e financeira com as IES/RS, denominado Formação Solidária em Saúde, resultando em inúmeros projetos locais de capacitação de pessoal para a saúde bucal.

16) Material didático eletrônico aplicado em Histologia e Embriologia da Universidade Braz Cubas: estudo piloto para um projeto de ensino à distância

Pacca, S. R. M. de C. *, Corrêa, L.

- Universidade Braz Cubas – UBC

Diante das dificuldades de aprendizado manifestadas pelos alunos do curso de Odontologia, e com base no alto índice de reprovação nas disciplinas de Histologia e Embriologia e Histologia Buco-Dental, foi desenvolvida uma ferramenta de ensino-aprendizado baseada nos recursos eletrônicos atuais (Internet e CD-ROM). Essa ferramenta constituiu-se em um site de Histologia e Embriologia (www.luciana.correa.nom.br/che), o qual tem como característica principal a interdisciplinaridade entre as Ciências da Saúde, Pedagogia, Linguística, Informática e Editoração Eletrônica. O trabalho enquadra-se em linhas de pesquisa envolvendo ensino à

distância e Internet. O site contém informações e material didático referentes aos tópicos abordados em aulas teóricas e práticas, construídos de forma a aproximar a linguagem do professor à do aluno. O objetivo deste trabalho é apresentar a metodologia de criação desse tipo de ferramenta no contexto universitário, bem como descrever o impacto desse recurso sobre o corpo discente e o panorama institucional. Esse impacto foi analisado a partir do levantamento de dados de questionário entregue aos alunos e da tabulação de notas semestrais, com o intuito de se obterem indicadores de desempenho escolar.

17) Manequim odontológico diferenciado para aulas laboratoriais de anestesia local

Guida, M. H.*

- FONF e Fundação Educacional Serra dos Órgãos – FESO

O ato de anestésiar no exercício da Odontologia é hoje um procedimento comum a todas especialidades. Observa-se que para obter-se uma anestesia satisfatória a nível do bloqueio de um nervo, um dos fatores de grande importância para este sucesso, está relacionado com o conhecimento das bases anatômicas e das técnicas anestésicas, juntamente com o seu aparato tecnológico.

A prática da anestesia local passa por um longo

aprendizado no curso de Odontologia. É iniciado com as aulas de Anatomia, passando pela Fisiologia, Farmacologia, chegando à disciplina de Anestesiologia que irá utilizar aqueles conhecimentos para culminar com a prescrição da solução anestésica e a aplicação das diversificadas técnicas para o devido controle da dor. O desejado sucesso no emprego dos conhecimentos necessários a esse exercício, implica no discernimento necessário à escolha de cada uma das técnicas, assim como, o seu domínio.

Com o uso do manequim odontológico estas técnicas podem ser executadas quantas vezes o aluno desejar, utilizando-se do mesmo equipamento necessário a qualquer procedimento anestésico para a clínica odontológica-cirúrgica.

Torna-se relevante assinalar que obtendo-se o índice de acerto e de erros no exercício repetido, o acadêmico tem a possibilidade de adquirir o domínio condicionado ao uso da seringa e agulha, ao mesmo tempo que supera o grau de dificuldade comum a qualquer iniciante nestas técnicas.

Os autores elaboraram uma proposta, para facilitar o aprendizado e treinamento das diversas técnicas anestésicas. Consideraram a possibilidade do uso auxiliar de manequim odontológico diferenciado, onde o aluno acadêmico em aulas de laboratório, pode utilizar o equipamento de anestesia local e perceber erros e acertos da sua prática.

IV Seminário “Ensinando e Aprendendo em Odontologia”

*Debatendo formas de melhoria do ensino da Odontologia -
24 de agosto de 2002*

1) Implantação da nova grade curricular

Coelho, A. J. M.*, Ferreira, S. Z., Sabóia, C.

• Universidade Severino Sombra – USS

Os autores apresentam o projeto de implantação de uma nova grade curricular, no curso de Odontologia da Universidade Severino Sombra a partir de janeiro de 2003, caracterizado pela distribuição dos conteúdos em disciplinas macroprogramáticas, procurando proporcionar ao aluno uma aprendizagem no método do Aprender Fazendo. Um dos pontos que gostaríamos de salientar é a preocupação de evitarmos que as disciplinas das matérias profissionalizantes sejam fragmentadas, conforme as especialidades odontológicas. Os conteúdos das matérias básicas são ministradas nas disciplinas macroprogramáticas Morfofisiologia I, II e III, Fisiopatologia e Terapêutica I, II, III, IV, V e VI e Biologia Oral I, II, III, IV, V e VI distribuídas nos diferentes períodos. Buscamos, ainda: uma redução no número das disciplinas por semestre, evitando que o aluno no período de avaliação fique tenso devido ao grande número de provas; como o conteúdo das disciplinas integra várias especialidades as questões serão mais trabalhadas, obrigando do aluno uma resposta multi-especialidade; evitar que os alunos precocemente, após cursarem uma disciplina clínica, concluam já, que esta será a sua área. O projeto teve início após uma avaliação interna com alunos e professores, gerenciado pelo colegiado do curso. Feita a análise da avaliação, propusemos este novo modelo curricular ao colegiado. No momento, estamos ajustando os conteúdos e conversando com os professores.

2) Os desafios da organização curricular por competência

Silva, S. M. L. M. da*

• Universidade Federal do Paraná – UFPR

Competência não é apenas saber fazer um procedimento ou elaborar um produto, deve também ser vista como o conjunto de habilidades que possibilita o planejamento, a avaliação, criação e a execução do processo, interpretando suas variáveis e prevendo resultados. Uma organização curricular por competência é, sobretudo, uma mudança de paradigmas. A escola que não estiver aberta a remodelações orgânicas não terá sucesso. Não só o papel, mas também o comportamento do professor deve mudar. O currículo transforma-se e o enfoque sobre conhecimento se modifica. As disciplinas desaparecem e as áreas básicas e profissionalizantes se integram numa nova sequência de conteúdos. O currículo se agiliza e a interdisciplinaridade realmente acontece, não mais pela interseção de conteúdos, mas por uma fusão literal destes. A operacionalização talvez seja o mais difícil dentro deste processo. É preciso que uma nova dinâmica didática seja estabelecida e todos se preparem para isso. Professores reciclam-se pedagogicamente, alunos preparam-se para uma nova forma de abordagem. Todos trabalharão em função de um programa definido localmente e com ampla participação dos envolvidos. Deve-se, sobretudo, estabelecer um período de transição, no qual serão corrigidos alguns pontos que, apesar de planejados, na prática não funcionaram. A Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná aceitou o desafio de ser pioneira nesta nova experiência. O curso técnico em Prótese odontológica, junto com os demais, vem desenvolvendo, desde o princípio do ano letivo de 2001, um currículo por competência e podemos afirmar que é possível transformar o ensino odontológico utilizando um método ágil, eficiente, flexível, profissionalizante e altamente científico.

* Apresentador(a).

3) Análise de instrumentos de avaliação da aprendizagem: uma proposta metodológica para coordenadores e professores

Costa, R. A. H.*

- Universidade Veiga de Almeida – UVA

Dentre as distintas formas de avaliação da aprendizagem escolar, as provas escritas, por atavismo e por razões operacionais, ainda constituem o instrumento mais comumente utilizado, principalmente para avaliação dos objetivos no domínio cognitivo. Compreendendo que a avaliação da aprendizagem está diretamente vinculada ao processo educativo, percebe-se que sua essência deve contemplar a verificação do cumprimento dos objetivos terminais da disciplina em questão, à luz das diretrizes filosóficas do curso, manifestas em seu projeto pedagógico; sendo estes, também, os determinantes da sua forma. Compete, pois, à coordenação pedagógica e aos professores o acompanhamento sistemático das características assumidas pelos instrumentos de avaliação adotados, entendendo serem indicadores relevantes de inúmeros aspectos, entre outros, da coerência entre os objetivos das disciplinas e os objetivos do curso e da adequação do sistema de avaliação à concepção do curso. O referido acompanhamento demanda rigor científico e, neste sentido, cumpre-se a função precípua deste trabalho, qual seja, a de divulgar uma proposta metodológica para análise dos instrumentos de avaliação da aprendizagem, especificamente, das provas escritas. Tal proposta fundamenta-se na aplicação da análise de conteúdo (BARDIN, 1995) sobre as questões e gabaritos das provas escritas realizadas, promovendo sua categorização nos seis níveis do domínio cognitivo, segundo a classificação taxionômica de BLOOM *et al.* (1952). Os resultados da experimentação desta metodologia no curso de Odontologia da Universidade Veiga de Almeida são discutidos em perspectiva meta-avaliativa.

4) Proposta de avaliação de Clínica Integrada

Carvalho, D. R. de *, Pedrosa, S. de F., Brito, L. de M., Cavalari, M. C.

- Universidade Católica de Brasília – UCB

A proposta mais atual de currículo dos cursos de Odontologia é da instituição de clínicas integradas o mais cedo possível dentro do contexto das clínicas odontológicas. Para tanto, houve a necessidade da criação de um sistema de avaliação dos alu-

nos, que também fosse integrado, ou seja, avaliasse o desempenho do aluno independente do procedimento que estivesse fazendo e independente da área da Odontologia a que pertencesse esse procedimento. Com esse objetivo, o curso de Odontologia da Universidade Católica de Brasília apresenta um sistema de notas que atende a esses quesitos. O sistema criado independe da disciplina que estará avaliando o aluno, visto que compõem a Clínica Integrada professores de disciplinas distintas. O aluno, dentro da Clínica Integrada, terá três notas ao final do semestre, que somadas deverão ser igual ou superior a sete: nota de clínica, nota de prova e nota de conceito. A nota de clínica será diária e avaliada sob três quesitos: conduta, material e procedimento, com peso 6 (seis). A nota de prova refere-se à média das notas das provas escritas realizadas dentro da Clínica Integrada (número de provas podendo variar conforme necessidade), com peso 3 (três). A nota de conceito será única ao final do semestre e obtida de acordo com o desempenho do aluno no transcorrer do mesmo e terá peso 1 (um). Desta maneira, o aluno terá condições de saber exatamente em qual quesito há necessidade de melhoria, e o professor terá condições de se justificar com mais critérios de avaliação, favorecendo um sistema de avaliação mais claro e justo.

5) Conselhos de classe/conselhos de professores: atividades complementares que atuam na melhoria do ensino-aprendizagem. Uma experiência de 5 anos.

Mattos, M. da G. C. de*, Semprini, M.

- Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto – FORP-USP

O conselho de classe é uma atividade ligada à Comissão de Graduação (CG) da FORP-USP que vem sendo desenvolvida desde 1998, foi criada por Portaria do diretor da unidade com a finalidade de melhorar o relacionamento aluno/professor, aluno/paciente e aluno/escola. Este conselho é formado por representantes dos alunos de cada ano do curso, CG, responsáveis por disciplina e professores citados nos relatórios entregues à CG pelos alunos. Nas reuniões foram apontados problemas de todas as ordens, que discutidos com a comunidade forpiana, direção da Unidade proporcionaram resultados de excelência. Tais resultados incentivaram os docentes da Unidade a participar do conselho de professores, criado pela CG. No conselho de professor são discutidos assuntos tais como: qualidade do ensi-

no de graduação, avaliação institucional realizado pelo Conselho de Graduação da USP, avaliação continuada aplicada pela CG da FORP, projeto Integrado para melhoria da graduação desenvolvido entre as Unidades da USP do Campus Administrativo de Ribeirão Preto, valorização das atividades de graduação no processo de avaliação docente e ainda, é aberto um fórum de discussão sobre graduação.

6) Programa de Formação Continuada no curso de Odontologia da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI†

Uriarte Neto, M.*, Carvalho, R. P. V. de

• Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

O presente trabalho relata a experiência de desenvolvimento do Programa de Formação Continuada no curso de Odontologia da UNIVALI, relativos aos módulos I a IV, cujos conteúdos apresentam os seguintes assuntos: organização da Universidade; relação do projeto pedagógico com a elaboração dos programas das disciplinas e respectivos planos de ensino; proposta de conhecimento e seleção, pelos professores na formação e aprendizagem. Participaram do programa de formação continuada, em média, 90% dos professores do curso de Odontologia, que durante sessenta horas, desenvolveram estudos, reflexões e discussões sobre a sua prática pedagógica e a docência em Odontologia. Destacamos no texto, a dinâmica de construção do conhecimento sobre a docência em Odontologia, apontado pelos professores participantes. Os resultados da avaliação realizada pelos professores indicam que o Programa de Formação Continuada oferecido pela UNIVALI é imprescindível para a construção da competência docente para a qualificação do processo ensino-aprendizagem, e como maneira de diferenciar o curso de Odontologia dentro e fora da UNIVALI.

7) Docência e qualidade de ensino na área de Saúde: um estudo com coordenadores de curso na área de Odontologia

Secco, L. G.*, Toralles-Pereira, M. L.

• Faculdade de Medicina de Botucatu – FMB-UNESP

Investiga-se as concepções de qualidade de ensino universitário de professores que atuam na área de

Odontologia. Esta proposta justifica-se pelos desafios que se colocam à prática docente nas instituições de ensino superior para contemplar as novas demandas da formação profissional na área de Odontologia, orientada para a promoção da saúde e consciência da necessidade da educação continuada. O universo da pesquisa são os coordenadores de curso de graduação das faculdades de Odontologia do estado de São Paulo que possuem pós-graduação *strictu-sensu*. Para levantar os dados, utiliza-se questionário, contendo perguntas abertas e fechadas, elaborado e testado pela Faculdade de Santiago de Compostela, Espanha. Mediante análise quantitativa e qualitativa, propõe-se interpretar essas concepções à luz da teoria estudada, procurando compreendê-las a partir de três dimensões inerentes à prática docente na universidade: a dimensão pedagógica, epistemológica e político-estrutural. Articulado a outras pesquisas sobre a qualidade no ensino superior e formação docente (MOROSINI *et al.*, 1999; TORALLES-PEREIRA e FORESTI, 2000), o presente trabalho pretende contribuir para o debate, trazendo dados que levem a uma reflexão na área de Odontologia, especialmente neste momento em que se faz necessário buscar caminhos para desenvolver projetos voltados para a profissionalização da docência universitária. Para tanto, elege-se a pós-graduação como um dos espaços privilegiados da educação continuada onde esse debate poderá desenvolver-se.

8) A relação ensino e pesquisa nas políticas de educação superior internacionais e nacionais

Peret, A. de C. A.*

• Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

A educação superior tem merecido destaque nas políticas educacionais internacionais e nacionais, sendo a relação ensino e pesquisa um dos elementos-chave destas políticas. Relata-se que o sistema federal de ensino encontra-se em crise por não absorver a demanda de estudantes e também por não prepará-los adequadamente para o mercado. Estes problemas estariam relacionados ao modelo unificado de universidade de pesquisa, que é caro e insustentável pelo Estado. Para superação destes problemas tem sido defendida a proposta de que as instituições têm vocações diferentes, sendo umas voltadas para a ênfase pesquisa/conhecimento e tec-

† Vencedor do IV Seminário.

nologias, estando outras destinadas à formação geral do homem e ao ensino. A separação entre o ensino e a pesquisa incluiria a diversificação das instituições de ensino superior, ou seja, a associação ensino/pesquisa estando restrita a apenas algumas instituições e não à maioria delas. Este princípio tem sido defendido por organismos internacionais, como o Banco Mundial, e por políticas educacionais brasileiras. Diante desta tendência atual de separação do ensino da pesquisa surgem algumas preocu-

pações em relação à formação dos nossos universitários. Não se estará privilegiando o ensino conservador voltado para a transmissão de conhecimento e desenvolvimento profissional? Este modelo de ensino, afastado da prática da pesquisa, limitará o espaço para a formação de profissionais críticos, mais preparados para acompanhar as rápidas mudanças da sociedade. Esta discussão faz-se necessária diante do quadro atual de expansão do número de cursos de Odontologia.

Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Odontologia

1. PERFIL DO FORMANDO EGRESSO/PROFISSIONAL

Cirurgião-dentista, profissional generalista, humanista, crítico e reflexivo, para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor técnico e científico. Capacitado ao exercício de atividades referentes à saúde bucal da população, pautado em princípios éticos, legais e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade.

2. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES Competências gerais

Atenção à saúde: os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto a nível individual como coletivo.

Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir habilidades para avaliar, sistematizar e decidir a conduta mais apropriada.

Comunicação: os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação.

Liderança: no trabalho em equipe multiprofissio-

nal, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz.

Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde.

Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a educação e o treinamento/stágios das futuras gerações de profissionais, não apenas transmitindo conhecimentos, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços.

Competências e habilidades específicas

O curso de graduação em Odontologia deve assegurar, também, a formação de profissionais com competências e habilidades específicas para:

- respeitar os princípios éticos e legais inerentes ao exercício profissional;
- atuar em todos os níveis de atenção à saúde, integrando-se em programas de promoção, manutenção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, sensibilizados e comprometidos com o ser humano, respeitando-o e valorizando-o;
- atuar multiprofissionalmente, interdisciplinarmente e transdisciplinarmente com extrema produtividade na promoção da saúde baseado na convicção científica, de cidadania e de ética;
- reconhecer a saúde como direito e condições dignas de vida e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

- exercer sua profissão de forma articulada ao contexto social, entendendo-a como uma forma de participação e contribuição social;
 - conhecer métodos e técnicas de investigação e elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos;
 - desenvolver assistência odontológica individual e coletiva;
 - identificar em pacientes e em grupos populacionais as doenças e distúrbios buco-maxilo-faciais e realizar procedimentos adequados para suas investigações, prevenção, tratamento e controle;
 - cumprir investigações básicas e procedimentos operatórios;
 - promover a saúde bucal e prevenir doenças e distúrbios bucais;
 - comunicar e trabalhar efetivamente com pacientes, trabalhadores da área da saúde e outros indivíduos relevantes, grupos e organizações;
 - obter e eficientemente gravar informações confiáveis e avaliá-las objetivamente;
 - aplicar conhecimentos e compreensão de outros aspectos de cuidados de saúde na busca de soluções mais adequadas para os problemas clínicos no interesse de ambos, o indivíduo e a comunidade;
 - analisar e interpretar os resultados de relevantes pesquisas experimentais, epidemiológicas e clínicas;
 - organizar, manusear e avaliar recursos de cuidados de saúde efetiva e eficientemente;
 - aplicar conhecimentos de saúde bucal, de doenças e tópicos relacionados no melhor interesse do indivíduo e da comunidade;
 - participar em educação continuada relativa a saúde bucal e doenças como um componente da obrigação profissional e manter espírito crítico, mas aberto a novas informações;
 - participar de investigações científicas sobre doenças e saúde bucal e estar preparado para aplicar os resultados de pesquisas para os cuidados de saúde;
 - buscar melhorar a percepção e providenciar soluções para os problemas de saúde bucal e áreas relacionadas e necessidades globais da comunidade;
 - manter reconhecido padrão de ética profissional e conduta, e aplicá-lo em todos os aspectos da vida profissional;
 - estar ciente das regras dos trabalhadores da área da saúde bucal na sociedade e ter responsabilidade pessoal para com tais regras;
 - reconhecer suas limitações e estar adaptado e flexível face às mudanças circunstanciais;
 - colher, observar e interpretar dados para a construção do diagnóstico;
 - identificar as afecções buco-maxilo-faciais prevalentes;
 - desenvolver raciocínio lógico e análise crítica;
 - propor e executar planos de tratamento adequados;
 - realizar a preservação da saúde bucal;
 - comunicar-se com pacientes, com profissionais da saúde e com a comunidade em geral;
 - trabalhar em equipes interdisciplinares e atuar como agente de promoção de saúde;
 - planejar e administrar serviços de saúde comunitária;
 - acompanhar e incorporar inovações tecnológicas (informática, novos materiais, biotecnologia) no exercício da profissão.
- A formação do cirurgião-dentista deverá contemplar o sistema de saúde vigente no país, a atenção integral da saúde num sistema regionalizado e hierarquizado de referência e contra-referência e o trabalho em equipe.

3. CONTEÚDOS CURRICULARES

Os conteúdos essenciais para o curso de graduação em Odontologia devem estar relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional. Os conteúdos devem contemplar:

Ciências Biológicas e da Saúde: incluem-se os conteúdos (teóricos e práticos) de base moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, aplicados às situações decorrentes do processo saúde-doença no desenvolvimento da prática assistencial de Odontologia.

Ciências Humanas e Sociais: incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença.

Ciências Odontológicas: incluem-se os conteúdos (teóricos e práticos) de:

- Propedêutica clínica, onde serão ministrados conhecimentos de Patologia Bucal, Semiologia e Radiologia.
- Clínica odontológica, onde serão ministrados co-

nhcimentos de Materiais Dentários, Oclusão, Dentística, Endodontia, Periodontia, Prótese, Implantodontia, Cirurgia e Traumatologia buco-maxilo-faciais.

- Odontologia pediátrica, onde serão ministrados conhecimentos de Patologia, clínica odontopediátrica e de medidas ortodônticas preventivas.

4. ESTÁGIOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Estágio curricular

A formação do cirurgião-dentista deve garantir o desenvolvimento de estágios curriculares, sob a supervisão do docente. Este estágio deverá ser desenvolvido de forma articulada e com complexidade crescente ao longo do processo de formação. A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá atingir 20% da carga horária mínima do curso de graduação em Odontologia proposto, com base no Parecer/Resolução específico da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Atividades complementares

As atividades complementares deverão ser incrementadas durante todo o curso de graduação em Odontologia e as Instituições de Ensino Superior deverão criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes presenciais e/ou à distância.

Podem ser reconhecidos:

- monitorias e estágios;
- programas de iniciação científica;
- programas de extensão;
- estudos complementares;
- cursos realizados em outras áreas afins.

5. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

O curso de graduação em Odontologia deverá ter um projeto pedagógico, construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador do processo ensino-aprendizagem.

Este projeto pedagógico deverá buscar a formação integral e adequada do estudante através de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência.

As Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico deverão orientar o currículo do curso de graduação em Odontologia para um perfil acadêmico e profissional do egresso. Este currículo deverá contri-

buir, também, para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural.

A organização do curso de graduação em Odontologia deverá ser definida pelo respectivo colegiado do curso, que indicará o regime: seriado anual, seriado semestral, sistema de créditos ou modular.

Para a conclusão do curso de graduação em Odontologia, o aluno deverá elaborar um trabalho sob orientação docente.

A estrutura do curso de graduação em Odontologia deverá:

- estabelecer com clareza aquilo que se deseja obter como um perfil do profissional integral; na sua elaboração, substituir a decisão pessoal pela coletiva. Deverá explicitar como objetivos gerais: a definição do perfil do sujeito a ser formado, envolvendo dimensões cognitivas, afetivas, psicomotoras, nas seguintes áreas:
 - formação geral: conhecimentos e atitudes relevantes para a formação científico-cultural do aluno;
 - formação profissional: capacidades relativas às ocupações correspondentes;
 - cidadania: atitudes e valores correspondentes à ética profissional e ao compromisso com a sociedade;
- aproximar o conhecimento básico da sua utilização clínica; viabilização pela integração curricular;
- utilizar metodologias de ensino/aprendizagem que permitam a participação ativa dos alunos neste processo e a integração dos conhecimentos das ciências básicas com os das ciências clínicas e, instituir programas de iniciação científica como método de aprendizagem; é importante e conveniente que a estrutura curricular do curso, preservada a sua articulação, contemple mecanismos capazes de lhe conferir um grau de flexibilidade que permita ao estudante desenvolver/trabalhar vocações, interesses e potenciais específicos (individuais).

6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A implantação e desenvolvimento das diretrizes curriculares de Odontologia deverão ser acompanhados e permanentemente avaliados, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários a sua contextualização e aperfeiçoamento.

As avaliações dos alunos deverão basear-se nas competências, habilidades e conteúdos curriculares

desenvolvidos tendo como referência as Diretrizes Curriculares.

O curso de graduação em Odontologia deverá utilizar metodologias e critérios para acompanha-

mento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso, em consonância com o sistema de avaliação definido pela IES à qual pertence. ■

Análise sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Odontologia

APRESENTAÇÃO

Elaboração da Proposta

O Conselho Nacional de Educação (CNE), utilizando suas atribuições, tem deliberado sobre as diretrizes curriculares para os cursos de graduação, definindo um nível de generalidade para todos os cursos, que ampliam a margem de flexibilidade dos currículos e de autonomia das Instituições de Ensino Superior (IES).

O CNE também definiu parâmetros comuns para os cursos da área da saúde com o objetivo de reforçar nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Saúde a articulação entre a educação superior e a saúde.

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Odontologia, aprovadas pelo CNE (Parecer da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CNE/CES nº 1.300/01, de 06/11/2001; Resolução CNE/CES nº 3, de 19/02/02, publicada no Diário Oficial da União de 04/03/02), ganham em amplitude de definições gerais e de flexibilidade.

À vista dessa Resolução apresentar características gerais, abrangentes e com grande margem de flexibilidade, a Associação Brasileira de Ensino Odontológico elaborou algumas recomendações para a implementação das referidas diretrizes, divulgando-as junto aos cursos e em reunião paralela ao 20º Congresso Internacional de São Paulo, promovido pela Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas, em janeiro de 2002.

Para a organização específica do currículo odontológico as instituições deverão ter cuidados porque nas Diretrizes não há a explicitação de matérias quase que semelhante à montagem de disciplinas, como havia no antigo currículo mínimo. O delineamento das futuras disciplinas - "com ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministrados" -, surge a partir da leitura atenta não apenas do item Conteúdos Curriculares, mas do conjunto que se articula com o perfil do formando egresso/profissional, competências e habilidades, competências e habilidades específicas.

Em comparação com a proposta original coordenada pela Comissão de Especialistas de Ensino de Odontologia da Secretaria de Educação Superior/Mistério da Educação (SESu/MEC), as novas diretrizes são tão abertas e flexíveis que podem gerar preocupações sobre a utilização desse mecanismo, em um país de dimensões continentais.

1. PERFIL, HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

As definições de perfil do egresso/profissional e das habilidades e competências atendem ao delineamento das diretrizes para os cursos de graduação da área da Saúde, procurando-se relacionar educação superior e saúde.

Em linhas gerais, o perfil e as habilidades e competências estão em condições de fácil adequação às propostas das IES.

2. LINHAS MESTRAS DO CURSO

O perfil do profissional a ser formado é generalista, estando evidenciados de forma marcante:

Compromisso com a saúde

Desde o perfil do profissional:

"atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor técnico e científico. Capacitado ao exercício de atividades referentes à saúde bucal da população" - "dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade",

até as Competências Gerais, como no item Atenção à saúde:

"...os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde. - ... a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto a nível individual como coletivo".

Essa posição é referendada pelos itens das Competências e Habilidades Específicas.

Compromisso com a atualização

Das Competências Gerais, item Educação Permanente, destacamos:

“os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Dessa forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, não apenas transmitindo conhecimentos, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais”.

A proposta também está explicitada em Competências e Habilidades Específicas.

Capacidade de comunicação, liderança e gerenciamento

Uma inovação ao atual *status* de tratamento da questão comparece desde o delineamento do Perfil:

“... compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade”;

até as Competências Gerais e as Competências e Habilidades Específicas.

Compromisso com a ética e a cidadania

O desejado perfil do profissional, de estar

“capacitado ao exercício de atividades referentes à saúde bucal da população, pautado em princípios éticos”;

está reiterado e acrescentando-se o recente desenvolvimento da bioética, nas Competências Gerais:

“Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética”;

e também nas Competências e Habilidades Específicas, como:

“atuar multiprofissionalmente, interdisciplinarmente e

transdisciplinarmente com extrema produtividade na promoção da saúde baseado na convicção científica, de cidadania e de ética”.

Integração curricular

Toda a filosofia impressa às Diretrizes está obviamente assentada na integração curricular. Mas são cabíveis alguns destaques, como no item Organização Curricular:

“aproximar o conhecimento básico da sua utilização clínica; viabilização pela integração curricular”;

item Estágio Curricular:

“Este estágio deverá ser desenvolvido de forma articulada e com complexidade crescente ao longo do processo de formação”.

3. OPÇÕES DE DELINEAMENTO DE DISCIPLINAS, ESTÁGIOS E ATIVIDADES

Diferentemente do antigo currículo mínimo (de 1982) onde as matérias tinham um correspondente evidente com a configuração das disciplinas comumente adotadas pelos cursos de Odontologia, nas novas Diretrizes elas estão delineadas, mas não necessariamente explicitadas. Cada instituição tem autonomia para definir seu currículo pleno. Para tanto, será necessário um estudo criterioso das Diretrizes. As disciplinas geralmente incluídas como básicas poderão ser facilmente identificadas nos conteúdos previstos na classificação das Diretrizes, com base em Ciências Biológicas e da Saúde e Ciências Humanas e Sociais.

Na análise dos conteúdos arrolados como Ciências Odontológicas, encontram-se as bases para a montagem de algumas disciplinas tradicionais do curso, mas faltam algumas como as enquadráveis em Saúde Coletiva. Na realidade, esta e algumas outras poderão ser previstas a partir do estudo integrado das várias partes das Diretrizes, interpretando-se a essência da coluna mestra que as norteia. Ou seja, vários conteúdos e o eventual delineamento em disciplinas poderão ser destacados com base na reflexão criteriosa do Perfil do Egresso e nas Competências Gerais e Específicas.

Um fato novo nas Diretrizes, comum para a área da saúde, é a definição e a vinculação de uma quantificação da carga horária para estágios supervisionados. Entenda-se por estágio supervisionado a Clínica Integrada e todos os estágios intra- e extramuros que contêm a supervisão de um professor do curso de

graduação.

Essa obrigatoriedade reforça a integração curricular:

“A formação do cirurgião-dentista deve garantir o desenvolvimento de estágios curriculares sob a supervisão do docente. Este estágio deverá ser desenvolvido de forma articulada e com complexidade crescente ao longo do processo de formação. A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá atingir 20% da carga horária mínima do curso de graduação em Odontologia”.

Numa conceituação provisória, com base em discussão ocorrida na 37ª Reunião da ABENO e da Comissão de Ensino da ABENO, ainda em 2002, está se entendendo por estágio supervisionado em Odontologia como:

“o atendimento integral ao paciente que o aluno de Odontologia presta à comunidade, intra- e extramuros. O aluno pode cumpri-lo em atendimentos multidisciplinares intra- e extramuros e em serviços assistenciais públicos ou privados”.

Disciplinas optativas, ou atividades, com propostas de atualização e/ou aprofundamento ou de conteúdos

O curso amplia a possibilidade de diversificação e de contribuição com a formação do aluno interessado em uma complementação ou aprofundamento com as novas opções que deverão ser oferecidas:

“que estimulem a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural”.

“Conferir um grau de flexibilidade que permita ao estudante desenvolver/trabalhar vocações, interesses e potenciais específicos (individuais)”.

Perfis e demandas regionais

Além da base curricular que deverá consubstanciar o curso e, ao final, outorgar um diploma que tem abrangência nacional, os cursos poderão apresentar algumas peculiaridades regionais:

“O currículo poderá incluir aspectos complementares de perfil, habilidades, competências e conteúdos, de forma a considerar a inserção institucional do curso, a flexibilidade individual de estudos e os requerimentos, deman-

das e expectativas de desenvolvimento do setor saúde na região”.

Trabalho de conclusão do curso de graduação em Odontologia

Embora diversos cursos já adotassem, agora haverá obrigatoriedade de apresentação do trabalho de conclusão do curso: “o aluno deverá elaborar um trabalho sob orientação docente”. Entendemos que o trabalho, a critério do curso, poderá ser: monografia de conclusão de curso; relatório final e aprovado de trabalho de iniciação científica; trabalho publicado em revista ou publicado em anais de evento científico, onde o aluno seja o primeiro autor.

Estímulos

A participação do aluno deve ser estimulada em: estágios - em sistema de saúde, com atenção integral da saúde num sistema regionalizado e hierarquizado de referência e contra-referência e o trabalho em equipe; estudos epidemiológicos; atividades complementares como: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; seminários; estudos complementares; cursos realizados em outras áreas afins.

4. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

Um reforço importante à proposta de organização didático-pedagógica dos cursos, há algum tempo em implementação pela ABENO, está destacado nas Diretrizes:

“o curso de graduação em Odontologia deverá ter um projeto pedagógico, construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador do processo ensino-aprendizagem. Este projeto pedagógico deverá buscar a formação integral e adequada do estudante através de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência. As Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico deverão orientar o Currículo do Curso de Graduação em Odontologia para um perfil acadêmico e profissional do egresso”.

A elaboração do Projeto Pedagógico inclui a definição do perfil do sujeito a ser formado, envolvendo dimensões cognitivas, afetivas, psicomotoras; a exploração dos objetivos gerais na formação geral, na formação profissional e na cidadania; a utilização de metodologias de ensino/aprendizagem; a estrutura curricular do curso; a definição do regime do curso; as avaliações dos alunos; metodologias e critérios

para acompanhamento e a avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso.

5. CARGA HORÁRIA

Na definição do Conselho Nacional de Educação (Princípios das Diretrizes Curriculares) a carga horária mínima do curso de Odontologia, como de todos os cursos de graduação na área de saúde, passa a ser competência da instituição que os oferece, mas “com base no Parecer/Resolução específico da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação”.

Todavia, durante a elaboração do projeto de Diretrizes Curriculares da Comissão da SESu/MEC ocorreu importante discussão em função da tendência de se ampliar a carga horária dos cursos de Odontologia. Havia proposta de aumento da carga horária mínima para 4.500 horas, o que na prática também eleva a duração do curso para 10 semestres letivos. Esta já é, aproximadamente, a carga horária média dos cursos de Odontologia do país, conforme dados fornecidos pela ABENO. Deve-se ressaltar que nos últimos 20 anos a Odontologia ultrapassou os laços artesanais e artísticos, consolidando-se na sua base científica e na atuação social e na área da saúde.

Em todas etapas das discussões preliminares à elaboração das citadas Diretrizes, em nível de Reuniões da ABENO e de ações da Comissão de Especialistas de Ensino de Odontologia da SESu/MEC, sempre houve consenso de que a carga horária mínima não pode ser reduzida e deve ser mantida, pelo menos, na atual média nacional, e deveria ser uma carga horária viável para as condições sócio-econômicas de nosso País.

A nosso ver, as novas diretrizes curriculares representam um avanço e sinalizam rumos importantes para a atuação social do cirurgião-dentista. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LOMBARDO, I. A.; RANALI, J. *Projeto pedagógico. Manual de Orientação*. Uberlândia : ABENO, 1999.
- PERRI DE CARVALHO, A. C. Projeto Pedagógico. In: ANAIS DA XXXII REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO ODONTOLÓGICO. Uberlândia : ABENO, 1998.
- PERRI DE CARVALHO, A. C. *Ensino de Odontologia em tempos da LDB*. Canoas : ULBRA, 2001.
- PERRI DE CARVALHO, A. C.; FERNANDES NETO, A. J.; MADEIRA, M. C. Diretrizes curriculares e projeto pedagógico para curso de Odontologia. In: *Série Documentos de Trabalho*. São Paulo : Nupcs/USP, 1998.

Diretrizes da ABENO para a definição do estágio supervisionado nos cursos de Odontologia

A Comissão de Ensino da ABENO, a partir da ampla discussão com coordenadores e professores, na reunião paralela realizada durante o Congresso Internacional de Odontologia de São Paulo, realizada no dia 29 de janeiro do ano corrente, estabeleceu as diretrizes norteadoras do estágio supervisionado, com base no que determina o artigo sétimo das Diretrizes Curriculares Nacionais:

- 1.** O estágio supervisionado é o instrumento de integração e conhecimento do aluno com a realidade social e econômica de sua região e do trabalho de sua área. Ele deve também ser entendido como o atendimento integral ao paciente que o aluno de Odontologia presta à comunidade, intra- e extramuros. O aluno pode cumpri-lo em atendimentos multidisciplinares e em serviços assistenciais públicos e privados.
- 2.** O estágio supervisionado deve fomentar a relação ensino-serviços e ampliar as relações da universidade com a sociedade. Ele deve colocar o futuro profissional em contato com as diversas realidades sociais (locais, regionais e nacionais), incluindo as práticas e políticas em saúde pública, a realidade do mercado de trabalho, possibilitando ao aluno ser um agente transformador dessas realidades.
- 3.** O estágio supervisionado, tanto intra- como extramuros, caracteriza-se pela atenção integral ao paciente. Sugere-se a criação de clínicas integradas de atenção básica, com complexidade crescente, com os alunos executando competências já adquiridas, trabalhando desde a educação e promoção da saúde até a reversão do dano. O foco destas clínicas integradas é o “paciente como um todo...”. As clínicas de duas ou três disciplinas não seriam consideradas para efeito de estágio supervisionado.
- 4.** Na maior complexidade intramural (estágio final de clínica integrada), o estudante deverá realizar a atenção básica resolutiva, englobando a promoção de saúde, o diagnóstico clínico e por imagens, a Dentística, a Periodontia, a Endodontia, a Cirurgia Bucal e as Próteses, realizando o atendimento integral ao paciente.
- 5.** O plantão de férias, a clínica de urgência e a triagem podem ser considerados como estágio supervisionado. O plantão de férias deve ser caracterizado como um atendimento integral ao paciente e à comunidade, com supervisão docente, sendo oferecido para alunos de todos os períodos, sendo a carga horária computada de acordo com a participação de cada aluno. Quanto à clínica de urgência, ela pode ser desenvolvida dentro das faculdades como em prontos-socorros conveniados, sendo a carga horária do estágio computada somente para os alunos que a cumpriram efetivamente. A triagem pode ser campo de estágio supervisionado para os alunos dos últimos períodos do curso, devendo ser supervisionada por corpo docente ou preceptores próprios, já que o paciente ingressante representa um campo fértil não apenas para o diagnóstico e planejamento, mas também para a seleção de casos para seminários e discussões clínicas.
- 6.** Na atividade extramural o aluno desempenhará todas as atividades pertinentes a um profissional de saúde, com supervisão docente direta ou indireta, podendo haver preceptoria externa.
- 7.** Entre os cenários para a realização do estágio supervisionado figuram a rede de serviços públicos, o Programa de Saúde da Família, Odontologia de grupo, estruturas próprias das universidades, internato rural, estágio metropolitano, *campi* aproximado e avançado.
- 8.** A flexibilização dos cenários e das atividades permitirá que cada instituição de ensino superior discuta suas opções e as coloquem em prática com decisão e criatividade, sempre embasada no projeto pedagógico do curso. ■

Subsídios para o projeto pedagógico do curso de Odontologia - I

APRESENTAÇÃO

Projeto pedagógico é uma proposta de trabalho integrado que descreve um conjunto de capacidades a serem desenvolvidas em uma dada clientela, os referenciais a elas associados e a metodologia a ser adotada.

O presente projeto pedagógico foi submetido à 33ª Reunião da Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO) e 34º Encontro Nacional dos Dirigentes das Faculdades de Odontologia, em Fortaleza (1998). O tema oficial desta Reunião “Projeto pedagógico para o curso de Odontologia”, culminou estudos em andamento, com apresentação da proposta formulada pelo Grupo de Estudos sobre Ensino de Odontologia do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (NUPES) da USP e da Comissão de Ensino da ABENO (Antonio Cesar Perri de Carvalho).

SÍNTESE DO PROJETO PEDAGÓGICO

As capacidades compreendem dimensões cognitivas (raciocínio/memória), afetivas (valores/attitudes) e psico-motoras (condicionamentos/habilidades), consideradas em suas inter-relações e em níveis progressivos de detalhamento.

Os referenciais são os conceitos programáticos que refletem o estágio atual das diferentes áreas de conhecimento correspondentes aos componentes curriculares.

A metodologia envolve o processo de gestão e o processo de ensino-aprendizagem. Integram o processo de gestão o planejamento, a coordenação e a avaliação do projeto pedagógico. O processo de ensino-aprendizagem é descrito de acordo com objetivos e diretrizes gerais, no programa institucional e as disciplinas integradas.

O planejamento refere-se à elaboração e adequação (revisão periódica) do projeto pedagógico. A coordenação refere-se à execução das disciplinas, estágios e demais atividades didáticas. A avaliação formativa é feita durante a execução do projeto e permite a introdução de alterações que se façam necessárias. A avaliação somativa é feita ao final de um ciclo e permite que sejam introduzidas no ciclo seguinte para melhor adequá-lo às finalidades e contingências organizacionais.

O projeto pedagógico corresponde a uma neces-

sidade de formação do sujeito pelo desenvolvimento de capacidades relevantes para sua atuação na sociedade. Implica, pelo menos, em uma dimensão cognitiva (conhecimento/raciocínio) e uma dimensão moral (ética). Envolve a capacitação nas dimensões profissionais e de cidadania.

QUESTÕES FUNDAMENTAIS

Deve fornecer resposta a algumas questões fundamentais, dentre elas, as seguintes:

- Estado final pretendido (objetivos):
 - Qual o perfil do sujeito que se quer formar?
- Referencial cultural:
 - Quais os componentes curriculares relevantes para tal perfil?
 - Qual o papel de cada referencial cultural na formação do sujeito?
- Estado inicial observado:
 - Qual o perfil de entrada do sistema?
 - Quais as tendências observadas?
- Estrutura curricular:
 - Como as diversas matérias são desdobradas em disciplinas e atividades?
- Planejamento:
 - Quais os objetivos a serem atingidos?
 - Quais as diretrizes gerais para o processo?
 - Como serão detalhados e operacionalizados?
- Coordenação:
 - Quem acompanha a execução do projeto pedagógico?
 - Como é orientada a solução dos problemas?
 - Como são envolvidos os vários agentes no processo?
- Avaliação:
 - Quais as informações relevantes para a tomada de decisões quanto ao projeto pedagógico?
 - Como são obtidas?
- Ensino-aprendizagem:
 - Quais são as diretrizes gerais, quanto aos processos de ensino-aprendizagem?
 - Como são aplicadas nos programas de disciplinas e atividades?
- Estado final observado:
 - Qual o perfil de saída do sistema?
 - Qual é o desempenho dos formados?

ESTRUTURA DO PROJETO PEDAGÓGICO

1. Objetivos gerais

Definição do perfil do sujeito a ser formado, envolvendo dimensões cognitivas, afetivas e, se for o caso, psicomotoras, nas seguintes áreas:

- a)** formação geral: conhecimentos e atitudes relevantes para a formação científico-cultural do aluno;
- b)** formação profissional: capacidades relativas às ocupações correspondentes;
- c)** cidadania: atitudes e valores correspondentes à ética profissional e ao compromisso com a sociedade.

2. Diretrizes gerais

Definição das diretrizes a serem observadas no processo de formação tais como: participação, avaliação, qualidade, ética nas relações professor-aluno, atendimento ao aluno, auto-disciplina, pontualidade, serviço à comunidade e outras julgadas relevantes.

3. Componentes curriculares

Delimitação das diferentes áreas do conhecimento que integram o currículo e a descrição do seu papel na formação do aluno.

4. Estrutura curricular

Desdobramento das diretrizes curriculares em matérias, disciplinas e atividades, com cargas horárias e créditos correspondentes, seriação e pré-requisitos.

5. Elenco de disciplinas

Relação de disciplinas e respectivos programas contendo:

- ementário (síntese de objetivos e conteúdo);
- objetivos específicos;
- conteúdo programático;
- metodologia do trabalho;
- forma de avaliação;
- bibliografia básica.

Atualmente, o projeto pedagógico está incluído como um dos três itens maiores no processo de avaliação das condições de oferta dos cursos, desde a proposta de criação até o reconhecimento e a renovação de credenciamento do curso.

O projeto pedagógico passou a ser previsto pela própria “Diretrizes Curriculares”. ■

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

PERRI DE CARVALHO, A. C. *Ensino de Odontologia em tempos da LDB*. Canoas : ULBRA, 2001. p. 27-30.

Subsídios para o projeto pedagógico do curso de Odontologia - II

APRESENTAÇÃO

O Artigo 12º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 (LDB) determina que:

"os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I. elaborar e executar a sua proposta pedagógica..."

Projeto pedagógico "é uma proposta de trabalho que descreve um conjunto de capacidades a serem desenvolvidas em uma dada clientela, os referenciais a ela associados e a metodologia a ser adotada" (SOUZA).

Diante de tantas dificuldades (salários, disciplina, avaliação, número de alunos por sala, falta de material didático, contratos, mensalidades, etc.), por que a escola deve se interessar pelo projeto pedagógico? Muitas vezes, no dia a dia, a preocupação da direção acaba sendo que a escola funcione, e a dos professores acaba girando em torno do manter a disciplina e cumprir o programa" (VASCONCELOS).

OBJETIVO DESTE MANUAL

Na tentativa de ajudar os responsáveis pela elaboração do projeto pedagógico, organizamos este manual, que tem por objetivo oferecer uma orientação geral aos docentes e ao pessoal técnico-administrativo das instituições de ensino odontológico.

É preciso lembrar que cada curso tem características próprias que deverão ser consideradas para a elaboração do projeto pedagógico. Assim, orientações específicas poderão ser buscadas junto a pessoas qualificadas.

A elaboração de um projeto pedagógico de uma instituição deve ser um trabalho conjunto, de equipe, com representantes da administração, corpos docente e discente, ex-alunos, funcionários e comunidade. Este trabalho não pode ser feito individualmente e nem imposto a todos.

O primeiro passo para iniciar-se esse trabalho é instituir um grupo de trabalho, formado por representantes das diferentes áreas, para elaboração de um projeto pedagógico inicial, desencadeando, a partir disto, um processo sistemático e ordenado de

trabalho.

Há pelo menos três premissas fundamentais para que o trabalho tenha sucesso:

- apoio institucional;
- participação de, pelo menos, a maioria do corpo docente;
- concordância com as decisões tomadas pela maioria, por parte dos que se recusaram a participar do trabalho.

Importante: três pontos de referência são vitais para o trabalho: o conceito de formação de um indivíduo de nível superior, a visão global do processo de formação do cirurgião-dentista (perfil profissional) e o reconhecimento de que as disciplinas num curso de graduação fazem parte de um todo, cujo objetivo é a formação do profissional desejado, ou seja, só serão incluídas as disciplinas e as atividades realmente relevantes para essa formação, com o conteúdo e a carga horária necessários em cada uma das etapas do curso.

A elaboração do projeto pedagógico pressupõe a integração do corpo docente como um todo, que poderá ser obtida com o estabelecimento de uma linguagem comum em torno dos objetivos do curso. Essa linguagem tem diferentes níveis:

- as atividades dos docentes de uma mesma disciplina devem ser coerentes com os objetivos a serem alcançados e avaliados na disciplina e com os objetivos gerais do curso;
- todos os docentes, de todas as disciplinas, devem estar cientes de todos os objetivos do curso, para não haver conflitos conceituais ou de técnicas e para se buscar a integração;
- a estrutura curricular deve ser conhecida por todos os professores.

Com esse processo espera-se conseguir um melhor entrosamento entre os professores e transmitir maior segurança aos alunos durante o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem. Os professores podem ter pontos de vista diferentes em relação a um mesmo assunto e os alunos devem ser habituados a lidar com informações divergentes que possam receber durante o curso, desenvolvendo espírito crítico e emissão de julgamentos com base científica. Os docentes devem discutir os objetivos das disciplinas considerando sua relevância, conteúdo, carga horária necessária para aprendizagem, lo-

calização adequada no currículo, etc. Desta maneira, o pessoal docente ficará mais integrado.

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO

1 - Definição do perfil profissional - objetivo geral do curso

Aqui são definidas as características do profissional a ser formado, que devem explicitar a filosofia que norteia o curso, mencionar as competências gerais que o aluno deve ter ao concluir o curso e o seu campo de atuação.

É necessário lembrar que preparação para atuação profissional significa tornar o aluno apto a:

- desenvolver trabalho preventivo;
- atuar em grandes centros urbanos e/ou pequenas localidades;
- realizar trabalho autônomo ou assalariado;
- atuar considerando os aspectos humanísticos e éticos, e não apenas seu preparo técnico-científico;
- planejar e administrar serviços de saúde, públicos e privados;
- demonstrar capacidade de liderança e ter participação ativa na sua comunidade;
- propor planos alternativos de tratamento, de acordo com a condição sócio-econômica do paciente;
- racionalizar o trabalho;
- delegar funções para auxiliares;
- usar informática;
- fazer pesquisas (coletar e analisar dados, publicar relatórios científicos).

2 - Estrutura curricular

Uma vez discutido, entendido e acordado qual tipo de profissional que a instituição deseja formar, deve-se trabalhar na estrutura curricular do curso.

Atenção - Lembrar que a LDB em vigor extinguiu os currículos mínimos, dando liberdade e flexibilidade às instituições para elaborarem seus próprios currículos, tendo como base a Diretriz Curricular para a Odontologia, estabelecida para a Secretaria de Educação Superior/Ministério da Educação e do Desporto (SESu/MEC) e aprovada pelo Conselho Nacional de Educação.

O currículo deve ser estruturado de maneira a possibilitar o alcance do objetivo geral do curso. Para tanto, as competências devem ser especificadas em atividades que o cirurgião-dentista deve estar apto a desempenhar.

Faz-se então a análise destas atividades e elabo-

ram-se os objetivos específicos (ou comportamentais) para os passos de cada uma delas. Esses objetivos serão distribuídos aos alunos, no início de cada período letivo (Parágrafo 1º, Artigo 47º da LDB).

Estabelecidos os objetivos gerais e específicos necessários para capacitar os alunos, é preciso organizar o conteúdo programático que permita o alcance dos objetivos propostos. Este conteúdo deve ser distribuído ao longo do curso, de maneira integrada (horizontal e verticalmente), para facilitar a aprendizagem do aluno.

Integração horizontal: ordenação dos conteúdos durante o curso, de maneira que os conhecimentos adquiridos no início do mesmo constituam embasamento para os anos subsequentes. Ex.: cárie será um conteúdo abordado durante o curso inteiro, em diferentes níveis de complexidade.

Integração vertical: relacionamento entre os conteúdos dentro de um mesmo semestre, de maneira a possibilitar a integração dos conhecimentos. Ex.: técnicas anestésicas, terapêutica medicamentosa, exodontia.

3 - Integralização

Estabelecer o número de créditos necessários para a graduação, com a equivalente carga horária e o número mínimo e máximo de semestres em que o curso deve ser integralizado (respeitar as exigências da LDB e da Diretriz Curricular da Odontologia).

4 - Componentes curriculares

Descrever as áreas de conhecimento que compõem o currículo, com a porcentagem da carga horária geral do curso destinada a cada uma delas.

- Área de Ciências Humanas (formação cultural, humanística e ética).
- Área Básica.
- Área Profissionalizante.
- Área Complementar (disciplinas optativas e extramuros).

Devem também ser informados:

- número de vagas para ingresso;
- forma de acesso (vestibular, análise de currículo, etc.);
- número de entradas anuais;
- forma de acesso a vagas remanescentes, se disponíveis;
- regime de frequência (integral ou parcial);
- oferta de disciplinas (seriado ou semestral);
- limite de créditos para matrícula em cada semestre, ou ano;
- pré-requisitos para cada disciplina;

- número de créditos de cada disciplina;
- créditos das disciplinas optativas (se valem, ou não);
- documento oficial do reconhecimento do curso.

5 - Elenco das disciplinas

Cada uma das disciplinas que compõem o currículo (obrigatórias e optativas), devem ser descritas com seus respectivos:

- **Ementa:** descrição sucinta do que é tratado na disciplina. Isto não significa uma listagem dos tópicos ou itens a serem abordados. Exemplo:

Disciplina: Anestesiologia

Estudo dos aspectos farmacológicos das anestésias locais, das técnicas anestésicas intra- e extra-buciais utilizadas em Odontologia e das possíveis complicações devidas aos anestésicos locais.

(Obs.: a ementa é colocada no catálogo do curso).

- **Objetivo geral:** é a formulação geral da competência que se espera do aluno ao terminar um curso, disciplina ou uma unidade de ensino. É também chamado de objetivo geral ou objetivo educacional. Exemplo:

O aluno deverá ser capaz de executar uma anestesia do nervo naso-palatino.

- **Objetivo específico:** é a determinação do que se pretende que o estudante seja capaz de fazer (ou demonstrar que sabe fazer) ao término de um determinado tópico da aprendizagem. Seu desempenho deve ser observável e mensurável. Este tipo de objetivo é também chamado de objetivo comportamental ou objetivo de ensino. Exemplo:

Avaliar a profundidade da anestesia, descrevendo seus sintomas e os procedimentos para esta avaliação.

- **Conteúdo programático:** é a listagem de todos os tópicos, unidades ou itens que serão estudados durante o desenvolvimento da disciplina. Exemplo:

Introdução ao estudo da anestesia. Farmacologia dos anestésicos locais: conceito, identificação, mecanismo de ação, efeitos farmacológicos, vias de metabolização e excreção. Potenciação, toxicidade, possíveis complicações sistêmicas, indicações e contra-indicações. Doses mínimas e máximas, doses utilizadas na clínica odontológica e

seleção do anestésico local adequado para cada intervenção. Instrumental em anestesia: tipos de anestésias, indicações e contra indicações. Técnicas anestésicas intra- e extra-buciais: indicações, contra-indicações, pontos de referência para realização, avaliação da profundidade da anestesia, possíveis acidentes, descrição dos passos da técnica. Complicações devidas à anestesia local. Anestesia em pacientes especiais (criança, gestante, idoso, pacientes com alterações cardiovasculares, diabéticos, asmáticos, pacientes com hipertireoidismo, insuficiência renal e hepática).

Obs.: o conteúdo programático, em forma de objetivos específicos, é colocado no Guia Curricular ou Guia do Aluno.

- **Sistema de avaliação:** deve ser apresentado aos alunos no primeiro dia de aula, contendo, pelo menos:
 - calendário das provas, com as datas, horários e objetivos que serão cobrados em cada uma delas;
 - tipo de avaliação que será realizada;
 - sistema de aprovação (médias das provas, trabalhos, etc.);
 - se haverá, ou não, provas complementares para quem não alcançar a média;
 - frequência mínima para ser considerado aprovado na disciplina;
 - como serão resolvidos os casos de faltas nas provas.
- **Bibliografia básica:** é a leitura mínima obrigatória, parte do processo da aprendizagem fundamental. Indicar a bibliografia a ser utilizada, indicando os capítulos e/ou páginas que deverão ser estudados em cada tópico.
- **Bibliografia complementar:** é a leitura recomendada para aumentar os conhecimentos sobre determinados assuntos, criando a oportunidade de adentrar nas idéias de diferentes autores.

6 - Atividades de ensino além da graduação (se houver)

Cursos de pós-graduação:

- *stricto sensu* (mestrado e doutorado);
- *latu sensu* (especialização, aperfeiçoamento e outros).

Para cada um dos cursos, deverão ser descritas suas relações entre si e com o ensino de graduação, incluindo (tal como nas disciplinas do curso de graduação) suas ementas, objetivos gerais, objetivos específicos, conteúdos programáticos, estratégias de ensino, formas de avaliação, bibliografia básica e

complementar. Deverão ainda ser relatadas a frequência de oferecimento dos cursos e a sua duração.

7 - Atividades de ensino (graduação e pós-graduação)

Neste item, devem ser relacionadas as estratégias de ensino (ou metodologia do ensino), ou seja, a descrição dos métodos e/ou técnicas que serão utilizados pelo professor, para fazer com que os alunos alcancem os objetivos pretendidos.

Exemplos:

- métodos (aulas expositivas, demonstrativas, práticas, etc.);
- técnicas (trabalhos em grupo, estudo dirigido, seminários, etc.).

8 - Atividades de pesquisa

Relacionar as linhas de pesquisa (descrevendo seus objetivos, o incentivo, as condições e a infraestrutura existente para a realização das pesquisas) e os núcleos de estudo (explicitando seus objetivos e descrevendo suas atividades).

9 - Atividades de extensão

Listar os programas de extensão, explicitando seus objetivos e descrevendo seu funcionamento. Seguir o padrão adotado para a graduação e pós-graduação.

10 - Atividades complementares

Aqui não há possibilidade de descrever um padrão, pois os itens que compõem este capítulo variam de acordo com o funcionamento de cada instituição. Porém onde couber, usar orientações e normas já estabelecidas como, por exemplo, o Instrumento de Verificação das Condições de Oferta de Cursos de Graduação em Odontologia, documento adotado oficialmente pelo MEC e extensamente debatido e distribuído pela ABENO.

Biblioteca

Mencionar os livros existentes (são em número suficiente para os alunos?), coleções de periódicos, inclusive os que são assinados (segundo exigência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Comissão de Especialistas), revistas editadas (qual a linha editorial?), serviços oferecidos, informatização, espaço físico, horário de funcionamento, etc.

Centro de Apoio Pedagógico

Explicitar qual o seu objetivo, o apoio oferecido, como e há quanto tempo funciona, quais os tipos de

profissionais envolvidos.

Centro de Triagem de Pacientes

Descrever as etapas de trabalho desenvolvidas pelo serviço e qual o pessoal que as executa.

Plantão de Urgência

Descrever seu funcionamento, pessoal envolvido, horários, normas, etc.

Clínica de Férias

Relatar como funcionam: horários, quem participa, quem coordena, como é administrada, etc.

Comissão de Biossegurança

Descrever seus objetivos, sua atuação, quem são os participantes e quais as normas adotadas.

Comissão de Bioética

Descrever seus objetivos, sua atuação e quem são os participantes.

11 - Órgãos da instituição relacionados com o projeto pedagógico

Descrever quais são (coordenadorias, comissões, assembleias, conselhos, etc.) e como se relacionam com o projeto pedagógico.

12 - Normas e informações gerais

- Frequência e rendimento escolar;
- expedição de documentos;
- matrícula;
- transferência e aproveitamento de estudos;
- cancelamento de matrícula;
- trancamento de matrícula;
- calendário escolar;
- bolsas de estudo;
- representação estudantil.

Todos estes itens deverão ser transcritos de acordo com os critérios da instituição.

13 - Avaliação do projeto pedagógico

Neste item deve ser descrito como será realizada a avaliação do projeto pedagógico, quem fornecerá informações para as tomadas de decisão sobre o mesmo. É necessário que a avaliação se desenvolva junto com o projeto, para que possíveis falhas sejam sanadas durante o processo (avaliação formativa), e não apenas ao final do mesmo (avaliação somativa).

Explicar quem serão os responsáveis pelo planejamento, elaboração, implantação e execução da avaliação do projeto.

Esta etapa deverá abranger:

- objetivos da avaliação;
- pessoas responsáveis pelas diferentes etapas;
- especificação das variáveis a serem avaliadas;
- coleta de dados;

- organização e análise dos dados coletados;
- elaboração do relatório.

Com base nas conclusões do relatório, tomar as decisões sobre as reformulações necessárias para a melhoria do projeto. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Ensino Superior. *Diretrizes curriculares dos cursos de Odontologia*. Proposta da Comissão de Especialistas de Ensino de Odontologia. Brasília, 1998.

NÉRICI, I. G. *Metodologia do ensino: uma introdução*. São Paulo : Atlas, 1977.

NÚCLEO DE PESQUISAS SOBRE ENSINO SUPERIOR (Grupo de Estudos sobre Ensino de Odontologia). ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA.

Apreciação da ABENO sobre as avaliações do ensino superior promovidas pelo MEC

A ABENO destaca a importância da continuidade dos processos que integram o Sistema de Avaliação de Educação Superior, incluindo: Exame Nacional de Cursos, Avaliação das Condições de Ensino e Avaliação Institucional.

Os cursos de Odontologia foram incluídos no Exame Nacional de Cursos (ENC), realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) do MEC, a partir de 1997. A prova tem sido elaborada segundo os critérios e diretrizes estabelecidos pela Comissão de Odontologia para o Exame Nacional de Cursos.

No dia do exame, os graduandos entregam um questionário-pesquisa, previamente preenchido, com questões sobre as suas condições sócio-econômicas e sobre as condições de ensino do curso de graduação. Durante o ano de 1998 todos os cursos de Odontologia que formavam turmas foram submetidos à avaliação das condições de oferta por comissões verificadoras designadas pela Secretaria de Educação Superior do MEC. No ano de 2002, iniciou-se outra avaliação geral dos cursos de Odontologia, pelo INEP/MEC, completando a verificação em cerca de 70% dos cursos.

EXPERIÊNCIA DA ABENO

A ABENO foi parceira do INEP/MEC na realização de quatro seminários do Provão em Odontologia, de 1999 a 2002. Os eventos foram realizados junto às Reuniões da ABENO, nas cidades de Canela (RS), Campos do Jordão (SP), São Luís (MA) e Teresópolis (RJ).

Os seminários do INEP em parceria com a ABENO contaram com a presença, em média, de representantes da direção de 100 cursos de Odontologia e com inscrites em geral, variando de 140 a 260 participantes.

As apresentações de análises pela Comissão de Odontologia, as dinâmicas de grupo e as discussões foram extremamente produtivas e constam de Relatórios dos seminários do INEP.

Na programação das Reuniões da ABENO, entre os anos de 2000 e 2002, foram montadas sessões de pôsteres, com trabalhos sobre ensino de Odontologia, elaborados por docentes e alunos. Nas três Reu-

niões citadas foram apresentados pôsteres com análises de resultados do Provão e relatos de estudos de casos de Instituições de Ensino Superior (IES), com base em dados do Provão.

Além da parceria com os seminários do INEP, a ABENO promoveu palestras e discussões sobre o Provão em vários eventos e em reuniões paralelas da ABENO efetivadas dentro dos Congressos Internacionais de Odontologia de São Paulo, nos anos de 2000 e 2002.

SÍNTESE DE ALGUNS ESTUDOS SOBRE AVALIAÇÕES

Uma avaliação pioneira sobre o desempenho dos graduandos no Exame Nacional de Cursos e a relação com a avaliação das condições de oferta dos cursos (Avaliação das condições de oferta de cursos de graduação/SESu, 1998; Exame Nacional de Cursos/INEP, 1998) permitiu algumas reflexões sobre a pertinência e o valor dos itens avaliados pela Secretaria de Educação Superior do MEC (SESu), referentes aos resultados do ano de 1998 (PERRI DE CARVALHO, 1999 e 2001). Concluiu-se que os resultados do Exame Nacional de Cursos, efetivamente têm alguma relação com as condições de oferta levantadas na avaliação mais detalhada efetivada pelos docentes verificadores da SESu.

Eis algumas ilustrações extraídas de PERRI DE CARVALHO (1999 e 2001):

Ao se comparar os resultados das condições de oferta dos cursos com conceito “B” no Provão, predominando os conceitos “CMB - curso muito bom” e “CB - curso bom” (Tabela 1) com os cursos com conceito “E”, com migração para os conceitos de “CB - curso bom” a “CI - curso insuficiente” (Tabela 2), fica evidenciada a diferença de resultado dos cursos no tocante aos itens: corpo docente, organização didático-pedagógica e instalações.

Assim, no estudo citado, os resultados do Exame Nacional de Cursos, efetivamente têm alguma relação com as condições de oferta levantadas na avaliação mais detalhada efetivada pelos docentes verificadores da SESu.

Em outro estudo – mais recente – e realizado com o objetivo de se estabelecer relação entre os de-

Tabela 1 - Itens da avaliação dos cursos de Odontologia – condições de oferta da SESu – cujos graduandos obtiveram conceito “B” no Exame Nacional de Cursos (em porcentagem) - 1998.

Conceito dos cursos	Corpo docente	Organização didático-pedagógica	Instalações
CMB	40,0	46,7	40,0
CB	46,7	26,7	34,4
CR	13,3	20,0	20,0
CI	-	6,6	6,6
Total	100,0	100,0	100,0

CMB - Curso Muito Bom; CB - Curso Bom; CR - Curso Re-

Tabela 2 - Itens da avaliação dos cursos de Odontologia cujos graduandos obtiveram conceito “E” no Exame Nacional de Cursos (em porcentagem) - 1998.

Conceito dos cursos	Corpo docente	Organização didático-pedagógica	Instalações
CMB	-	-	-
CB	63,5	45,4	9,1
CR	36,4	18,2	54,5
CI	-	36,4	36,4
Total	100,0	100,0	100,0

CMB - Curso Muito Bom; CB - Curso Bom; CR - Curso Re-

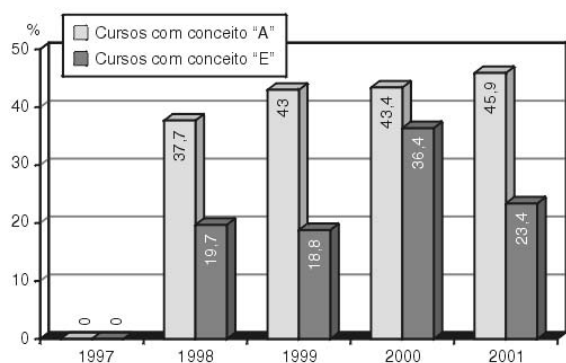


Gráfico 1 - Todos os professores demonstraram domínio atualizado das disciplinas administradas. Fonte: INEP/ MEC.

sempenhos extremos no Exame Nacional de Cursos, de 1997 a 2001, com os resultados de algumas questões do questionário-pesquisa – preenchido pelos graduandos –, sobre condições de ensino e a quantidade de graduandos, foram compostos dois grupos de cursos de Odontologia. PERRI DE CARVALHO E CARVALHO (2002) concluíram que há relação entre desempenho no ENC e as condições de ensino. Os cursos com conceito “A” se diferenciam nas respostas dos graduandos nas questões sobre: equipamentos suficientes (1998 e 1999), apresentação de plano de ensino, disciplinas com conteúdo desequilibrado e atualização do docente. Esse grupo também apresenta menor quantidade de graduandos.

Alguns dados extraídos de PERRI DE CARVALHO E CARVALHO (2002) estão ilustrados nos Gráficos 1 a 3.

Na questão sobre o domínio atualizado das disciplinas ministradas pelos professores, a opção “D – A maior parte deles demonstra” foi a mais respondida pelos graduandos (Gráfico 1), pode-se diferenciar

os cursos com conceitos “A” e “E”, entre 1997 a 2001.

A questão sobre o equilíbrio entre conteúdo e tempo disponível para algumas disciplinas, introduzida a partir de 1999, teve as opções A, B e C, relacionadas com o desequilíbrio nesta relação, como as preferencialmente respondidas (Gráfico 2). Também se diferencia o resultado do curso com conceito “A” e “D”.

Na questão sobre equipamentos suficientes, teve a alternativa “A - Sim, sempre”, como a mais respondida pelos graduandos. Inicialmente com destaque para os cursos do grupo A e empatando a posição em 2001 (Gráfico 3), fica claro que houve uma melhoria dos cursos com “E”, no tocante a equipamento. Isto significa que no período de 1998 a 2001, ocorreu alguma melhoria na qualidade dos cursos de Odontologia.

Outro estudo, inspirado à vista da recente aprovação das “Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Odontologia” (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior - Parecer CNE/CES nº 1300/01, de 06/11/2001; Resolução CNE/CES nº 3, de 19/02/02, publicada no Diário Oficial da União de 04/03/02) -, que balizam os cursos de Odontologia no País. É oportuna a realização de um estudo, já em andamento, sobre o cenário atual de algumas atividades, agora exigidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pelas Diretrizes Curriculares.

Numa posição inédita na história da educação superior, o Conselho Nacional de Educação definiu parâmetros comuns para os cursos da área da saúde com o objetivo de reforçar nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Saúde a articulação entre a Educação Superior e a Saúde. Com esta tônica surge a obrigatoriedade do estágio

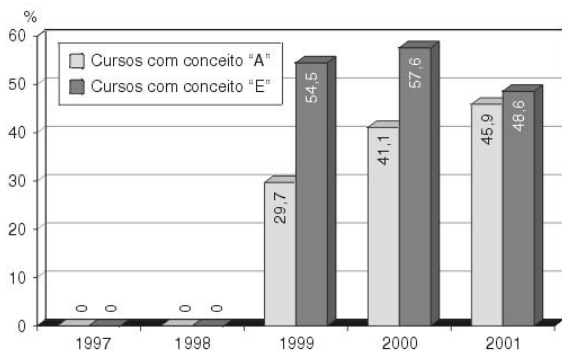


Gráfico 2 - Algumas disciplinas estão desequilibradas: muito conteúdo e pouco tempo para o seu desenvolvimento. Fonte: INEP/MEC.

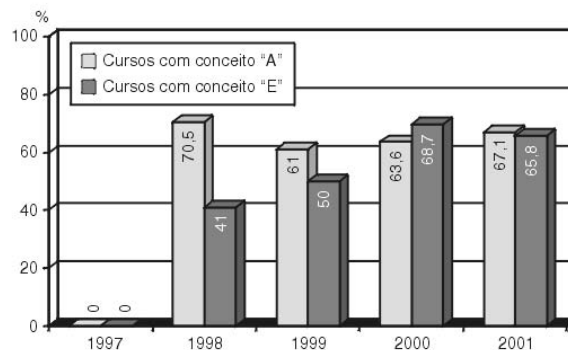


Gráfico 3 - Sempre dispunham de equipamentos suficientes para trabalho em duplas sem necessidade de subdivisão de turmas. Fonte: INEP/MEC.

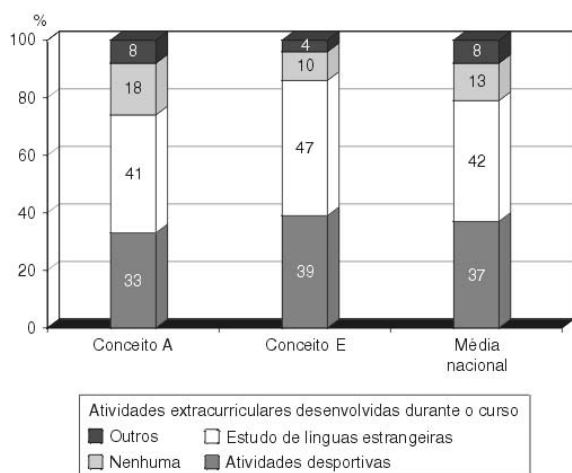


Gráfico 4 - Comparação dos resultados da questão 42 do questionário-pesquisa do Exame Nacional de Cursos de Odontologia - 1999.

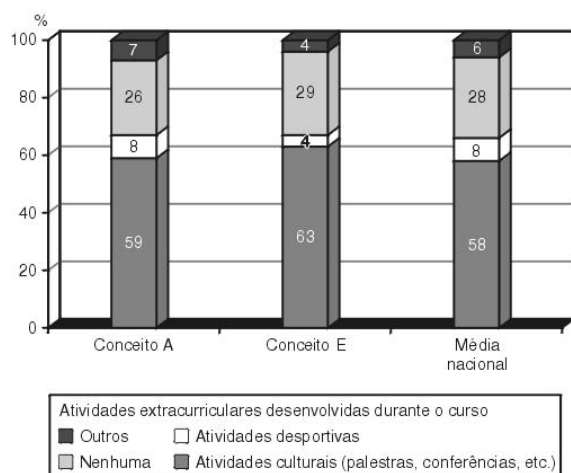


Gráfico 5 - Comparação dos resultados da questão 42 do questionário-pesquisa do Exame Nacional de Cursos de Odontologia - 2002.

supervisionado e de ações extramuros, como formas de diversificação do ambiente de ensino-aprendizagem.

O questionário-pesquisa do Exame Nacional de Cursos traz dados obtidos das opiniões dos graduandos sobre o curso de graduação. Portanto, o referido questionário pode ser um importante subsídio para a obtenção de informações sobre a situação atual das citadas atividades, na opinião dos graduandos.

O objetivo da análise em fase de desenvolvimento (PERRI DE CARVALHO E KRIGER, 2003), será estabelecer relação entre o desempenho dos graduandos dos cursos de Odontologia no Exame Nacional de Cursos, de 1997 a 2002, dos cursos com conceitos extremos "A" e "E", comparando-se com a média do País, com os resultados de algumas questões do questionário-pesquisa – preenchido pelos graduandos – sobre interesse dos graduandos, condições de ensino relacionadas com estágios supervisionados e

atividades de extensão, valorizadas nas recém aprovadas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Odontologia.

Um resultado parcial extraído da análise em andamento (PERRI DE CARVALHO E KRIGER, 2003), a título de ilustração, está ilustrado nos Gráficos 4 e 5.

Esses gráficos, comparando os resultados das respostas dos graduandos na questão 42, do ano inicial em que ela foi introduzida (1999) com o mais recente (2002), mostram que na percepção dos graduandos de Odontologia houve uma melhoria na qualidade de ensino, com mais oferta de atividades culturais. A questão 42, nos dois anos, foi "Que atividade(s) extracurricular(es) oferecida(s) na instituição você mais desenvolveu durante o período do seu curso?"

Há estudos relacionando o desempenho dos graduandos no Provão com o desempenho de faculdades (JUNQUEIRA *et al.*, 2001) e com disciplinas (MORAES *et al.*, 2001; PANZARINI *et al.*, 2001).

CONCLUSÃO SOBRE A RELAÇÃO AVALIAÇÃO/QUALIDADE DE ENSINO

As citadas análises, com base nos dados fornecidos pelo Exame Nacional de Cursos e disponibilizados pelo INEP, evidenciam vários sinais de melhoria na qualidade do ensino e, sem dúvida, também induzidos pelos processos de avaliação do MEC.

Desde o período da primeira avaliação geral – avaliação das condições de oferta dos cursos de Odontologia realizada pela SESu/MEC em 1998 – às atuações dos avaliadores *ad hoc* da SESu e do INEP, entre 1998 e 2002, a avaliação das condições de ensino periódica efetivada pelo INEP em 2002, às visitas dos diretores da ABENO às faculdades de Odontologia, fica clara a mudança para melhor no cenário dos cursos de Odontologia, no tocante ao projeto pedagógico do curso, ao corpo docente e às instalações. Neste ínterim, diversos cursos alteraram conceitos “D” e “E” e chegaram aos conceitos “B” e “A”.

Dessa maneira, entendemos que a ABENO tem subsídios concretos que comprovam a importância dos processos de avaliação realizados pelo MEC, como um dos agentes indutores da melhoria da qualidade de ensino dos cursos de graduação de Odontologia.

Ao nosso ver, há necessidade de continuidade, evidentemente como alguns ajustes e adequações, dos processos de avaliação que compõem o Sistema de Avaliação da Educação Superior do MEC. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- JUNQUEIRA, S. R.; ANTUNES, J. L. F.; ARAÚJO, M. E.; CRIVELLO Jr., O. Análise comparativa da evolução dos alunos da FOU SP no Exame Nacional de Cursos de 1997 a 1999. In: XXXV REUNIÃO ANUAL DA ABENO, 2000. *Anais. Rev ABENO*, v. 1, n. 1, p. 25, jan./dez. 2001.
- MORAES, E.; SALIBA, N. A.; MOIMAZ, S. A. S. A Odontologia Preventiva e Social avaliada pelo Provão. In: XXXV REUNIÃO ANUAL DA ABENO, 2000. *Anais. Rev ABENO*, v. 1, n. 1, p. 25, jan./dez. 2001.
- PANZARINI, S. R.; PERRI DE CARVALHO, A. C.; POI, W. R.; SONODA, C. K.; PEDRINI, D.; CASTRO, J. C. M. Avaliação do desempenho dos alunos da FO Araçatuba-UNESP nas questões de clínica integrada do Exame Nacional de Cursos (Provão). *Revista ROBRAC*, v. 10, n. 29, p. 54-57. 2001.
- PERRI DE CARVALHO, A. C. Odontologia - avaliação dos cursos de graduação e conceitos obtidos no Exame Nacional de Cursos de 1998. In: *Série Documentos de Trabalho 01/99*. NUPES, São Paulo : USP, 1999.
- PERRI DE CARVALHO, A. C. As Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Odontologia. *Stomatos*, v. 7, n. 12/13. 2001.
- PERRI DE CARVALHO, A. C. *Ensino de Odontologia em tempos da LDB*. Canoas : ULBRA, 2001.
- PERRI DE CARVALHO, A. C.; CARVALHO, D. R. Desempenho de graduandos de Odontologia no Exame Nacional de Cursos. *Rev ABENO*, v. 2, n. 2, p. 55-60, jan./dez. 2003.
- PERRI DE CARVALHO, A. C.; KRIGER, L. Análise do questionário-pesquisa do Exame Nacional de Cursos, área de Odontologia. Estudo sobre o desempenho de graduandos com conceitos “A” e “E” período de 1997 a 2002. (Estudo em andamento). 2003.

Ética na relação docência, pesquisa e indústria

Como continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelo Projeto Ensino e Pesquisa (PEP) em 2002, durante o 20º Congresso Internacional de Odontologia de São Paulo (CIOSP), as discussões sobre a relação entre docência, pesquisa e indústria foram retomadas em 2003.

Entende-se que o triângulo representado pela tríade docência/pesquisa/indústria deve ser compreendido de forma holística, constituindo-se numa relação indissociável entre as partes que o compõem.

Considera-se a docência como a formação de recursos humanos visando preparar novos profissionais para o futuro. A pesquisa, por sua vez, visa o avanço do conhecimento, a busca por coisas novas, é o que alimenta a sociedade. Deste modo, o sentido da docência e, por conseguinte da pesquisa, é emprestar a experiência do passado para que os jovens possam progredir.

Seguindo essa reflexão, ético é ensinar o que aluno precisa saber e não apenas o que o professor quer ou impõe. Assim, torna-se necessário adequar o ritual acadêmico onde o conhecimento deve ser construído.

A indústria como concretização da pesquisa tem a capacidade de transformá-la em produto. Seus valores são ditados pelo modelo de civilização em que vivemos, no qual o acúmulo e a riqueza constituem o foco da atenção. Através de "marketing" elaborado trabalha o imaginário popular, investe pesado na estética e em recursos tecnológicos.

Ético é saber regular as relações entre docência, pesquisa e indústria. Ao separá-las têm-se como consequência um ensino esterilizante, a investigação científica fechada em grupos de pesquisadores e indústrias voltadas para interesses próprios. Dessa forma, pressupõe-se que o conhecimento e a evolução tecnológica sejam voltados para a sociedade e que seu desenvolvimento se dê com compromisso social.

Para que as reflexões do PEP pudessem ser vivenciadas pelo maior número de pessoas interessadas, estabeleceu-se uma metodologia de debate em forma de arena no centro da feira de exposições do 21º CIOSP. Debatedores e demais participantes passaram a discutir as seguintes questões:

1) Como você entende que deve ser o relacionamento ético do professor (pesquisa) em relação

às indústrias? O professor deve divulgar sempre todos os materiais testados para o(s) qual(is) recebe remuneração?

- 2)** Como você entende que deve ser o relacionamento ético da indústria em relação ao professor (pesquisa)? A indústria quando buscar subsídios de profissionais deve divulgar seus nomes?
- 3)** Em relação à ética entre profissional/indústria, quanto aos resultados obtidos, assinale a melhor alternativa:
- a)** Deve existir um órgão regulamentador e fiscalizador?
 - b)** Deve existir um atestado comprobatório dos resultados das pesquisas com divulgação dos participantes?
 - c)** As pesquisas devem ser referendadas por outras unidades de pesquisa (explicitadas)?
- 4)** A indústria deve colocar no material de divulgação as desvantagens do material/equipamento observadas nas pesquisas?

Os principais aspectos apontados foram:

- A necessidade de tornar explícitas as relações entre docentes/pesquisadores e indústria divulgando amplamente o recebimento de honorários e os financiadores da pesquisa. Se o professor recebe para divulgar determinado material esse fato deve ser veiculado de forma transparente e não travestido de investigação científica quando disseminar a informação.
- A divulgação de resultados das pesquisas, com conclusões tanto positivas quanto negativas, é imperativa. Um comportamento ético exige que os resultados sejam de domínio da comunidade científica independentemente de quem financia o experimento científico.

É imprescindível que o órgão governamental regulamentador e fiscalizador de produtos odontológicos seja consolidado e que as informações prestadas pela indústria sejam referendadas pela comunidade científica. A norma é importante para definir limites e padrões; as bulas devem contemplar informações completas sobre a formulação, a manipulação, a indicação, a contra-indicação, as limitações de uso e os efeitos colaterais, entre outras.

A necessidade de compor uma comissão de controle de ética para as atividades desenvolvidas durante eventos científicos, bem como em atividades asso-

ciativas, acadêmicas e industriais, foi rediscutida e enfatizada, merecendo aprofundamento.

Considerando a complexidade do tema e a importância de se fomentar o debate sugere-se que a participação seja ampliada e aberta a todos os interessados. O reflexo dessa discussão trará o entendimento da ética no sentido mais amplo em prol de um futuro mais promissor com a humanidade mais feliz e com relações de respeito, solidariedade e amor.

Reforçando veementemente as recomendações contidas no relatório de 2002, essas devem ser amplamente divulgadas em entidades de classe, conselhos, cursos de Odontologia, órgãos de fomento, Ministérios da Saúde, Educação e Ciência e Tecnologia, Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (ABIMO) e na imprensa.

PARTICIPANTES DO PROJETO ENSINO E PESQUISA:

Adair Luiz Stefanello Busato - debatedor

Alfredo Júlio Fernandes Neto - debatedor
Ana Cristina Barreto Bezerra - ativadora
Carlos Alberto Conrado - coordenador
Célio Percinoto - participante
Eduardo Gomes Seabra - participante
Efigênia Ferreira Ferreira - debatedora
Elda Pisaneschi - participante
Elenice Nogueira Gonçalves - coordenadora
Isabela de Almeida Pordeus - participante
José Arimatea A. Calsaverini - ativador
José Luiz Lage-Marques - ativador
José Ranali - participante
Kátia Regina H. Cervantes Dias - participante
Maria Aurélia Varela - secretária
Maria Celeste Morita - secretária
Orlando Ayrton de Toledo - participante
Paulo Roberto Ramos de Souza - ativador
Pedro Américo Machado Bastos - participante
Raphael Carlos Comelli Lia - participante
Sigmar de Mello Rode - coordenador
Ubiratan D'Ambrósio - debatedor
Wanderley Ferreira da Costa - coordenador geral
São Paulo, 28 de janeiro de 2003. ■

A evolução dos cursos de Odontologia no Brasil

Alfredo Júlio Fernandes Neto*

* Ex-Presidente da ABENO

A regulamentação do exercício profissional da Odontologia data de 14/05/1856, com o Decreto nº 1.764. O engajamento dos profissionais era feito pela concessão do título àqueles que recebiam um aprendizado informal, dentro de uma prática artesanal.

O ensino formal só teve início com o Decreto nº 7.247 de 19/04/1879, que estabeleceu o curso de Cirurgia Dentária, anexo a faculdades de Medicina. Em 1882, foi criado na Bahia o primeiro curso, cujo currículo refletia o modo de produção social.

As matérias se dividiam em básicas e profissionais:

- Matérias Básicas
 - Anatomia da Cabeça
 - Histologia Dentária
 - Fisiologia Dentária
 - Patologia Dentária

E, ainda, Física Elementar e Química Mineral Elementar.

- Matérias Profissionais
 - Terapêutica Dentária
 - Medicina Operatória
 - Cirurgia Dentária

Em 1884, foi retirada a matéria Medicina Operatória, sendo acrescentadas Prótese Dentária e Higiene da Boca. A duração dos cursos era de 2 (dois) anos.

Esse currículo permaneceu até o Decreto nº 8.661, de 05/04/1911, quando foi introduzida a cadeira de Técnica Odontológica, com o ensino em manequins.

Nova alteração viria ter lugar com o Decreto nº 3.830, de 29 de outubro de 1919, passando os cursos para 4 (quatro) anos de duração, dando ênfase a conhecimentos básicos em Biologia e Técnica Dentária.

O Decreto nº 19.851, de 11/04/1931, que estabeleceu a reforma do ensino superior no Brasil, fixou oficialmente o curso em 3 (três) anos de duração e exigia o curso ginásial na escola superior. O currículo passou a ter a seguinte estrutura:

1º ano: Anatomia, Fisiologia, Histologia e Micro-

biologia, Metalurgia, Química Aplicada.

2º ano: Clínica Odontológica (1ª cadeira), Higiene e Odontologia Geral, Prótese Dentária, Técnica Odontológica.

3º ano: Clínica Odontológica (2ª cadeira), Patologia e Terapêutica Aplicadas, Prótese Buco-Facial, Ortodontia e Odontopediatria.

O Decreto nº 20.179, de 6 de julho de 1931, destacou esse currículo como o padrão mínimo para o Brasil.

Em 1933, os cursos de Odontologia tornaram-se autônomos, ou seja, desligaram-se da tutela das escolas médicas, o que facultou a algumas escolas a criação de disciplinas além das obrigatórias.

Em 1961, com a Lei nº 4.024, o Conselho Federal de Educação (CFE) passou a ter competência para fixar o currículo mínimo e a duração dos cursos superiores. Pelo Parecer 299/62, o CFE traçou o novo perfil do cirurgião-dentista (dentista geral, policlínico, destinado à coletividade) e estabeleceu o novo currículo em dois ciclos – básico e profissional –, aprovado em 16/11/1962.

• Ciclo Básico (2 anos):

- Anatomia
- Histologia - Embriologia
- Microbiologia
- Patologia Geral e Buco-Dental
- Farmacologia e Terapêutica
- Materiais Dentários
- Dentística Operatória

• Ciclo Profissionalizante (2 anos):

- Clínica Odontológica
- Cirurgia Odontológica
- Prótese Dentária
- Prótese Buco-Maxilo-Facial
- Ortodontia
- Odontopediatria
- Higiene e Odontologia Preventiva
- Odontologia Legal

Em 1º de janeiro de 1971, surgiu novo currículo, sem alterações substanciais, reorientando o ciclo básico com a Biologia, as Ciências Morfológicas, as

Ciências Fisiológicas e a Patologia (Geral), ficando o ciclo profissional com a Patologia e Clínica Odontológica, Odontologia Social e Preventiva, a Odontopediatria e a Odontologia Restauradora.

Em 3 de setembro de 1982, o CFE estabeleceu o novo currículo mínimo, por meio da Resolução CFE nº 04/82.

RESOLUÇÃO Nº 04/82 – CFE

Fixa os mínimos de conteúdo (de 03/09/1982) e de duração do curso de Odontologia (de 16/09/1982).

O presidente do conselho federal de educação, na forma que dispõe o artigo 26, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 e, tendo em vista as conclusões do Parecer nº 370/82, homologado pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura, resolve:

Art. 1º - O currículo mínimo do curso de graduação em Odontologia compreende as seguintes matérias:

a. Matérias Básicas

- Ciências Morfológicas
- Ciências Fisiológicas
- Ciências Patológicas
- Ciências Sociais

b. Matérias Profissionalizantes

- Propedêutica Clínica
- Clínica Odontológica
- Clínica Odontopediátrica
- Odontologia Social
- Clínica Integrada

Art. 2º - Nas Ciências Morfológicas serão ministrados conhecimentos de Genética, Evolução, Histologia e Embriologia, e Anatomia.

Art. 3º - Nas Ciências Fisiológicas serão ministrados conhecimentos de Bioquímica, Fisiologia e Farmacologia.

Art. 4º - Nas Ciências Patológicas serão ministrados conhecimentos de Patologia Geral, Microbiologia, Parasitologia e Imunologia.

Art. 5º - Nas Ciências Sociais, estudar-se-ão fundamentos de Sociologia, Antropologia e Psicologia.

Art. 6º - Na Propedêutica Clínica serão estudadas Patologia Bucal, Semiologia e Radiologia.

Art. 7º - Na Clínica Odontológica estudar-se-ão Materiais Dentários, Dentística, Endodontia, Periodontia, Cirurgia, Traumatologia e Prótese, objetivando o tratamento e a restauração dos dentes e dos tecidos vizinhos.

Art. 8º - Na Clínica Odontopediátrica estudar-se-ão os aspectos particulares da Patologia e da clínica da

infância, bem como medidas preventivas ortodônticas.

Art. 9º - Na Odontologia Social estudar-se-ão os aspectos sociais, deontológicos, legais e os de orientação profissional.

Art. 10º - Serão ministrados conhecimentos fundamentais de Escultura Dental e de Oclusão.

Art. 11º - No Ciclo Profissionalizante deverão ser ministrados conhecimentos de: planejamento e administração de serviços de saúde comunitária, trabalho em equipe de saúde, Metodologia Científica, pessoal auxiliar, bem como técnicas e equipamentos odontológicos simplificados.

Art. 12º - O ensino e treinamento dos alunos, em termos de necessidades globais dos pacientes, será realizado em clínica integrada com a duração mínima de um semestre letivo, sem prejuízo das atividades específicas utilizadas como recursos de ensino das diversas matérias profissionalizantes.

Art. 13º - A prevenção constituir-se-á orientação do ensino focado nas diferentes disciplinas ou atividades.

Art. 14º - O ensino deverá ser estruturado de tal forma que os programas instituíam atividades do aluno junto ao paciente o mais precocemente possível, incrementando gradativamente as atividades de extensão.

Art. 15º - As atividades extramurais serão desenvolvidas sob a forma de estágio supervisionado preferencialmente em Sistemas Públicos de Saúde.

Art. 16º - O curso de Odontologia terá a duração mínima de 3.600 (três mil e seiscentas) horas, integralizadas de 8 (oito) e máximo de 18 (dezoito) semestres letivos.

Art. 17º - As disciplinas Estudo de Problemas Brasileiros e Educação Física deverão integrar, obrigatoriamente, os currículos plenos, obedecendo as normas legais vigentes, não computada a carga horária das mesmas na duração mínima prevista nesta Resolução.

Art. 18º - A presente Resolução passará a vigorar a partir de 1983.

Lafayette de Azevedo Pondé – Presidente.

Este currículo mínimo vigorou até a promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a partir do que passará a vigorar as diretrizes curriculares, a serem aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE. ■

Desempenho de graduandos de Odontologia no Exame Nacional de Cursos

Análise de grupos de cursos com resultados extremos (1997-2001).

Antonio Cesar Perri de Carvalho*, Daniel Rey de Carvalho**

* Professor de Cursos de Pós-Graduação da UNESP - Araçatuba e da ULBRA - Canoas, consultor da UNIPLAC e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC).

** Mestre pela UNESP - Araçatuba, Professor da Universidade Católica de Brasília e do Curso de Especialização da FOPLAC, Brasília, DF.

RESUMO

Com o objetivo de se estabelecer relação entre os desempenhos extremos no Exame Nacional de Cursos (ENC), de 1997 a 2001, com os resultados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC) sobre algumas questões do questionário-pesquisa – preenchido pelos graduandos – sobre condições de ensino e a quantidade de graduandos, foram compostos dois grupos de cursos de Odontologia: a) os dois cursos com cinco conceitos “A” (Universidade de Brasília e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) e os dois cursos com quatro conceitos “A” (Universidade de São Paulo - Bauru e Universidade Estadual Paulista - São José dos Campos); b) os dois cursos com quatro conceitos “E” (Universidade Iguazu - Rio de Janeiro e Universidade do Amazonas - Manaus).

Conclui-se que há relação entre desempenho no ENC e as condições de ensino. Os cursos com conceito “A” se diferenciam nas respostas dos graduandos nas questões sobre: equipamentos suficientes (1998 e 1999), apresentação de plano de ensino, disciplinas com conteúdo desequilibrado e atualização do docente. Esse grupo também apresenta menor quantidade de graduandos.

DESCRITORES

Ensino. Avaliação educacional.

Os cursos de Odontologia foram incluídos no Exame Nacional de Cursos, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacio-

nais do MEC (INEP/MEC), a partir de 1997. A prova tem sido elaborada segundo os critérios e diretrizes estabelecidos pela Comissão de Odontologia para o Exame Nacional de Cursos.

A prova constituiu-se de 40 questões de múltipla escolha e 5 questões discursivas, procurando-se verificar a aquisição, pelos graduandos, das seguintes habilidades: colher, observar e interpretar dados para a construção de um diagnóstico; identificar as afecções buco-maxilo-faciais prevalentes; desenvolver raciocínio lógico e análise crítica; propor e executar planos de tratamento adequados; realizar a preservação da saúde bucal; comunicar-se com pacientes, com profissionais da saúde e com a comunidade; trabalhar em equipes interdisciplinares e atuar como agente de promoção de saúde; planejar e administrar serviços de saúde comunitária; acompanhar e incorporar inovações tecnológicas (informática, novos materiais, biotecnologia) no exercício da profissão.

Os conteúdos curriculares adotados, inicialmente, foram baseados no Currículo Mínimo para o Curso de Odontologia, aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 1982. Assim, a prova abrangeu os seguintes conteúdos curriculares: Ciências Morfológicas, Ciências Fisiológicas, Ciências Patológicas, Ciências Sociais, Propedêutica Clínica, Clínica Odontológica, Clínica Odontopediátrica e Odontologia Social.

No dia do exame, os graduandos entregam um questionário-pesquisa, previamente preenchido, com questões sobre as suas condições sócioeconômi-

cas e sobre as condições de ensino do curso de graduação.

Uma avaliação pioneira sobre o desempenho dos graduandos no Exame Nacional de Cursos e a relação com a avaliação das condições de oferta dos cursos (Avaliação das Condições de Oferta de Cursos de Graduação, 1998; Exame Nacional de Cursos, 1998) permitiu algumas reflexões sobre a pertinência e o valor dos itens avaliados pela Secretaria de Educação Superior do MEC (SESu), referentes aos resultados do ano de 1998 (PERRI DE CARVALHO, 1999 e 2001a). Concluiu-se que os resultados do Exame Nacional de Cursos, efetivamente têm alguma relação com as condições de oferta levantadas na avaliação mais detalhada efetivada pelos docentes verificadores da SESu.

O objetivo deste trabalho é estabelecer relação entre os desempenhos extremos de cursos de Odontologia no Exame Nacional de Cursos, de 1997 a 2001, com os resultados de algumas questões do questionário-pesquisa – preenchido pelos graduandos –, sobre condições de ensino e a quantidade de graduandos.

OBTENÇÃO DE DADOS

Foram consultados dados do questionário-pesquisa do Exame Nacional de Cursos, preenchidos pelos graduandos de Odontologia no período de 1997 a 2001, disponibilizados pelo INEP/MEC.

Considerando os desempenhos extremos dos cursos de Odontologia, foram selecionados dois grupos: a) os dois cursos com cinco conceitos “A” (Universidade de Brasília e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) e os dois cursos com quatro conceitos “A” (Universidade de São Paulo - Bauru e Universidade Estadual Paulista - São José dos Campos); b) os dois cursos com quatro conceitos “E” (Universidade Iguazu - Rio de Janeiro e Universidade do Amazonas - Manaus).

No questionário-pesquisa dos citados cursos, referentes ao período de 1997 a 2001, foram coletados os resultados percentuais das seguintes questões:

1. Com que frequência você utiliza a biblioteca de sua instituição?
2. Como você avalia a composição das disciplinas de seu curso?
3. Como você avalia o equilíbrio entre quantidade de conteúdo e carga horária das disciplinas de seu curso?
4. Ao iniciarem os trabalhos com cada disciplina, os docentes apresentam planos de ensino, contendo objetivos, metodologia, critérios de avaliação, cronograma e bibliografia?

5. Seus professores têm demonstrado domínio atualizado das disciplinas ministradas?
6. Dispunham de equipes suficientes para trabalhos em duplas, sem necessidade de subdivisão de turmas? Contavam com número adequado de pacientes matriculados para os diversos tratamentos?

Os dados sobre quantidade de graduandos foram obtidos dos Relatórios-Sínteses do Exame Nacional de Cursos, anualmente divulgados pelo INEP, com base em informações fornecidas pelas instituições.

Em seguida, obteve-se a média aritmética dos resultados das questões citadas do questionário-pesquisa e do número de graduandos, nos dois grupos de cursos, elaborando-se a representação gráfica.

RESULTADOS

Na análise das representações gráficas verifica-se que os cursos do grupo A (conceitos “A”) se diferenciam em algumas questões.

Na questão sobre o domínio atualizado das disciplinas ministradas pelos professores, a opção “D – A maior parte deles demonstra” foi a mais respondida pelos graduandos (Gráfico 1).

A questão sobre o equilíbrio entre conteúdo e tempo disponível para algumas disciplinas, introduzida a partir de 1999, teve as opções relacionadas com o desequilíbrio nesta relação, como as mais assinaladas (Gráfico 2).

No tocante à questão sobre composição das disciplinas do curso, introduzida a partir de 1999, a opção “B – O currículo deveria incorporar novas disciplinas” foi a mais respondida pelos graduandos. Houve uma inversão entre os cursos dos grupos A e B entre 1999 e 2001 (Gráfico 3).

Na questão sobre apresentação do plano de ensino, a alternativa “D – A maior parte apresenta” foi a mais respondida pelos graduandos, nitidamente destacada nos cursos do grupo (Gráfico 4).

A questão sobre equipamentos suficientes, teve a alternativa “A – Sim, sempre”, como a mais respondida pelos graduandos. Inicialmente com destaque para os cursos do grupo A e empatando a posição em 2001 (Gráfico 5).

A frequência de utilização da biblioteca teve como mais respondida a alternativa “E – Utilizo frequentemente”, sem distinção entre os dois grupos de cursos e com forte oscilação conjunta dos dois grupos entre 1997 e 2001 (Gráfico 6).

A média da quantidade de graduandos dos cursos dos dois grupos está representada no Gráfico 7, com predomínio de maior média para os cursos do grupo B.

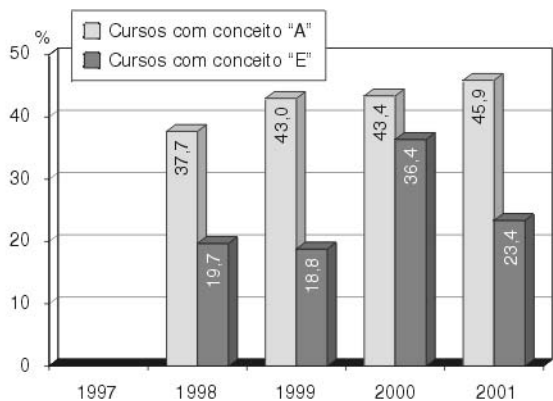


Gráfico 1 - Todos os professores demonstraram domínio atualizado das disciplinas ministradas. Fonte: INEP/MEC.

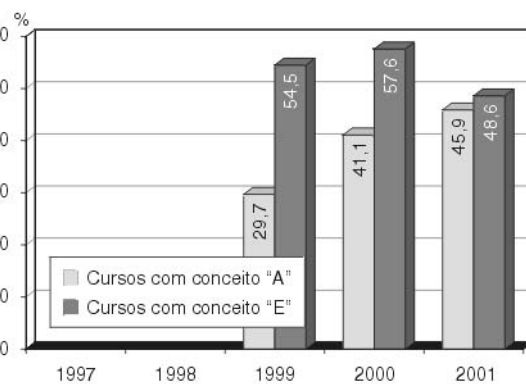


Gráfico 2 - Algumas disciplinas estão desequilibradas: muito conteúdo e pouco tempo para o seu desenvolvimento. Fonte: INEP/MEC.

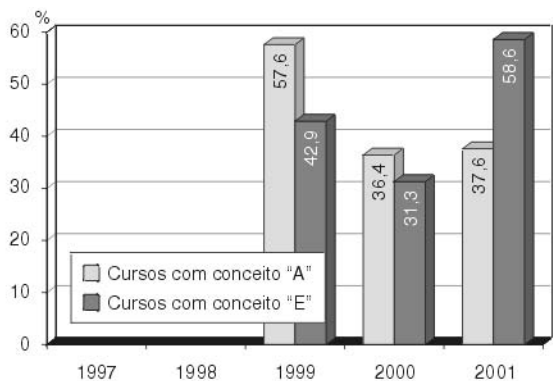


Gráfico 3 - Composição das disciplinas do curso: currículo deveria incorporar novas disciplinas. Fonte: INEP/MEC.

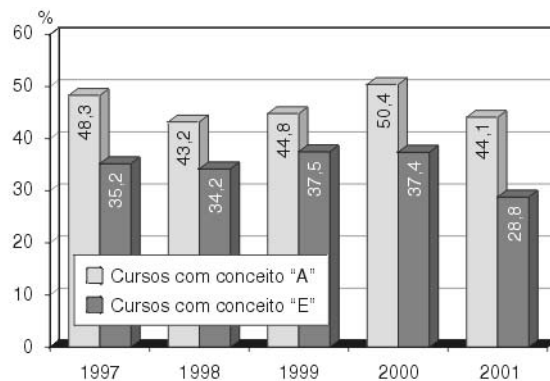


Gráfico 4 - No início de cada disciplina, todos docentes apresentam plano de ensino contendo objetivos, metodologia, critérios de avaliação, cronograma e bibliografia. Fonte: INEP/MEC.

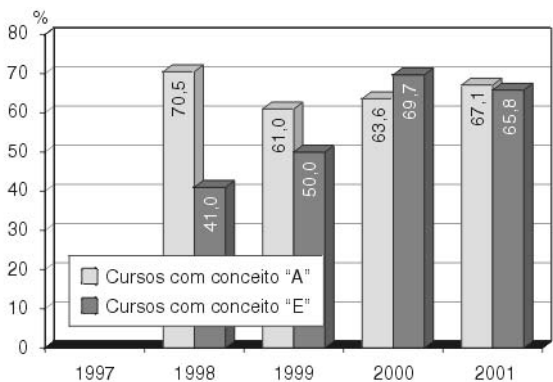


Gráfico 5 - Sempre dispunham de equipamentos suficientes para trabalho em duplas sem necessidade de subdivisão de turmas. Fonte: INEP/MEC.

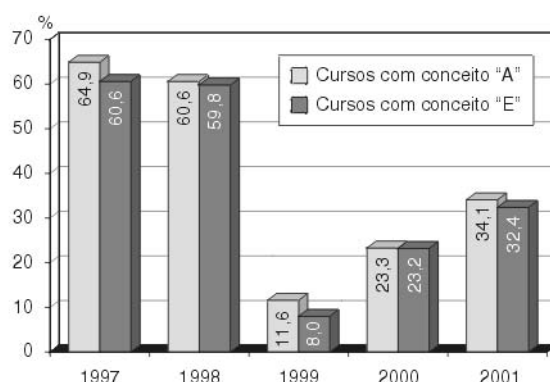


Gráfico 6 - Utilizam frequentemente biblioteca da IES. Fonte: INEP/MEC.

DISCUSSÃO

O desempenho de graduandos no Exame Nacional de Cursos e sua relação com as condições de ensino, vêm suscitando análises nos últimos anos.

SAMPAIO (2001) comenta que até a realização do Provão, “as considerações sobre a qualidade do ensi-

no oferecido pelos estabelecimentos de ensino superior, sobretudo pelos particulares, eram inferidas a partir de indicadores indiretos como titulação e jornada de trabalho dos docentes”. Esta observação, em princípio, tem relação com os resultados que encontramos em nosso estudo que chamam atenção

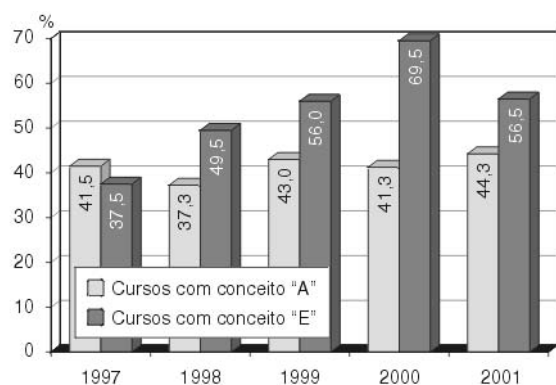


Gráfico 7 - Média da quantidade de graduandos por curso. Fonte: INEP/MEC.

para a importância do componente dedicação do docente. Os resultados dos gráficos 1 e 4 são indícios deste aspecto.

Inicialmente, nos cursos pioneiros de Odontologia, mas com reflexos posteriores, os professores dos cursos de Odontologia eram os profissionais bem sucedidos e os disponíveis para ensinar nas faculdades. Após a fundação da USP e a instituição do regime de trabalho de dedicação integral, criado com o objetivo de impulsionar a docência e a pesquisa e, principalmente, com preparação específica e depois com os cursos de pós-graduação, ficou mais definida a atuação do professor universitário e não apenas do profissional que ministra aulas. Mesmo assim, hoje em dia, convive-se com as duas situações dentro da diversidade ensejada por instituições públicas e privadas (PERRI DE CARVALHO, 1995, 2001b).

A propósito, BALBACHEVSKY (1996) classificou e analisou os professores universitários de acordo com a estrutura da carreira institucional: contexto I - adota o critério meritocrático, que a autora considera como as instituições de melhor perfil acadêmico, como as universidades estaduais paulistas e algumas instituições federais e privadas; contexto II - reconhece e premia a dedicação à vida acadêmica, mas tem critérios alternativos para a evolução na carreira, como a maioria das instituições públicas de ensino superior (federais, estaduais e municipais) e algumas privadas; contexto III - onde há real independência entre titulação e carreira institucional, como a maioria esmagadora das instituições privadas e algumas instituições municipais e estaduais.

O mesmo raciocínio pode se relacionar com o item "organização didático-pedagógica", pois, sem dúvida, está muito relacionado com o desempenho docente. O fato de que algumas instituições apresentam um rol de docentes bem qualificado em seus

quadros não significa, na prática, que eles estejam atuando no dia-a-dia das atividades de graduação. Apenas aferições na rotina permitiriam a certeza de que um plano ou projeto pedagógico vem sendo efetivamente implementado. Os resultados dos gráficos 2, 3, 4 e 6 estão relacionados com a dimensão "organização didático-pedagógica".

Em estudo sobre o Exame Nacional de Cursos em Economia, PAGNUSSAT (2001) comenta que este atualmente "é um instrumento de planejamento dos cursos, consagrou a cultura da avaliação e da imposição do aprimoramento permanente". Numa análise sobre as respostas ao questionário-pesquisa aplicado aos graduandos de Economia, entre 1999 e 2001, o autor concluiu que não houve grande alteração quanto às características dos cursos e destacou que as aulas tradicionais e não desenvolvem atividades acadêmicas além das obrigatórias. Embora o curso de Economia tenha um período de tempo menor de avaliação, provavelmente o resultado favorável do curso de Odontologia – haja vista os gráficos 2 e 4 –, seja devido ao desempenho da ABENO na orientação para a elaboração de um projeto pedagógico de curso (ABENO, 1998; PERRI DE CARVALHO *et al.*, 1998; LOMBARDO, RANALI, 1999).

A importância do processo de ensino-aprendizagem reside no fato que o processo se realiza através de um trabalho conjunto entre professor e alunos, onde o professor traça os objetivos que quer alcançar, conduzindo os alunos, fazendo-os participar em tarefas e atividades que lhes permitam construir significados cada vez mais próximos aos dos conteúdos do currículo escolar (PERRI DE CARVALHO, 2001a).

Essas considerações aparecem implícita ou explicitamente em alguns estudos sobre a prática pedagógica universitária. Em pesquisas regionais, efetivadas na alta noroeste do Estado de São Paulo e na capital paulista (PERRI DE CARVALHO, 1995; CARVALHO *et al.*, 1997) os formandos do interior deram maior importância ao bom entrosamento entre disciplinas e professores e, especificamente, à facilidade de contato e relacionamento com os professores. Por outro lado, entre os fatores que teriam prejudicado o andamento dos estudos, apontado pelos formandos das duas regiões citadas, foi arrolada a "má qualidade didática dos professores".

Em oportunas pesquisas com alunos de graduação das três grandes áreas de conhecimento da UNESP, GRÍGOLI (1990) observou que o "gostar de ensinar", na opinião dos alunos, comparece como qualidade fundamental num professor universitário e, inclusive, até mais importante do que "conhecer

profundamente a disciplina que leciona”. De outra pesquisa, com depoimentos de pós-graduandos na Faculdade de Odontologia da USP, MASETTO (1992) destaca alguns depoimentos dos docentes: “Estou acostumada com o ‘profissional dentista’ que dá aulas e é bem diferente do ‘profissional professor’ que está realmente preocupado com a aprendizagem” - “Em relação às condições que facilitaram o desenvolvimento e aprendizagem do curso, colocaria em primeiro lugar o ambiente de liberdade de expressão e pensamentos que foi percebido desde o primeiro contato”.

Assim, julgamos que é importante a ênfase do papel do professor de transmissor e avaliador do conhecimento, para planejador e organizador de seminários, consultor, orientador, avaliador e revisor do currículo e de temas ou unidades de aprendizagem. A atuação docente deve ser claramente atrelada a um projeto pedagógico do curso (ABENO, 1998; LOMBARDO, RANALI, 1999; PERRI DE CARVALHO *et al.*, 1998; PERRI DE CARVALHO, 2001a).

Nas avaliações efetivadas no ano de 1998, o item “instalações” é o que apresenta maior compatibilidade com os conceitos dos cursos no Exame Nacional de Cursos. Vale o destaque de que a infra-estrutura física e de equipamentos é um fator relevante para o desenvolvimento do curso de Odontologia. Nos resultados das verificações feitas pela SESu fica claro que há problemas importantes ligados à infra-estrutura física e às condições de funcionamento das bibliotecas, das clínicas e dos laboratórios (PERRI DE CARVALHO, 1999). Todavia, à vista dos resultados do Gráfico 5, nosso estudo induz à interpretação de que estão ocorrendo mudanças recentes na melhoria das instalações dos cursos.

As oscilações detectadas no Gráfico 6, sobre utilização de biblioteca, sugerem que provavelmente não houve clareza e coerência por parte dos graduandos nas respostas dos anos de 1997 e 1998. Tomamos a liberdade de imaginar que os cursos não ofereçam estímulo e/ou condições adequadas para a utilização da biblioteca.

O resultado do Gráfico 7, sobre a média da quantidade de graduandos, indica que a quantidade menor de graduandos também esteja relacionada como fator que favoreça o melhor desempenho deles no Exame Nacional de Cursos.

O presente estudo permite o estabelecimento de relação entre desempenho no Exame Nacional de Cursos e as condições de ensino. Há indicações sugestivas de um processo de mudança no ensino de Odontologia. Na atualidade, as inovações pedagógi-

cas, a tecnologia como subsídio à formação, aliadas ao momento de implementação das avaliações de cursos e de instituições, têm gerado novos desafios à docência universitária. Ao mesmo tempo, os avanços em todas as áreas do conhecimento contribuem para a caracterização de novo paradigma que leva ao repensar do processo ensino-aprendizagem (FERNANDES E GRILLO, 2001).

CONCLUSÕES

Dentro das condições deste estudo é possível concluir que há relação entre desempenho no Exame Nacional de Cursos e as condições de ensino. Os cursos com conceito “A” se diferenciam nas respostas dos graduandos nas questões sobre: equipamentos suficientes (1998 e 1999), apresentação de plano de ensino, disciplinas com conteúdo desequilibrado e atualização do docente. Esse grupo também apresenta menor quantidade de graduandos por curso.

ABSTRACT

Performance of Dental undergraduate students in the National Course Exam

The relationship between extreme results in the National Course Exam, from 1997 to 2001, was studied using the publicized results of some questions of the research-questionnaire (developed by the National Institute of Studies and Researches in Education – INEP/MEC), answered by Brazilian undergraduates, about teaching conditions and number of students. Two groups of Dental courses were established: a) the two courses with five grades “A” (University of Brasília and Federal University of Mato Grosso do Sul) and the two courses with four grades “A” (University of São Paulo - Bauru and São Paulo State University - São José dos Campos); b) the two courses with four grades “E” (University of Iguazu - Rio de Janeiro and University of Amazonas - Manaus).

It was concluded that there is a relationship between the results obtained in the National Course Exam and some teaching conditions of those Dental courses. Students in courses with “A” grades gave different answers for questions about: sufficient equipment (1998 and 1999), teaching plan presentation, disciplines with unbalanced contents and teachers’ update. That group also presents less students per course.

DESCRIPTORS

Teaching. Educational measurement. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABENO. Projeto pedagógico para curso de Odontologia: *Anais da 33ª Reunião da Associação Brasileira de Ensino Odontológico*. Uberlândia, 1998.
- BALBACHEVSKY, E. Atores e estratégias institucionais. A profissão acadêmica no Brasil. Parte I – Ensino e extensão. In: *Série Documentos de Trabalho*, 01/96. São Paulo : Nupes/USP, 1996.
- CARVALHO, D. R., PERRI DE CARVALHO, A. C., SAMPAIO, H. Motivações e expectativas para o curso e para o exercício da Odontologia. *Rev Assoc Paul Cir Dent*, v. 51, n. 4, p. 345-9. 1997.
- FERNANDES, C. M. B.; GRILLO, M. *Educação superior*. Canoas : ULBRA, 2001. 312p.
- GRÍGOLI, J. A. G. *A sala de aula na universidade na visão dos seus alunos*. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Exame Nacional de Cursos: relatório-síntese 1998*. Brasília : MEC, 1998.
- LOMBARDO, I. A.; RANALLI, J. *Projeto pedagógico. Manual de Orientação*. Uberlândia : ABENO, 1999.
- MASETTO, M. T. *Aulas vivas. Tese (e prática) de Livre Docência*. São Paulo : MG Editores Associados Ltda. 1992.
- PAGNUSSAT, J. L. *Provão de Economia 2001: sucesso e fracassos dos Cursos de Economia de Brasília. Revista de Conjuntura*, v. 2, n. 8, p. 36-46, 2001.
- PERRI DE CARVALHO, A. C. - *Educação & saúde em Odontologia. Ensino da prática e prática do ensino*. São Paulo: Editora Santos. 1995.
- PERRI DE CARVALHO, A. C. Odontologia – avaliação dos cursos de graduação e conceitos obtidos no Exame Nacional de Cursos de 1998. In: *Série Documentos de Trabalho*, 01/99. São Paulo : Nupes/USP, 1999.
- PERRI DE CARVALHO, A. C. *Ensino de Odontologia em tempos da LDB*. Canoas : ULBRA, 2001 (a).
- PERRI DE CARVALHO, A. C. A evolução do ensino odontológico no século XX no Brasil. In: ROSENTHAL, E. A. *Odontologia no Brasil no século XX*. Cap. IV. São Paulo : Santos, p.49-67. 2001 (b).
- PERRI DE CARVALHO, A. C., FERNANDES NETO, A. J., MADEIRA, M. C. Diretrizes curriculares e projeto pedagógico para curso de Odontologia. In: *Série Documentos de Trabalho*, 02/98. São Paulo : Nupes/USP, 1998.
- SAMPAIO, H. *Ensino superior no Brasil. O setor privado*. São Paulo : Hucitec, 2001.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESu). *Avaliação das condições de oferta de cursos de graduação: relatório-síntese 1998*. Brasília : MEC, SESu, 1998.

Gestão acadêmica – complexidade e integração

Uma universidade que pretenda fazer frente às novas demandas do conhecimento, ampliando suas formas de atuação na sociedade, deve criar condições para que todos os sujeitos compreendam a realidade cultural, social, política e econômica do país.

Elza Maria Neffa Vieira de Castro*

* Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Coordenadora Geral do Projeto de Educação Ambiental do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara - PEA/PDBG. Núcleo de Referência em Educação Ambiental da Faculdade de Educação - UERJ.

Ao pensar em gestão acadêmica refletimos sobre a complexidade do tema e sobre a necessidade de se compreender o contexto em que o ser humano contemporâneo se insere para que possamos ter algumas considerações.

Falar de complexidade remete-nos a Edgar Morin que combate a simplificação do pensamento por esse não exprimir a unidade e a diversidade presentes no todo.

Sua proposta de reformar o pensamento baseia-se na valorização do complexo e na defesa da interligação de todos os conhecimentos como forma de se obter uma visão geral da realidade, uma perspectiva global que favorece a aprendizagem.

Sob a ótica da Teoria da Complexidade, a sala de aula aparece como um fenômeno complexo que abriga uma diversidade de ânimos, culturas, classes sociais e econômicas, sentimentos etc. Por isso, constitui-se como um espaço heterogêneo ideal para se dar início a uma reforma da mentalidade, necessária à superação da especialização que fragmenta o currículo escolar em disciplinas estanques e não complementares.

A percepção do conjunto surge, para Morin, da busca do aluno para estabelecer relações e favorece

o ensino ao possibilitar a incorporação dos problemas cotidianos ao currículo, contextualizando-o.

CARACTERÍSTICAS DA MODERNIDADE

A realidade dinâmica, complexa e incerta, vivenciada pelos seres humanos neste momento de transição milenar, demanda uma reflexão sobre os valores ensejados pela modernidade, entendida como um conjunto de experiências vitais, compartilhado por homens e mulheres, de espaço e tempo, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida, registradas ao longo dos últimos anos, que despejou a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança de luta e contradição, de ambigüidade e angústia.

A modernidade caracterizou-se por estilos de vida que desvencilharam os homens de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira nunca vista anteriormente. A transformação acelerada da paisagem européia e, posteriormente, de todo o planeta é percebida:

- por inúmeros fenômenos que configuram uma situação particular nas formações sociais, inicialmente no século XVI² com a sedimentação do sistema capitalista comercial e, primordialmente,

1. Marshall Berman. *Tudo que sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

2. Krisham Kumar enfatiza a importância do capitalismo comercial no século XVI no processo de gestação e nascimento da modernidade. Para este autor, a modernidade relaciona-se mais estreitamente com o capitalismo do que propriamente com o industrialismo. Esse fato deve-se às formas de vida econômica da sociedade pós-industrial à pós-moderna. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1997.

nos séculos XVII e XVIII³ quando é conformada por descobertas físicas que mudaram a visão de homem e de mundo;

- por uma enorme concentração de populações em centros urbanos;
- pelo crescimento exorbitante da produtividade manufatureira e, mais tarde industrial, geradora de riqueza concentrada em contraste com o aumento da pobreza;
- pelo desenvolvimento das “forças de produção” com cristalização de duas classes sociais antagônicas – burguesia e operariado – em luta constante;
- pela presença de Estados nacionais burocráticos cada vez mais fortes e de conglomerados multinacionais de capital;
- por um mercado mundial, em crescente expansão, destruidor dos mercados locais e regionais;
- por movimentos sociais organizados;
- por meios de comunicação de massa integradores de espaços distantes, em tempos curtos;
- pela valorização da razão em detrimento da religião;
- por sujeitos sociais respeitados como indivíduos (e não mais referenciados através de linhagens, famílias ou clãs);
- pelo pertencimento social dado pela origem nacional;
- por desejos e reivindicações ampliados de revolução permanente, de desenvolvimento infinito, de constante criação e renovação em todas as esferas da vida.

A velocidade com que os acontecimentos ocorrem, a mutação dos valores, a degradação moral e material (corrupção), a atomização das pessoas, o anonimato, a fragmentação das idéias, a mercantilização, a reorganização espacial provocada pela des territorialização do capital e a conseqüente criação de centros hegemônicos: mais poderosos que os Estados nacionais são alguns aspectos resultantes da mundialização da economia marcada pela hegemonia das políticas neoliberais, a aceleração da produ-

ção capitalista do mundo não-material e da vivência da terceira onda de revolução tecnológica⁴, que provocaram incertezas e indeterminações e geraram a necessidade de se

“implodir o paradigma antropocêntrico, causalista, linear e determinista para, em seu lugar, exercitar um estilo de pensamento egocêntrico e cosmológico que privilegie a síntese, a cooperação e a cumplicidade entre homens e coisas, a sabedoria intuitiva, o imaginário, o poético, enfim, o intercâmbio entre vida e idéias.”

OS PARADIGMAS CIENTÍFICOS

Os paradigmas⁵ da ciência na modernidade, sustentados na filosofia de Descartes e na física newtoniana, cujas bases para chegar ao conhecimento científico fundamentavam-se no Racionalismo e no Determinismo, livres de interferências subjetivas, preconceitos e superstições, mostram-se insuficientes para conceituar as modificações ocorridas na complexa realidade contemporânea, por traduzir conhecimentos que obedecem a uma lógica mecânica, permitindo previsão e predição. Essa lógica ensinou a separar e a isolar os objetos de seus contextos, a realidade dos conhecimentos especializados, o espírito da matéria; a filosofia da ciência; o conhecimento que vem da literatura do conhecimento que vem da pesquisa científica, o sujeito do conhecimento do objeto do conhecimento.

O modelo de racionalidade científica que caracteriza o paradigma moderno:

- é contra todas as formas de dogmatismo e autoridade, provenientes dos pensamentos aristotélicos e medieval;
- desconfia das evidências da experiência imediata;
- preconiza o ser humano como “senhor e possuidor da natureza”;
- propõe ascensão de um conhecimento rigoroso da natureza, a partir das idéias matemáticas que fornecem, à ciência moderna, a análise, a lógica

3. Torna-se imperioso salientar que a história da modernidade desenvolve-se desde o século XVI, ainda de forma embrionária, com os sujeitos históricos apenas começando a experimentar a vida moderna.

4. Moreira, R. J. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In: *Mundo rural e tempo presente*/organizadores: Luiz Flávio Carvalho Costa, Roberto José Moreira, Regina Bruno; 1999. Rio de Janeiro, RJ : Mauad, c1999.

5. Maria da Conceição de Almeida e Edgar de Assis Carvalho. Apresentação. In: *Ensaio de complexidade*/coordenação de Gustavo de Castro... et al. Porto Alegre: Sulina, 1997, p. 13.

6. A noção de paradigma, adotada neste estudo, parte da concepção de Kuhn em sua obra. A estrutura das revoluções científicas, define paradigma como “o conjunto das crenças, dos valores reconhecidos e das técnicas comuns aos membros de um determinado grupo”. A análise incorpora, também, a proposta de Edgar Morin que conceitua paradigma através de um enfoque relacional em que conceitos-mestres sobrepõem-se às teorias rivais sem entretanto, fazê-las desaparecer. Em sua concepção, os paradigmas são estruturas de pensamento que de modo inconscientes comandam nosso discurso. Em suas palavras “um grande paradigma (episteme, “mindscape”) controla não apenas as teorias e os raciocínios, mas também o campo cognitivo, intelectual e cultural em que nascem teorias e raciocínios. Controla, além disso, a epistemologia, que controla a teoria e a prática decorrente da teoria”. In: *Método IV: as idéias*. Porto Alegre : Sulina, 1998b.

- da investigação e o modelo de representação da estrutura da matéria. Daí derivam duas consequências:
- a aferição do rigor científico pelo rigor das medições;
 - a redução da complexidade.
- Supõe o Mecanicismo, embasado na física newtoniana, em que todos os fenômenos físicos estão reduzidos ao movimento de partículas materiais, causado por uma atração mútua, ou seja, pela força da gravidade, e na idéia de um mundo máquina, em que o universo material é explicado em função da organização e do movimento de suas partes, como uma máquina perfeita que poderia ser descrita objetivamente independente do observador humano e a natureza funcionando de acordo com leis físicas e matemáticas; um mundo estático e eterno a flutuar num espaço vazio; um mundo que o racionalismo cartesiano torna cognoscível por via da sua decomposição nos elementos que o constituem. Conhecer significa dividir e classificar para depois determinar relações sistemáticas entre o que se separou;
 - prega o Determinismo como um conhecimento utilitário e funcional capaz de promover o domínio do real e atender aos interesses da burguesia ascendente, que pressupunha dominar o estágio final de evolução da humanidade (o estado positivo de Conte; a sociedade individual de Spencer; a solidariedade orgânica de Durkheim);
 - aspira ao conhecimento científico como um conhecimento causal que pressupõe a formulação de leis, à luz de regularidades observadas, com vista a prever o comportamento futuro dos fenômenos;
 - rompe com o conhecimento do senso comum, na medida em que as leis da ciência moderna são um tipo de causa formal no qual o agente (causa eficiente) e o fim das coisas (causa final) são expulsos do processo de previsão e intervenção do real;
 - permite a emergência das ciências sociais, a partir da transferência da possibilidade da descoberta das leis da natureza para a possibilidade da descoberta das leis da sociedade;
 - considera o conhecimento científico como modelo do conhecimento universalmente válido, negando o caráter racional das formas de conhecimento que não se pautam pelos princípios epistemológicos e pelas regras metodológicas da ciência moderna;
 - postula três distinções fundamentais:
 - entre conhecimento científico e conhecimento do senso comum;
 - entre natureza e pessoa humana;
 - entre infra-estrutura – o mundo da matéria e do econômico e superestrutura – ideológico, político, jurídico.
- Os efeitos dessas separações sobre o pensamento ocidental são:
- conhecimento de nós mesmos como egos isolados existentes “dentro” dos nossos corpos;
 - atribuição de valor mais elevado ao trabalho mental do que ao trabalho manual;
 - habilitação às indústrias de venderem produtos que proporcionem o “corpo ideal”;
 - impedimento aos médicos de considerarem a dimensão psicológica das doenças e aos psicoterapeutas de lidarem com o corpo dos pacientes;
 - dificuldade dos fundadores da Teoria Quântica de interpretarem as observações dos fenômenos atômicos.
- Reivindica o monopólio do conhecimento científico-social através de duas concepções consideradas antagonicas, mas que partilham da distinção natureza/ser humano:
 - uma mais diretamente vinculada à epistemologia e à metodologia positivistas das ciências naturais;
 - e outra, de vocação antipositivista, caldeada numa tradição filosófica complexa, fenomenológica, interacionista, mito-simbólica, existencialista, pragmática, reivindicando a especificidade do estudo da sociedade.
- A primeira concepção resultou do pensamento de Einstein (1905) sobre Relatividade da Simultaneidade em que ele distingue a simultaneidade de acontecimentos presentes no mesmo lugar e a simultaneidade de acontecimentos distantes, em particular dos acontecimentos separados por distâncias astronômicas. Em relação a estes últimos, o problema lógico a resolver é o seguinte: como é que o observador estabelece a ordem temporal dos acontecimentos no espaço? Por medições da velocidade da luz, partindo do pressuposto de que não há na natureza velocidade da luz.
- No entanto, ao medir a velocidade numa direção única de A a B, Einstein defronta-se com um círculo vicioso. A fim de determinar a simultaneidade dos acontecimentos distantes é necessário conhecer a velocidade, mas para medir a velocidade é preciso conhecer a simultaneidade dos acontecimentos.
- Einstein rompe com esse círculo, demonstrando

que a simultaneidade dos acontecimentos distantes não pode ser verificada, pode tão só ser definida. É arbitrária e daí não poder haver contradições nos resultados quando se faz medições, uma vez que eles devolverão a simultaneidade introduzida por definição no sistema de medição.

Essa teoria veio revolucionar a noção de espaço e tempo. Não havendo simultaneidade universal, o tempo e o espaço absolutos de Newton deixam de existir e deixam transparecer a proposição de que dois acontecimentos simultâneos num sistema de referência não são simultâneos em outro sistema de referência.

- Com a equação $E=mc^2$, Einstein provou não existir distinção entre matéria e energia. Massa é energia, energia possui massa.
- Contribuiu para a descrição dos fenômenos da natureza e para o reconhecimento das partículas subatômicas como padrões de energia, trazendo a idéia da existência de um dinamismo intrínseco a essas partículas.
- O mundo passou a ser concebido como movimento, fluxo de energia e processo de mudança.
- O universo passou a ser composto de espaço/energia indissociáveis.

A Teoria Quântica (1900), de Max Planck, é a tentativa mais completa de desenvolvimento de uma abordagem global do funcionamento das leis do universo relacionadas à matéria e ao seu desenvolvimento. Introduziu o conceito de átomos de energia ou quantum.

A Teoria da Relatividade e a Teoria Quântica contribuíram para a revolução paradigmática que superou:

- a noção de espaço e tempo absolutas;
- a noção de partículas sólidas elementares;
- a objetividade científica;
- a causalidade;
- a separatividade.

A Lei da Complementaridade, introduzida por Niels Bohr, esclarece que as unidades subatômicas podem aparecer tanto como ondas ou como partículas e tudo isto, simultaneamente.

- Como partícula é um objeto físico, concreto e tem massa, ocupa um lugar no espaço.
- Como onda é invisível, não pode ser localizada pois não tem massa.
- As imagens, ondas e partículas são descrições complementares de uma mesma realidade, estado do “ser” e do “vir-a-ser” que constitui um universo imprevisível e criativo, onde qualquer acontecimento ou evento é uma questão de pro-

babibilidade, o que passou a ser uma noção importante para a compreensão dos fenômenos da natureza. Em decorrência disso, nada no universo opera de modo linear, determinista, passo a passo e logicamente previsível.

- A criatividade é parte essencial da auto-organização da natureza, pois a matéria é criativa e viva.

Heisenberg descobriu que o comportamento das partículas é totalmente imprevisível e que esta “incerteza” não é consequência dos defeitos nos mecanismos de medida, mas sim da intervenção estrutural do sujeito no objeto observado, o que caracterizou o Princípio da Incerteza.

A partir desses fatos surgiu a necessidade de se olhar o mundo como:

- dinâmico, unificado, não hierarquizado, dialético, espiritual;
- um todo indiviso, no qual todas as partes do universo se fundem, incluindo o observador e seus instrumentos;
- uma totalidade em movimento constante;
- um fluxo de energia em processo de mudança onde nada é definitivo;
- um fluxo universal de eventos e processos;
- uma rede de relações e não uma entidade fragmentada.

O rigor matemático é questionado com o Teorema da Incompletude e com os teoremas sobre a impossibilidade de se encontrar dentro de um dado sistema formal, a prova de sua inconstância.

Também os avanços do conhecimento nos domínios da Microfísica, da Química e da Biologia, nos últimos anos do século XX, trazem reflexões epistemológicas de vulto e, principalmente, a Teoria das Estruturas Dissipativas de Hya Prigogine, que introduziu o conceito de Sistemas Abertos organizacionais, cuja evolução ocorre mediante trocas de energia com o meio ambiente, e o Princípio da Ordem Através de Flutuações que estabelece que nestes sistemas que funcionam às margens da estabilidade, a evolução explica-se por flutuações de energia que, em determinados momentos, nunca inteiramente previsíveis, desencadeiam espontaneamente reações que, por via de mecanismos não lineares, pressionam o sistema para além de um limite máximo de instabilidade e o conduzem a um novo estado macroscópico. Esta transformação irreversível e termodinâmica é o resultado da interação de processos microscópicos segundo uma lógica de auto-organização numa situação de não equilíbrio.

O ponto crítico em que a mínima flutuação de energia pode conduzir a um novo estado representa

a potencialidade do sistema em ser atraído para um novo estado de menor entropia⁷.

Desse modo, a irreversibilidade nos Sistemas Abertos significa que esses são produtos da história.

A importância desse teorema está em sua vocação transdisciplinar, pois atravessa as várias ciências da natureza e as ciências sociais, provocando, juntamente com as outras condições, uma profunda reflexão sobre o conhecimento científico, que apresenta um declínio da hegemonia da causalidade e da legalidade, sendo a noção de lei substituída pelas noções de sistema, estrutura, modelo e processo.

Essas novas concepções da Física geraram uma profunda mudança na visão de mundo moderno, deixando o Universo de ser visto como uma máquina, composto de uma profusão de objetos distintos, para apresentar-se como um todo harmonioso e indivisível, uma rede de relações dinâmicas que inclui o observador e sua consciência. Esta percepção:

- pressupõe uma totalidade em movimento que tudo abarca, um fluxo de energia em constante mudança, um processo universal de eventos, onde nada é definitivo;
- reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos e o perfeito entrosamento, dos indivíduos e das sociedades nos processos cíclicos da natureza;
- compreende a existência de uma consciência da unidade da vida, a interdependência de suas múltiplas manifestações, seus ciclos de mudanças e transformações;
- pressupõe um estado de inter-relação e independência essencial de todos os fenômenos físicos e antropossociais, em que cada evento é percebido em íntima relação com a totalidade e inserido num encadeamento que se desdobra no espaço e no tempo. Qualquer fato isolado é uma abstração. Para se conhecer um ser é preciso conhecer seu ecossistema e a teia de suas relações. A parte no todo e o todo presente nas partes;
- percebe a realidade em movimento, em que o passado se manifesta no presente e o futuro é aberto à possibilidade do vir a ser;
- compreende o movimento seqüencial de ordem-desordem-interação-organização-criação, do qual resultam múltiplas totalidades orgânicas. Nesse sentido, aponta a multidimensionalidade de tudo e o sujeito analítico como parte dessa realidade relacional. O todo é concebido mais

do que as partes que o compõem, não sendo uma simples composição da somatória das partes e sim, uma totalidade nova, diferente de suas partes componentes. A conjuntura complexa confere a possibilidade, a condição e o sentido da existência de cada parte, indivíduo ou grupo;

- postula o construtivismo porque compreende o conhecimento como estando sempre em processo de construção, transformando-se mediante a ação do indivíduo no mundo, da ação do sujeito sobre o objeto;
- postula o interacionismo porque reconhece que sujeito e objeto são organismos vivos, ativos, abertos, em constante intercâmbio com o meio ambiente, mediante processos interativos indissociáveis e modificadores das relações sujeito-objeto e sujeito-sujeito, a partir dos quais um modifica o outro e os sujeitos se modificam entre si;
- articula uma proposta sócio-cultural por compreender:
 - que o “ser” se constrói na relação;
 - que o conhecimento se produz na interação com o mundo físico, a partir do contato do indivíduo com a realidade, com os outros, incluindo aqui sua dimensão social, dialógica, inerente à própria construção do pensamento;
 - que o diálogo faz um “ser datado e situado”, que busca projetar-se, sair de si mesmo, transcender, a partir de sua ação e do mundo e da compreensão de sua própria natureza humana e divina.
- Permite que o homem vá além, se ultrapasse, se supere, entre em comunhão com a totalidade indivisível, compreendendo-se como parte integrante do universo, onde todas as coisas se tocam umas às outras, configurando a transcendência humana.

Nesta concepção, a realidade, por sua vez, é, constituída por processos dinâmicos que envolvem princípios integrativos e cooperativos.

Segundo Morin⁸, este paradigma comporta um princípio de complexidade que rompe, não só com a idéia de um meio rígido, mas também com as visões simplificadoras que isolam os seres de seu ambiente, separam a natureza da cultura e fragmentam os fenômenos, impedindo o desenvolvimento de uma consciência global.

Na ciência pós-moderna confluem sentidos vindos de nossas práticas locais, individuais, comunitá-

7. Grau de caos ou perturbação num sistema. Em termodinâmica, a entropia se relaciona com a parte da energia contida num sistema que pode ser convertida em trabalho utilizável.

8. Morin, E. *O Método II: a vida da vida*. 2 ed. Portugal : Publicações Europa-América, Biblioteca Universitária, 1980.

rias, sociais e planetárias. Trata-se de interações de intertextualidades organizadas em torno de projetos locais de conhecimento indiviso. Um conhecimento temático, não disciplinar, que avança à medida que o objeto se amplia, procedendo pela diferenciação e pelo alastramento das raízes em busca de novas e mais variadas interfaces. É um conhecimento sobre as condições da possibilidade da ação humana projetada no mundo a partir de um espaço tempo local.

Cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada. Nesse sentido, o objeto é a continuação do sujeito, sendo os pressupostos metafísicos, os sistemas de crença, os juízos de valor, parte integrante da explicação científica da natureza e da sociedade, razão pela qual não há porque considerar a explicação científica como a única explicação possível da realidade.

A ciência moderna legou-nos um conhecimento funcional do mundo que alargou as nossas perspectivas de sobrevivência. Hoje não se trata de sobreviver, mas de saber viver. E, para isso, é necessária uma outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensível e íntimo que não separe e fragmente, mas que nos una pessoalmente ao que estudamos e que interligue todos os fenômenos antropossociais.

GESTÃO ACADÊMICA

Estendendo-se essas questões à gestão acadêmica, uma Universidade que pretenda fazer frente às novas demandas do conhecimento, ampliando suas formas de atuação na sociedade, deve criar condições para o desenvolvimento das potencialidades de todos os sujeitos para compreender a realidade cultural, social, política e econômica do país com possibilidades à crítica e produção de conhecimentos, à intervenção, ética e à inserção cidadã dos futuros profissionais na sociedade. Para tal missão, deve privilegiar alguns princípios básicos:

- institucionalizar uma estrutura que possibilite uma gestão colegiada, através de um processo deliberativo democrático com competência para garantir a autonomia universitária acadêmica, política, administrativa e financeira possibilitando a construção de uma Universidade participativa e plural;
- implementar um projeto político-pedagógico que possibilite o alcance da missão universitária e que atenda as especificidades de cada área do conhecimento. A operacionalização deste projeto ocorre através da integração de elementos que compõem a estrutura quaternária da instituição,

quais sejam: departamentos, unidades acadêmicas, centros (biomédico, tecnológico, educação e humanidades e ciências sociais) e administração central (sub-reitora de graduação, sub-reitora de pesquisa e pós-graduação, sub-reitora de cultura e extensão e superintendência de recursos humanos);

- nivelar as atividades-fim em uma estrutura que integre as ações de ensino, pesquisa e extensão em núcleos, incorporando os conhecimentos socializados no ensino às atividades de pesquisa e às ações comunitárias;
- aprimorar o sistema de planejamento acadêmico, assumindo-o como um processo dinâmico, flexível, possível de ajustes quando necessário, como por exemplo, a transição do regime seriado para o regime de inscrição em disciplina que, em alguns casos, coexistem;
- estabelecer uma relação adequada entre atividades-fim e atividades-meio (de natureza burocrático-administrativa) desburocratizando os serviços, de modo que os professores tenham condições favoráveis (recursos tecnológicos, humanos, ambientais e materiais) para organização e difusão de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- desenvolver uma política integrada de formação continuada para docentes, apoiando as diversas unidades acadêmicas na criação de espaços de reflexão permanente e contínuo sobre o próprio fazer, estimulando avaliações internas de suas atividades pedagógicas;
- integrar as unidades acadêmicas com as demandas sociais, viabilizando novos processos educacionais de ensino presencial e à distância;
- desenvolver um trabalho com ênfase no coletivo e na convivência humana, com base, por exemplo, na representação de professores, funcionários e estudantes nos colegiados superiores da Universidade;
- estimular e implementar atividades que intensifiquem o envolvimento e a co-responsabilidade dos alunos, ampliando o processo de ensino e aprendizagem;
- estimular maior articulação com as sociedades científicas;
- favorecer as relações da Universidade com o Estado e com a Sociedade Civil, como por exemplo, a implementação do Projeto de Educação Ambiental do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, através do convênio celebrado entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e

Desenvolvimento Sustentável (SEMADS)/Secretaria de Estado de Educação (SEE)/Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA)/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

COMPETÊNCIAS MÍNIMAS PARA O ENSINO DA ODONTOLOGIA

A formação de sujeitos capazes de criar, em cooperação com os demais, uma ordem social na qual todos possam viver com dignidade, a partir de um projeto de sociedade como um todo, caracteriza-se pelo desenvolvimento de determinadas competências mínimas que, no caso específico do ensino da Odontologia, pressupõem:

- a construção de um profissional generalista competente (dotado de visão técnico-científica), com uma visão da complexidade de mundo contemporâneo, apto a trabalhar em equipe multiprofissional (visão sócio-política) com a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida das populações;
 - o estabelecimento de um contraponto com a Odontologia tradicional, que forma um profissional tecnicista, sem compromisso com a sociedade;
 - a implementação de planejamentos integrados participativos, que incorporem a discussão das diretrizes curriculares estabelecidas pelos docentes, discentes, técnicos administrativos e usuários;
 - a implantação de novas estratégias de ensino que levem em conta o projeto político-pedagógico da Instituição de Ensino Superior;
- a incorporação da interdisciplinaridade como uma premissa básica e como pressuposto da inclusão de conhecimento sumarísticos e da prática da clínica integrada, que exige uma reformulação da atuação docente/discente;
 - a melhoria das condições de saúde bucal da população, a partir do conhecimento do seu perfil epidemiológico.

Para desenvolver a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações, etc.) para solucionar uma série de situações encontradas no mundo contemporâneo, inúmeros educadores apontam como competências necessárias para o ensino no século XXI o trabalho em equipe e o envolvimento dos alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho (Perrenoud); organização do currículo por projetos (Hermández); e a necessidade de manter-se atualizado sobre as novas metodologias de ensino e o desenvolvimento de práticas pedagógicas eficientes (Nóvoa). Tais competências pretendem nortear a participação produtiva e a inserção social do ser humano no século XXI, com a formação de um sujeito com capacidade de compreender e atuar no seu entorno social, analisando, sintetizando e interpretando dados, fatos e situações, além de perceber criticamente os meios de comunicações e saber localizar, acessar e usar melhor a informação acumulada com vistas a planejar, de forma integrada e com responsabilidade ético-solidária, ações que tragam soluções para as problemáticas identificadas. ■

Disciplina de Língua Portuguesa – importância curricular no curso de Odontologia

O ensino de Língua Portuguesa nos cursos de Odontologia visa suprir as deficiências da formação dos alunos e desenvolver habilidades de leitura e interpretação de textos científicos.

Luciana Corrêa*, Sandra Pacca**

* Professora Titular da Disciplina de Língua Portuguesa do Curso de Odontologia da Universidade Braz Cubas.

** Professora Associada da Disciplina de Histologia Básica do Curso de Odontologia da Universidade Braz Cubas.

RESUMO

A disciplina de Língua Portuguesa faz parte do currículo obrigatório para os alunos ingressantes na Universidade Braz Cubas (UBC). O programa dessa disciplina é universal para todos os cursos da UBC e tem como foco principal o desenvolvimento das habilidades do aluno no tocante à leitura e escrita de textos científicos. Para tal, são enfatizados principalmente os princípios de coesão e coerência textuais, bem como tópicos gramaticais direcionados à ortografia e à sintaxe. Em fevereiro de 2002, o programa da disciplina de Língua Portuguesa foi modificado para o curso de Odontologia, tornando essa disciplina mais específica às necessidades dos alunos da área de saúde voltados à ciência odontológica. Para promover essa modificação, foi realizado um diagnóstico prévio da situação lingüística dos estudantes ingressantes. O presente trabalho focaliza os princípios metodológicos que nortearam esse diagnóstico, apresenta metodicamente as falhas na produção textual dos alunos, bem como discute as modificações principais criadas na disciplina e seus efeitos no currículo de Odontologia da UBC.

DESCRITORES

Ensino, tendências. Educação em Odontologia. Currículo.

Um docente de curso superior hoje, principalmente de uma instituição privada, se depara com dois problemas cruciais, dentre tantos outros:

um aluno com pouca ou nenhuma base do colegial e um currículo que não prevê essa deficiência (SOUZA, 2003). A despeito das dificuldades de aprendizado do aluno, esse docente tem o compromisso, antes de mais nada, de cumprir o seu cronograma, ministrando pelo menos 75% do seu conteúdo programático constante na ementa de sua disciplina. O professor do curso superior diagnostica facilmente que o aluno é deficiente (FERNANDEZ, 1993) – ainda que superficialmente faça esse diagnóstico –, porém, em nome do bom andamento do curso, sente-se impotente diante do fato e preocupa-se em transmitir as informações de seu programa.

Várias instituições de ensino superior tentam reverter essa situação inserindo nos currículos de seus cursos disciplinas complementares que visam suprir, principalmente no primeiro semestre, as deficiências de base do aluno, bem como atenuar o contraste que ocorre entre o ambiente do ensino médio e do ensino superior. Particularmente nos cursos de Odontologia, muitas universidades incluem disciplinas como Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Informática no primeiro semestre, com o intuito de fornecer algumas ferramentas ao aluno para minimizar suas deficiências de aprendizado.

No tocante à Língua Portuguesa, os cursos de Odontologia que oferecem essa disciplina em seus currículos apresentam, em geral, uma ementa voltada para desenvolver habilidades de leitura e interpretação de textos científicos. Princípios de comunicação verbal (oral e escrita) são também abordados,

com o intuito de evidenciar ao aluno os princípios básicos que regem um texto.

Na Universidade Braz Cubas (UBC), de Mogi das Cruzes, a disciplina de Língua Portuguesa é de caráter obrigatório e é ministrada nos primeiros semestres de todos os cursos da Universidade em todas as áreas do conhecimento.

Nos últimos anos, os graduandos do curso de Odontologia da UBC estavam demonstrando insatisfações quanto à abordagem da Língua Portuguesa considerando o contexto do currículo odontológico. Em muitos momentos, a importância da disciplina era questionada, havendo um subaproveitamento dos alunos. Foram realizadas, então, modificações na ementa da disciplina, a qual foi direcionada mais para o contexto odontológico. Para tal, foi realizado um prévio diagnóstico do nível de produção textual dos alunos, com o intuito de criar um perfil desse estudante quanto à sua situação lingüística.

O presente trabalho focaliza os princípios metodológicos que nortearam esse diagnóstico, apresenta metodicamente as falhas na produção textual dos alunos, bem como discute as modificações inseridas na ementa da disciplina com base na realidade do aluno de Odontologia ingressante na UBC. São tecidas também reflexões acerca do papel da disciplina de Língua Portuguesa nos currículos de Odontologia.

MATERIAL E MÉTODOS

Durante o primeiro semestre de 2002, foram realizadas modificações na disciplina de Língua Portuguesa do curso de Odontologia, tendo como público-alvo 50 alunos de graduação, oriundos principalmente dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pará. Os alunos tinham em média 21 anos de idade (mínima de 18 e máxima de 24 anos), havendo cerca de 15% de alunos com história de ensino fundamental e médio em escolas públicas.

As modificações realizadas praticamente não envolveram as alterações dos objetivos da disciplina, mas sim o desenvolvimento de novas estratégias de abordagem. Priorizou-se a execução de exercícios durante as aulas, os quais foram baseados nas disciplinas cursadas no primeiro semestre do curso de Odontologia: Histologia Básica, Anatomia Básica, Bioquímica, Odontologia Social e Biologia.

Esses exercícios continham tópicos ou temas já vistos pelo aluno em suas aulas e foram construídos com a participação direta do docente responsável pelo assunto. Foram selecionados, assim, trechos retirados do livro básico de Bioquímica, imagens do acervo didático da Histologia e textos básicos dessa

disciplina, bem como tópicos do conteúdo programático de Odontologia Social e Biologia (principalmente artigos científicos da área).

Uma outra estratégia introduzida foi a realização de filmagens das aulas das matérias citadas, as quais posteriormente foram retransmitidas aos alunos. Com isso, foram realizadas discussões sobre o nível de profundidade e de confiança das anotações do caderno feitas pelos alunos, estimulando o aperfeiçoamento do registro das informações.

Além disso, desenvolveu-se a cultura geral voltada para a profissão, sendo transmitidas informações principalmente sobre a história da Odontologia.

Esses exercícios foram corrigidos e entregues aos alunos, sendo devidamente comentados em sala de aula. Ao mesmo tempo, serviram como fonte de dados da situação do graduando no tocante aos problemas lingüísticos existentes. Esses problemas foram anotados e analisados.

A partir dos exercícios realizados, e com base em FÁVERO (1998) e em PETRONI (2002), foi possível verificar os problemas lingüísticos relacionados a:

- leitura e interpretação de textos;
- nível de coesão e coerência textuais (tanto falado quanto escrito);
- nível ortográfico e gramatical;
- forma de registro das informações (anotações das aulas expositivas e práticas);
- capacidade de síntese.

O levantamento do desempenho nos exercícios foi realizado com base nas notas atribuídas (0 a 4 – problemas graves; 5 a 7 – problemas aceitáveis; 8 a 10 – sem problemas). Esse levantamento reflete somente uma visão geral da situação dos ingressantes no curso de Odontologia da UBC, não retratando problemas individuais, os quais comporiam um grande leque de abordagem.

RESULTADOS

O Gráfico 1 contém a distribuição dos principais problemas em Língua Portuguesa nos ingressantes em Odontologia. A frequência de deficiências concentra-se principalmente na produção de textos coerentes e coesos, bem como no registro das informações. Problemas graves ou ausência de problemas na leitura e interpretação de textos distribuem-se na mesma frequência. Existe também uma alta frequência de problemas ortográficos e gramaticais.

Alguns desses problemas podem ser observados nos exemplos abaixo, os quais ilustram alunos com problemas lingüísticos graves.

Exemplo 1:

“A guerra dos íons e moléculas

Existe um Rei chamado de Matéria viva, ele é muito poderoso porque ele tem um bilhão de soldado íons, eles querem acabar com as moléculas porque eles guardam o mapa que é o papel biológico. Eles invadiram o palácio das molécula e teve um grande confronto um dos soldados íons pegou o mapa, mas no confronto o mapa se rasgou-se e o soldado ficou com um pedaço.”

O exercício cujo resultado consta no exemplo 1 tinha por objetivo propor ao aluno a leitura de um texto introdutório em Bioquímica (retirado de referência básica da disciplina Bioquímica I do curso de Odontologia da UBC) e, posteriormente, a conversão do mesmo em um texto narrativo. O exemplo evidencia problemas graves de gramática, principalmente de pontuação e de concordância verbal e nominal, destacados pelos grifos. Observa-se, até certo ponto, uma tentativa de coesão textual.

Exemplo 2:

"Kalvin e Aroldo

... E o Kalvin sem paciência com o solução resolve topar qualquer coisa para a cabar com solução e o Aroldo oferece açucar para Kalvin o solução não acaba mais Kalvin acaba com o pote de açúcar."

Nesse exemplo, o objetivo do exercício era criar um texto descritivo de uma charge de Calvin e Haroldo, personagens de “cartoons”. Os alunos tinham acesso somente às figuras e aos textos presentes na charge. No trecho selecionado, são marcantes os problemas ortográficos (evidentes pelas palavras grifadas) e gramaticais, como pontuação, influenciando no nível coesivo do texto. Um detalhe marcante é a inconstância da aplicação de regras ortográficas, observada principalmente na grafia da palavra “açúcar” em contraste com “açuca”. Vale ainda comentar que os nomes próprios “Calvin” e “Haroldo” estavam explícitos na charge com letras grandes e em negrito, e mesmo assim o aluno escreveu esses nomes erroneamente.

Exemplo 3:

"Título: A cárie

A carie dentaria, nos locais de menor infra estrutura, está autíssima a taxa de pessoas com problemas dentarios. Esse é um problema nacional, pois envolve todos os segmentos da sociedade, em especial os mais carentes. Que não tem uma condição melhor de saúde, falta de higiene é um dos pontos em primeiro na infância. Por causa dessa carência de água fluoretada, os índices CPOD nas

crianças são bastantes altos nessas comunidades mais pobres."

O exercício do exemplo 3 tinha por objetivo treinar coesão e coerência textuais. As frases não-grifadas constantes no exemplo estavam explícitas no exercício, o qual solicitava que o aluno as completasse de forma a tornar coesa uma idéia. As frases grifadas foram introduzidas pelos alunos e denotam graves problemas de coesão e coerência textuais. Em nenhum momento são utilizados conectivos ou repetição de palavras-chave que pudessem sinalizar uma tentativa de coesão.

DISCUSSÃO

As diretrizes curriculares propostas para o curso de Odontologia pelo Conselho Nacional (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2002) deixam claras, no 4º artigo, parágrafo III, as metas em comunicação que um cirurgião-dentista formado deve atingir: “A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura”.

A introdução da disciplina de Língua Portuguesa no currículo de Odontologia justifica-se mediante essas metas traçadas pelo Conselho Nacional. Ao mesmo tempo, as características dessa demanda delineadas pelo governo federal traduzem uma necessidade universal de qualquer profissional de nível superior, e não são exclusivas da profissão odontológica. Diante disso, uma disciplina que tratasse da língua portuguesa por si só seria suficiente para dar respaldo curricular a essa exigência. Não seria necessária uma adequação, à primeira vista, às necessidades do curso de Odontologia.

A disciplina de Língua Portuguesa da Universidade de Braz Cubas possuía essas características: o mesmo conteúdo programático era ministrado para todos os cursos da Universidade, na tentativa de fornecer maior liberdade aos alunos no tocante a matrículas e a distribuição de créditos, uma vez que o aluno poderia fazer essa disciplina em qualquer curso.

No curso de Odontologia, essa sistemática acabou sendo ineficaz, decorrente sobretudo das necessidades dos alunos ingressantes. O desinteresse pela disciplina e a ausência de contexto curricular que suportasse seus objetivos específicos levou os alunos a descreditarem na necessidade da mesma em sua formação profissional. Diante disso, no primeiro semestre de 2002, foi realizada uma adaptação da disciplina de Língua Portuguesa ao contexto curricular do curso de Odontologia da Universidade Braz Cubas, com o intuito de torná-la mais útil aos alunos e,

ao mesmo tempo, mais interdisciplinar. Com essas modificações, foi possível detectar os reais problemas lingüísticos dos ingressantes no curso de Odontologia, direcionando a disciplina de Língua Portuguesa a esses problemas.

Os objetivos da disciplina de Língua Portuguesa da UBC são:

- Permitir que o aluno possa desenvolver um raciocínio analítico, que o ajude na análise e na construção das diferentes estruturas textuais.
- Criar situações que estimulem o aluno a apreciar a leitura e que auxiliem no desenvolvimento da interpretação textual.
- Apresentar ao aluno textos em atualidades gerais e de conhecimento específico da área da Saúde, que estimulem a discussão e a organização de idéias.
- Promover situações que auxiliem o aluno na organização do seu estudo.

As estratégias até então adotadas para se atingirem esses objetivos eram baseadas em aulas expositivas, cujo guia de estudo estava apostilado. Os temas tratados em cada aula não eram específicos da área de Odontologia, sendo de caráter geral. Todo o material estava voltado para a leitura e interpretação de textos científicos, principalmente da área de Humanas.

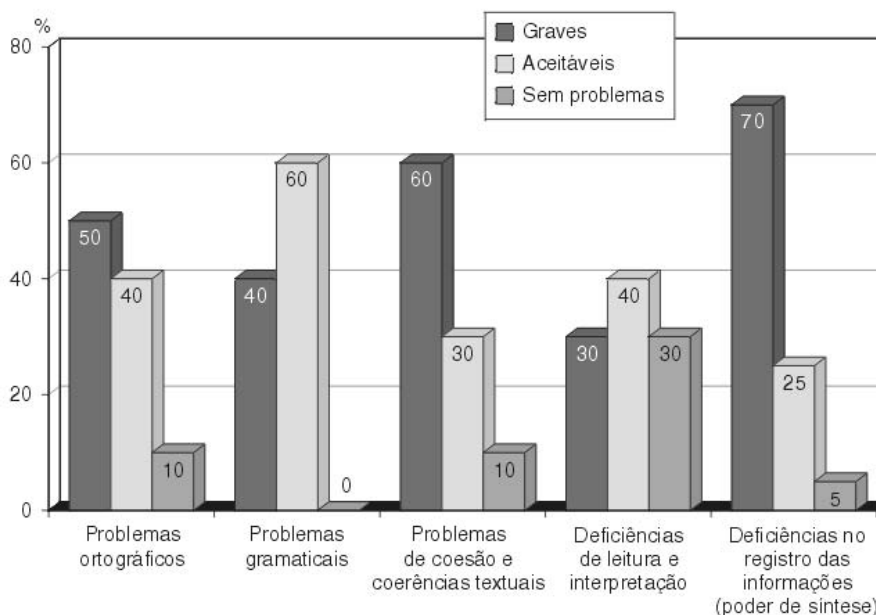
As modificações incluídas restringiram-se à criação de novo material didático, contendo textos específicos das matérias do primeiro semestre. Com isso, os alunos conseguiram compreender a importância da Língua Portuguesa em seus currículos, uma vez que esta dedicou-se integralmente a introduzir as

ferramentas necessárias à interpretação desses textos científicos voltados ao contexto curricular vivenciado pelo estudante. Nesse sentido, são trabalhadas principalmente as partes constituintes de um texto científico na área odontológica, o qual está estruturado basicamente em conceitos, definições, classificações e descrições. Os alunos passaram então a ser treinados a identificar essas partes no texto, bem como a reproduzi-las com suas palavras sob a forma de resumos. Ao mesmo tempo, alguns outros exercícios foram aplicados, voltados principalmente ao diagnóstico dos problemas lingüísticos, cujos exemplos foram citados neste trabalho.

O Gráfico 1 confirma as deficiências lingüísticas dos alunos ingressantes na UBC. Esse quadro pode ser extrapolado para outros grupos de alunos das escolas privadas, guardadas as devidas proporções e particularidades inerentes a cada público. De qualquer maneira, até certo ponto essa situação é conhecida por todo docente que trabalha com o ensino superior, principalmente privado. O que falta aos docentes é um diagnóstico mais acurado e técnico dessas deficiências, fato que a disciplina de Língua Portuguesa pode suprir, uma vez fazendo parte do currículo de Odontologia.

Realizado o diagnóstico da situação lingüística do corpo discente, o segundo obstáculo é criar estratégias para suprir essas deficiências. Um fato merece atenção nessa reflexão: uma instituição de ensino superior, ao matricular um aluno com o quadro lingüístico descrito, assume como seu o problema do seu cliente. Diante disso, essa instituição deve oferecer ferramentas e oportunidades ao aluno para que

Gráfico 1 - Distribuição dos problemas lingüísticos apresentados pelos alunos ingressantes na Universidade Braz Cubas no ano de 2002. Os problemas apresentam-se categorizados segundo alguns tópicos fundamentais diretamente relacionados a leitura e escrita de textos.



ele se conscientize de suas deficiências e, ao mesmo tempo, seja orientado a enfrentá-las. Atualmente algumas escolas têm optado por seguir esse caminho criando oficinas de leitura e interpretação de textos, as quais ficam disponíveis ao estudante durante todo o seu curso (SOUZA, 2003). Os resultados nessas instituições têm sido detectados satisfatoriamente a partir de desempenhos no Provão. São medidas concretas e bastante eficientes, tanto do ponto de vista curricular quanto operacional e pedagógico, já que funcionam sob o regime de tutoria e não se restringem somente a um semestre.

Vale dizer que a modificação de um estado lingüístico não se faz em um semestre, carga horária média das disciplinas de Língua Portuguesa nos currículos de Odontologia. É necessário maior investimento de tempo, mas também não tanto assim. Acreditamos, a partir de nossa experiência (CORRÊA; NOVELLI, 1998), que em dois anos alunos com deficiências graves, como as demonstradas nos exemplos, adquirem habilidades de escrita e leitura suficientes para cursar, de maneira satisfatória, o curso de Odontologia. O trabalho nesse sentido, a nosso ver, deve ser necessariamente interdisciplinar (FAZENDA, 2000), sendo treinadas habilidades lingüísticas a partir de materiais didáticos vinculados às disciplinas obrigatórias da Odontologia. Experimentamos essa estratégia e notamos que, pelo intercâmbio da Língua Portuguesa com os docentes das demais disciplinas da Odontologia, foi possível compartilhar com esses professores os problemas levantados, instigando os mesmos a darem continuidade, em suas aulas, aos princípios lingüísticos trabalhados em Língua Portuguesa. Não se trata de ensinar Português na matéria de Endodontia ou Dentística, mas sim de aplicar os princípios de verificação textual de forma direcionada a partir do conteúdo específico da matéria. Um professor de Português conversando com um professor de Dentística podem, em algum momento, em nome do aprendizado do aluno, falar a mesma língua.

CONCLUSÕES

A disciplina de Língua Portuguesa é importante para sinalizar às demais disciplinas os problemas lingüísticos enfrentados pelo aluno ingressante. Com isso, os demais docentes entram em contato com dados reais acerca da situação do aluno no tocante às dificuldades de leitura, interpretação e raciocínio lógico.

A presença dessa disciplina no currículo odontológico deve estar necessariamente baseada na inter-

disciplinaridade em todos os seus níveis, e não só em âmbito do material didático.

Somente um semestre é completamente insuficiente para promover qualquer mudança no *status quo* lingüístico do aluno. A continuidade dos esforços iniciados na disciplina de Língua Portuguesa deve abranger as demais disciplinas do primeiro e segundo semestres do curso de Odontologia.

ABSTRACT

The discipline of Portuguese – its importance in the dental curriculum

The discipline of Portuguese is part of the mandatory dental curriculum at Braz Cubas University (BCU), Mogi das Cruzes, Brazil. In all BCU courses the discipline of Portuguese is focused on the development of the pupil's reading and writing skills. Textual cohesion and logic are emphasized, as well as topics on grammar and orthography. In February 2002, adaptations in the discipline of Portuguese were made through the introduction of didactic materials and strategies based on an interdisciplinary approach. Before these adaptations could be carried out, a linguistic diagnosis of the students was made in order to evaluate their trends of textual production. This paper focuses on the methodological principles of the performed linguistic diagnosis and discusses the students' linguistic short-comings. A discussion about the modifications introduced in the discipline of Portuguese and their consequences to the BCU dental curriculum is also carried out.

DESCRIPTORS

Teaching, trends. Education, dental. Curriculum. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORRÊA, L., NOVELLI, M. D. Avaliação dos conhecimentos sobre Patologia Geral dos alunos de graduação utilizando diferentes formas de linguagem. *RPG Rev Pós Grad*, v. 5, n. 4, p. 244, out./dez., 1998. [resumo n. 1]
- FÁVERO, L. L. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo : Ática, 1998.
- FAZENDA, I. *Didática e interdisciplinaridade*. 3. ed. Campinas : Papyrus, 2000.
- FERNANDEZ, S. A. F. *Ensino superior privado no Brasil: a óptica discente*. São Paulo, 1993. 273 p. Tese (Doutoramento em Filosofia da Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Diretrizes curriculares nacionais do curso de Graduação em Odontologia*. Resolução CNE/CES 3, de 19 de fevereiro de 2002. São Paulo : MEC,

2002. *Http://www.mec.gov.br/sesu/ftp/resolucao/0302Odontologia.doc*. Acesso em: 04/04/2003.

PETRONI, M. R. *Produção do texto argumentativo escrito: aspectos lingüísticos e discursivos*. São Paulo, 2002. 317 p. Tese (Doutora-

do) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SOUZA, M. M. Quando a universidade tenta corrigir o português. *O Estado de S. Paulo*, 23 de março de 2003.

Autoria de trabalhos científicos

A definição dos autores e da ordem em que aparecem envolve questões éticas e deve obedecer a determinadas normas de publicação de trabalhos científicos.

Bruno das Neves Cavalcanti*, Sigmar de Mello Rode**, Esther Goldenberg Birman***

* Professor Assistente do Curso de Odontologia da Universidade Ibirapuera.

** Professor Adjunto do Departamento de Materiais Odontológicos e Prótese da Faculdade de Odontologia de São José dos Campos da Universidade Estadual Paulista.

*** Professora Titular do Departamento de Estomatologia da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo.

RESUMO

O crescente avanço da ciência e sua conseqüente divulgação em periódicos especializados fazem com que questões quanto à ética presente na redação e autoria de trabalhos científicos seja cada vez mais explorada e necessária para evitar distorções. O presente trabalho visa apresentar as normas e sugestões vigentes, além de discutir as questões éticas pertinentes, de modo a auxiliar a criar um ponto de vista na comunidade científica, particularmente na área de Odontologia.

DESCRITORES

Ensino. Ciência. Pesquisa.

O desenvolvimento da ciência no último século é patente não só para os pesquisadores tradicionais, mas também para toda a sociedade, que cada vez mais busca acesso aos dados de pesquisas de modo a melhorar a sua qualidade de vida com aperfeiçoamento de seu trabalho. Esta busca é mais evidente entre profissionais da área da saúde, cujo avanço tecnológico pode provocar a “desatualização” constante. Assim, esses indivíduos tendem a acessar os meios de divulgação e tomar como verdade o que se publica, e quem publica, uma vez que a análise de textos científicos é um método de estudo bastante válido para obtenção de conhecimento (ESTRELA, 2001).

Assim, a ciência assume papel importante na história da humanidade, já que deixa de lado os “achismos” e busca amarrar o conhecimento de forma ra-

cional (MATALLO JR., 1998). A relação entre ciência e trabalho científico é bastante clara, uma vez que o segundo é resultado do primeiro. Em uma análise mais profunda, no caso da Odontologia, a ciência é espelhada como o desenvolvimento de pesquisas, que buscam responder as mais variadas dúvidas e solucionar problemas (SEVERINO, 2002). Muitas vezes por tratar de dúvida, procura-se afastar a pesquisa do ensino, tendo-se uma visão errônea de aprendizado. No entanto, a relação leva a um aprendizado tanto do professor quanto do aluno (BUSATO *et al.*, 2001).

Todo trabalho científico demanda, em maior ou menor grau, tempo e dedicação de pesquisadores, consumo de material e uso de estruturas, na maioria das vezes universitárias, no caso específico da Odontologia. No entanto, apesar da facilidade em elaborar, desenvolver e analisar pesquisas, muitas vezes nos deparamos com algumas questões relacionadas à definição da autoria dos trabalhos.

Mas estas questões poderiam ser mais facilmente respondidas se houvesse um treinamento especial aos autores, quanto a esta área bastante discutida na produção científica. O objetivo deste trabalho é o de apresentar aos autores normas e sugestões vigentes, baseados num texto já publicado (RODE, CAVALCANTI, 2003).

NORMAS E SUGESTÕES PARA AUTORIA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

No que diz respeito à definição de quem é autor e à seqüência com que estes devem aparecer nas citações existem normas e regras que buscam ajudar aos

pesquisadores, como as normas de Vancouver (INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNALS EDITORS). Há também, na literatura, autores que avaliam e sugerem classificações.

As normas de Vancouver foram desenvolvidas por um comitê internacional de editores de jornais médicos e se aplicam, portanto, aos pesquisadores da área de saúde. Dentre várias regras que tentam padronizar os trabalhos científicos, facilitando a divulgação e compreensão pelo leitor, existem desde aquelas que formatam as referências dos artigos, como algumas recomendações mais específicas quanto à autoria. Segundo essas normas, alguns princípios simples devem ser seguidos facilitando a vida do leitor, incluindo várias orientações para os autores de trabalhos científicos. Entre elas, encontra-se o fato de que os leitores de um trabalho científico têm o direito de acreditar que o que estão lendo é original, ou seja, a tão falada redundância em publicações deve ser evitada; forma de organização dos originais e principalmente, normas para qualificar uma pessoa como autor. Estas últimas podem ser resumidas da seguinte forma, ainda segundo as diretrizes de Vancouver:

- 1)** contribuição substancial à concepção e ao desenho do trabalho científico, aquisição, interpretação e análise dos dados;
- 2)** redação e revisão crítica do trabalho, com real contribuição intelectual ao seu conteúdo;
- 3)** aprovação final do conteúdo a ser publicado;
- 4)** as três primeiras condições devem ser atendidas por todos os autores, sendo que coleta de dados, coleta de fundos e supervisão (chefia) de grupo de pesquisa não são fatores que tornam uma pessoa autora de trabalho;
- 5)** os autores, se necessário, deverão justificar sua participação no trabalho científico, e o periódico deverá publicar essas atuações;
- 6)** todos aqueles que não se qualificam como autores deverão ser citados nos agradecimentos, incluindo sua participação no trabalho (tradução, aquisição de fundos, análises técnicas e estatísticas, empréstimo de material, entre outras).

Com certeza, outros pontos devem ser considerados adicionalmente. Trabalhos multicentro possuem muitos autores, pois cada grupo realiza uma parte do trabalho. Mesmo assim, todos os participantes de um determinado grupo devem preencher os requisitos citados acima. Deve ser analisada também a seqüência com que os autores aparecem no texto. Internacionalmente, aceita-se que esta ordem na citação seja feita de comum acordo entre todos os au-

tores. Mas como observado já em processos de seleção de cursos de pós-graduação e em política de revistas, geralmente o primeiro deve ser o autor mais relevante e o último o coordenador do projeto (pesquisador sênior). Os autores intermediários podem ser citados em ordem de contribuição para o trabalho final.

No âmbito nacional, apesar de possuírem normas bastante específicas quanto à montagem dos trabalhos científicos, os periódicos não costumam trazer observações quanto à ordem dos autores e muito menos quanto aos indivíduos que se qualificam como autores. De certa forma, citando como exemplo a revista Pesquisa Odontológica Brasileira, suas recomendações quanto à autoria podem ser relacionadas como:

- 1)** os autores deverão citar somente uma titulação e filiação, a serem escolhidas por importância ou local de execução do trabalho;
- 2)** os autores se comprometem a enviar trabalhos inéditos, fato que pode ser confirmado pela declaração abaixo, obrigatória para todos os autores:

“Eu (nós), [nome(s) do(s) autor(es)], autor(es) do trabalho intitulado [título do trabalho], o qual submeto(emos) à apreciação da Pesquisa Odontológica Brasileira para nela ser publicado, declaro(amos) concordar, por meio deste suficiente instrumento, que os direitos autorais referentes ao citado trabalho tornem-se propriedade exclusiva da Pesquisa Odontológica Brasileira desde a data de sua submissão, sendo vedada qualquer reprodução, total ou parcial, em qualquer outra parte ou meio de divulgação de qualquer natureza, sem que a prévia e necessária autorização seja solicitada e obtida junto à Pesquisa Odontológica Brasileira. No caso de a publicação não ser aceita, a transferência de direitos autorais será automaticamente revogada após a devolução definitiva do citado trabalho por parte da Pesquisa Odontológica Brasileira, mediante o recebimento, por parte do(s) autor(es), de ofício específico para esse fim. Declaro(amos) ainda que o citado trabalho não foi nem está sendo considerado para publicação em outra revista, quer seja no formato impresso ou eletrônico. [Data/assinatura(s)]”.

Somando-se as sugestões das normas de Vancouver e as normas vigentes num importante periódico nacional, observa-se que indivíduos com função pura e simplesmente técnica num trabalho (por exemplo, análise estatística, empréstimo de equipamento, operação de instrumento) não necessariamente devem ser considerados autores, uma vez

que, para isso, devem participar do planejamento, execução, interpretação e revisão do trabalho, sem, no entanto deixarem de merecer agradecimento, seção de trabalhos científicos que deve ser mais valorizada. Mas se um estaticista, por exemplo, ajuda a conceber o método, analisa e interpreta os resultados e participa na redação final com suas informações técnicas, já é configurado como autor. Em algumas instituições, há a discussão sobre a presença de orientadores como autores, uma vez que muitos estudantes desenvolvem seus trabalhos sozinhos, ou o contrário, quando orientadores executam, por razões de prazo, o trabalho inteiro ou a sua maior parte, não qualificando o orientando como autor.

Uma outra classificação, sugerida por PETROIANU, em 2000, consiste em pontuar cada uma das atividades realizadas pelos candidatos à autoria de um trabalho. Assim, por exemplo, criar a idéia daria 6 pontos, a coleta de dados valeria 3 pontos e trabalhos técnicos apenas 1 ponto (Quadro 1). Os candidatos que conseguissem 7 pontos ou mais seriam considerados autores e deveriam ser colocados em ordem decrescente de pontuação. Obviamente, não pode ser considerada uma técnica absoluta na definição dos autores, já que foge de alguns princípios avaliados internacionalmente, ou então classifica apresentadores em congressos com pontuação, quando na verdade deveria acontecer o contrário (a autoria deve preceder a apresentação). Mas, como guia para se definir que atividades podem ser dignas de autoria de um texto científico, esta classificação pode ser válida.

Para alguns, pela nossa cultura, a definição dos autores e da ordem com que aparecem nas referências pode ser definida por ascendência ou gratidão, que apesar de bastante comuns, não são fatores para se registrar alguém não participante do trabalho como autor (VALLADARES NETO, 2001). Infelizmente, particularmente pelo primeiro motivo citado, é muito comum ouvir-se relatos de pressões por parte de coordenadores, professores e orientadores obrigando os subordinados, na maioria das vezes alunos, de graduação ou pós-graduação, a citarem o nome de pessoas que muitas vezes nem sabem de que se trata o artigo a ser publicado. Para isto, vale lembrar que estas questões são contempladas pelo código de ética em Odontologia (CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA) no seu capítulo XIII, seção III, *in verbis*:

“Art. 34º - Constitui infração ética:

Quadro 1 - Exemplos de pontuação para autoria de trabalhos científicos segundo as atividades realizadas por cada candidato a autor (adaptado de PETROIANU, 2000).

Atividade realizada	Pontuação
Criar a idéia	6
Estruturar o método	6
Orientar	5
Escrever o manuscrito	5
Coletar dados	3
Análise estatística	3
Chefia do local da realização do estudo	2
Conseguir verbas	2
Trabalhar na rotina	1

- I - aproveitar-se de posição hierárquica para fazer constar seu nome na co-autoria de obra científica;
- II - apresentar como sua, no todo ou em parte, obra científica de outrem, ainda que não publicada;
- III - publicar, sem autorização, elemento que identifique o paciente;
- IV - utilizar-se, sem referência ao autor ou sem sua autorização expressa, de dados, informações ou opiniões coletadas em partes publicadas ou não de sua obra;
- V - falsear dados estatísticos ou deturpar sua interpretação.”

Obviamente, essas infrações são passíveis de punição que vai desde advertência até suspensão do direito profissional. Assim, uma questão bastante simples que é “põe o nome no trabalho”, pode se transformar num problema sério que pode afetar a carreira do infrator.

Também deve-se levar em conta o fato de que, estas atitudes, apesar de não punirem legalmente os infratores, podem provocar situações de ridículo. Isto pode acontecer quando do questionamento sobre um trabalho científico de sua autoria em reuniões ou cursos e o autor, que não é na realidade qualificado para esta posição, não conhece e conseqüentemente não pode dar informações sobre um trabalho que está divulgado como seu.

Muitos confundem a formação de grupos de pesquisa, fato desejado para se trabalhar em direção de um objetivo, com fábricas de trabalho, onde cada um faz um e prestigia os outros do grupo. Isso realmente multiplica a produção científica de cada um, já que no período suficiente para se realizar um trabalho, na verdade se publicam vários, que muitas ve-

zes nem permitem a presença de mais de um ou dois autores (revisões de literatura, por exemplo). Vale ressaltar que muitos periódicos importantes, ou seja, com índice de impacto, aceitam até quatro autores. No caso de mais de quatro, os outros devem ser justificados com descrição da participação na pesquisa. Obviamente isto não vale para trabalhos multicentro ou grandes projetos, como o Genoma, por exemplo, onde pesquisadores de todo o mundo trabalham em prol de um resultado. Outra situação delicada é a de que, para atender a requisitos de avaliações institucionais ou mesmo melhorar o seu *status* na comunidade científica (HOEN *et al.*, 1998), muitas vezes quantitativos e não qualitativos, verifica-se pesquisadores com produção de mais de 2 trabalhos por mês (vinte, trinta trabalhos por ano), o que certamente pode denotar a não participação ou participação superficial na maioria dos projetos. Claro que não há um número ideal já que cada área tem exigências diferentes quanto a tempo para a realização de uma pesquisa, mas bom senso e no mínimo conhecimento de trabalhos que têm o seu nome é essencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao exposto, podemos sugerir que as normas internacionais vigentes associadas a um posicionamento racional dos autores (o mais atuante como primeiro autor, o sênior – orientador ou coordenador – como último e os demais em ordem direta e efetiva de participação), dão uma visão correta do papel de cada um no trabalho, incentivando inclusive os pesquisadores iniciantes que por executarem todo um trabalho, têm a oportunidade de ver seus nomes citados na literatura.

Cabe aos pesquisadores tomarem consciência de que, cada vez mais a qualidade será sobreposta à quantidade, onde uma produção científica de *x* trabalhos em revistas bem conceituadas vale mais que *y* trabalhos em revistas locais e sem política editorial. Com certeza, mais do que legislações e/ou regulamentações vigentes, a consciência de cada um e da academia tem o papel decisivo na formação dos novos pesquisadores e na solidificação dos conhecimentos obtidos com a pesquisa.

ABSTRACT

Authorship of scientific papers

The increasing scientific progress and the related publications in specialized journals bring about ethical questions related to composition and authorship of scientific papers, which must be considered in order to avoid distortions. The present paper aims to present rules and suggestions, and discuss relevant ethical questions, in order to support the creation of a point-of-view shared by the scientific community, particularly in the field of Dentistry.

DESCRIPTORS

Teaching. Science. Research. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUSATO, A. L. S.; FERNANDES, C.; GONZALES, P. A. H.; MACEDO, R. P. O ensino, a pesquisa e a extensão na Odontologia. In: ESTRELA, C. *Metodologia científica: ensino e pesquisa em Odontologia*. São Paulo : Artes Médicas, 2001. p. 327-46.
- CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. Resolução nº 179 de 19 de dezembro de 1991. *Código de ética odontológica*. Rio de Janeiro : CFO.
- ESTRELA, C. *Metodologia científica: ensino e pesquisa em Odontologia*. São Paulo : Artes Médicas, 2001.
- HOEN, W. P.; WALVOORT, H. C.; OVERBEKE, J. P. M. What are the factors determining authorship and the other of author's names. *J Am Med Assoc*, v. 280, p. 217-8, 1998.
- INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNALS EDITORS. Uniform requirements for manuscripts submitted to biomedical journals. *Ann Inter Med*, v. 126, p. 36-47, 1997.
- MATALLO JR, H. A explicação científica. In: CARVALHO, M. C. M. (org.) *Construindo o saber – Metodologia Científica: fundamentos e técnicas*. 7 ed. Campinas : Papyrus, 1998.
- PETROIANU, A. *Ética, moral e Deontologia médicas*. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2000.
- RODE, S. M.; CAVALCANTI, B. N. Ética em autoria de trabalhos científicos. *Pesqui Odontol Bras*, v. 17, Supl. 1, p. 65-6, 2003.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 22 ed. São Paulo : Cortez, 2002.
- VALLADARES NETO, J. Ética em pesquisa. In: ESTRELA, C. *Metodologia Científica: ensino e pesquisa em Odontologia*. São Paulo : Artes Médicas, 2001. p. 405-48.

Portarias do Presidente

PORTARIA ABENO Nº 001/03

O Prof. Dr. Antonio Cesar Perri de Carvalho, presidente da Associação Brasileira de Ensino Odontológico - ABENO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 48 do Estatuto da ABENO, resolve:

Art. 1º - Designar para compor a Comissão Provisória sobre Seções Estaduais, para análise dos artigos 5º ao 12º do Estatuto da ABENO, os seguintes professores, sob coordenação do primeiro:

- Cresus Vinicius Depes de Gouveia
Seção Rio de Janeiro
- Maria da Graça Kfourri Lopes
Seção Paraná
- Reinaldo Brito e Dias
Seção São Paulo
- Raphael Onorino Carlos Loro
Seção Rio Grande do Sul
- Fátima Heritier Corvalan
Seção Mato Grosso do Sul

Art. 2º - À Comissão Provisória sobre Seções Estaduais, compete analisar os artigos do Estatuto, acima referidos, e apresentar proposta à diretoria da ABENO e à assembléia geral programada para a 38ª Reunião da ABENO.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Brasília, 03 de fevereiro de 2003.
Antonio Cesar Perri de Carvalho
Presidente da ABENO

PORTARIA ABENO Nº 002/03

O Prof. Dr. Antonio Cesar Perri de Carvalho, presidente da Associação Brasileira de Ensino Odontológico - ABENO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 48 do Estatuto da ABENO, resolve:

Art. 1º - Incumbir os assessores do presidente da Associação Brasileira de Ensino Odontológico, designados pela Portaria ABENO nº 001/02, tendo em vista o disposto no artigo 48 do Estatuto da ABENO, analisar o artigo 17, inciso b, do Estatuto da ABENO, sob a presidência do Prof. Alfredo Júlio Fernandes Neto.

Art. 2º - As propostas dos assessores da presidência da ABENO, deverão ser apresentadas à diretoria da ABENO e à assembléia geral programada para a 38ª Reunião da ABENO.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Brasília, 03 de fevereiro de 2003.
Antonio Cesar Perri de Carvalho
Presidente da ABENO

PORTARIA Nº 001/02

O Prof. Dr. Antonio Cesar Perri de Carvalho, presidente da Associação Brasileira de Ensino Odontológico - ABENO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 32 do Estatuto da ABENO, resolve:

Art. 1º - Designar como assessores do presidente da Associação Brasileira de Ensino Odontológico, os seguintes professores:

- Alfredo Júlio Fernandes Neto
Universidade Federal de Uberlândia (MG)
- Bruno Frederico Muniz
Fundação Odontológica Presidente Castello Branco (PE)
- Carlos Alberto Conrado
Universidade Estadual de Maringá (PR)
- José Dilson Vasconcelos de Menezes
Universidade Estadual do Ceará
- Orlando Airton de Toledo
Universidade de Brasília
- Roberto Schimer Wilhelm
Universidade Estácio de Sá (RJ)

Art. 2º - Os assessores terão como incumbência:

- a) representação eventual da ABENO junto a órgãos, conselhos, comissões e eventos, por delegação da presidência da ABENO;
- b) elaborar um programa alusivo ao cinquentenário da ABENO, com ênfase para os anos de 2005 e 2006.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Brasília, 20 de setembro de 2002.
Antonio Cesar Perri de Carvalho
Presidente da ABENO

PORTARIA Nº 002/02

O Prof. Dr. Antonio Cesar Perri de Carvalho, presidente da Associação Brasileira de Ensino Odontológico - ABENO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 31 do Estatuto da ABENO, resolve:

Art. 1º - Designar para compor a Comissão de Ensino da Associação Brasileira de Ensino Odontológico, os seguintes professores, sob a presidência do

primeiro:

- Léo Kriger
Universidade Tuiuti e Pontifícia Universidade Católica do Paraná
- Cresus Vinicius Depes de Gouveia
Universidade Federal Fluminense (RJ)
- Elaine Bauer Veeck
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- Ellen Marise de Oliveira Oletto
Universidade Federal de Minas Gerais
- Maria Celeste Morita
Universidade do Norte do Paraná
- Miguel Carlos Madeira
Universidade Metodista (SP)
- Omar Zina
Centro Universitário de Várzea Grande (MT)

Art. 2º - À Comissão de Ensino compete: coordenar as discussões e realizar estudos e propostas - priorizando as adequações à Resolução CNE/CES nº 3, de 19/02/02 (DOU de 04/03/02) -, sobre o ensino de Odontologia, em todos os níveis, contando com o apoio das Comissões Técnicas Especializadas; elaborar propostas de temas para os eventos da ABENO; aprovar projetos de publicações eventuais da ABENO.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data.
Brasília, 20 de setembro de 2002.
Antonio Cesar Perri de Carvalho
Presidente da ABENO

PORTARIA Nº 003/02

O Prof. Dr. Antonio Cesar Perri de Carvalho, presidente da Associação Brasileira de Ensino Odontológico - ABENO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 30 do Estatuto da ABENO, resolve:

Art. 1º - Designar para compor a Comissão de Especialização da Associação Brasileira de Ensino Odontológico, os seguintes professores, sob a presidência do primeiro:

- Sigmar de Mello Rode
Universidade Ibirapuera (SP)
- Antonio Fernando Martorelli de Lima
Universidade Estadual de Campinas (SP)
- Célio Percinoto
Universidade Estadual Paulista - Araçatuba (SP)
- Hilda Maria Montes R. de Souza
Universidade Estadual do Rio de Janeiro
- José Thadeu Pinheiro
Universidade Federal de Pernambuco
- Kátia Regina Hostilho Cervantes Dias
Universidade Federal do Rio de Janeiro

- Luís Fernando Pegoraro
Universidade de São Paulo - Bauru (SP)

Art. 2º - À Comissão de Especialização compete, em consonância com diretrizes da Comissão de Ensino da ABENO, realizar estudos para a elaboração de subsídios - a serem apresentados ao CFO - que contribuam para a normatização, acompanhamento e avaliação de cursos de extensão, aperfeiçoamento, atualização e *lato sensu*, oferecidos por instituições de ensino de Odontologia.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data.
Brasília, 20 de setembro de 2002.
Antonio Cesar Perri de Carvalho
Presidente da ABENO

PORTARIA Nº 004/02

O Prof. Dr. Antonio Cesar Perri de Carvalho, presidente da Associação Brasileira de Ensino Odontológico - ABENO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 30 do Estatuto da ABENO, resolve:

Art. 1º - Designar para compor a Comissão de Pós-Graduação da Associação Brasileira de Ensino Odontológico, os seguintes professores, sob a presidência do primeiro:

- Isabela Almeida Pordeus
Universidade Federal de Minas Gerais
- Adair Luiz Stefanello Busato
Universidade Luterana do Brasil, Canoas (RS)
- José Carlos Pereira
Universidade de São Paulo, Bauru (SP)
- Lino João da Costa
Universidade Federal da Paraíba
- Nicolau Tortamano
Universidade Paulista
- Nilza Pereira da Costa
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Art. 2º - À Comissão de Pós-Graduação compete, em consonância com diretrizes da Comissão de Ensino da ABENO, realizar estudos para a elaboração de subsídios que contribuam para o aperfeiçoamento, acompanhamento e avaliação de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, oferecidos por instituições de ensino de Odontologia.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data.
Brasília, 20 de setembro de 2002.
Antonio Cesar Perri de Carvalho
Presidente da ABENO

PORTARIA Nº 005/02

O Prof. Dr. Antonio Cesar Perri de Carvalho, presidente da Associação Brasileira de Ensino Odontológico - ABENO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 30 do Estatuto da ABENO, resolve:

lógico - ABENO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 30 do Estatuto da ABENO, resolve:

Art. 1º - Designar para compor a Comissão de Ensino de Nível Médio e de Formação de Pessoal Auxiliar da Associação Brasileira de Ensino Odontológico, os seguintes professores, sob a presidência do primeiro:

- Vanderlei Luiz Gomes
Universidade Federal de Uberlândia (MG)
- Ângelo Giuseppe Roncalli da Costa Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- Luiza Nakama
Universidade Estadual de Londrina (PR)
- Maria Beatriz Barreto de Souza Cabral
Universidade Federal da Bahia
- Maria das Neves Correia
Universidade de Pernambuco
- Sávio Marcelo Leite Moreira da Silva
Universidade Federal do Paraná
- Vilma Azevedo da Silva Pereira
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Art. 2º - À Comissão de Ensino de Nível Médio e de Formação de Pessoal Auxiliar compete, em consonância com diretrizes da Comissão de Ensino da ABENO, realizar estudos para a elaboração de subsídios que contribuam para a normatização, acompanhamento e avaliação de cursos de nível médio e de formação de pessoal auxiliar relacionados com o exercício da Odontologia, oferecidos por instituições públicas e privadas que oferecem cursos desta natureza.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data.
Brasília, 20 de setembro de 2002.
Antonio Cesar Perri de Carvalho
Presidente da ABENO

PORTARIA Nº 006/02

O Prof. Dr. Antonio Cesar Perri de Carvalho, presidente da Associação Brasileira de Ensino Odontológico - ABENO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 30 do Estatuto da ABENO, resolve:

Art. 1º - Designar para compor a Comissão de Comunicação da Associação Brasileira de Ensino Odontológico, os seguintes professores, sob coordenações específicas dos dois primeiros:

- José Luiz Lage-Marques
Universidade de São Paulo - editor da Revista da ABENO
- Vera Lúcia Silva Resende (MG)
Universidade Federal de Minas Gerais - responsável pela home page da ABENO
- Cléo Nunes de Souza
Universidade Federal de Santa Catarina
- Daniel Rey de Carvalho
Universidade Católica de Brasília
- Luísa Isabel Taveira Rocha
Universidade Federal de Goiás
- Nelson Rubens Mendes Loretto
Universidade de Pernambuco

Art. 2º - À Comissão de Comunicação compete, realizar estudos para a manutenção da Revista da ABENO (coordenada pelo primeiro professor), da home page da ABENO (coordenada pelo segundo professor) e para a publicação eventual de opúsculos com assuntos em consonância com as diretrizes da Comissão de Ensino da ABENO.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data.
Brasília, 20 de setembro de 2002.
Antonio Cesar Perri de Carvalho
Presidente da ABENO

Regimento da Revista

DA REVISTA

Art. 1º - Esta revista é um periódico científico da Associação Brasileira de Ensino Odontológico - ABENO. Sua administração passa a ser normatizada pelo presente regimento, em consonância com o Estatuto da Entidade.

DOS OBJETIVOS DA REVISTA DA ABENO

Art. 2º - A Revista da ABENO é um periódico especializado que tem como objetivo publicar, disseminar e promover o intercâmbio, nacional e internacional, de informações de várias áreas ligadas ao ensino da Odontologia e áreas afins.

DA ADMINISTRAÇÃO E COMISSÃO EDITORIAL

Art. 3º - A Revista da ABENO será administrada por uma Comissão Editorial (CE) composta por 5 (cinco) membros, sendo um deles Editor Científico, e os outros 4 (quatro), Editores Adjuntos.

Parágrafo Primeiro - Os membros a que se refere o *caput* do Art. 3º devem ser professores em atividades reconhecidas pela comunidade científica, e sócios da ABENO com suas obrigações em dia.

Parágrafo Segundo - A ABENO deverá propiciar os meios operacionais para que a CE possa exercer a administração da Revista.

Parágrafo Terceiro - A receita proveniente de assinaturas anuais, de verbas de agências de fomento, ou outras, serão administradas pela CE.

Art. 4º - O Editor Científico da Revista será indicado pela Diretoria da ABENO.

Art. 5º - O Editor Científico, indicará 4 (quatro) Editores Adjuntos, que serão referendados pela Diretoria da ABENO.

Parágrafo Primeiro - Os Editores Adjuntos deverão ser representantes de unidades de ensino diferentes.

Parágrafo Segundo - Um dos Editores Adjuntos será designado como secretário da CE.

Art. 6º - A revista contará com um Corpo Editorial constituído de pelo menos 10 (dez) membros, professores nacionais e internacionais, de reconhecida qualificação científica.

Parágrafo Único - Compete ao Corpo Editorial assessorar a CE na avaliação dos artigos submetidos.

Art. 7º - São atribuições da CE:

- indicar os membros do Corpo Editorial;
- indicar assessores *ad hoc*;
- definir a periodicidade da revista;
- elaborar e atualizar a política editorial, submetendo-a à Diretoria da ABENO para aprovação;
- normatizar os critérios de divulgação e seleção dos artigos;
- reunir periodicamente para deliberar sobre a aceitação dos artigos submetidos;
- responsabilizar-se pelo processo de seleção e edição dos artigos a serem publicados;
- deliberar sobre a publicação de artigos de interesse à comunidade;
- submeter à aprovação da Diretoria da ABENO a contratação de empresa para a execução das tarefas de edição;
- gerir e buscar em entidades de fomento e institucionais, recursos financeiros;
- elaborar relatórios anuais.

Art. 8º - São atribuições do Editor Científico:

- apresentar relatório das atividades da CE nas reuniões da Diretoria e na Assembléia Geral Ordinária da ABENO;
- representar a Revista da ABENO em qualquer foro pertinente;
- presidir e convocar as reuniões da CE;
- indicar e nomear membros da CE para exercerem tarefas específicas;
- selecionar e indicar pessoal administrativo;
- zelar pelo cumprimento deste regimento e demais normativas.

DAS MODIFICAÇÕES DESTE REGIMENTO

Art. 9º - Este regimento poderá ser modificado a qualquer momento por deliberação votada pela CE, e aprovada pela Diretoria da ABENO.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10º - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Diretoria da ABENO. ■

Normas para apresentação de originais

I. Originais - Os originais deverão ser redigidos em português ou inglês e digitados na fonte Arial tamanho 12 em folhas de papel tamanho A4, com espaço 1,5 e margem de 3 cm de cada um dos lados, perfazendo o total de no máximo 17 páginas, incluindo as ilustrações (gráficos, tabelas, fotografias etc.) ou no máximo 25.000 caracteres contando os espaços.

II. Ilustrações - As ilustrações (tabelas, quadros, gráficos, desenhos e fotos) deverão ser limitadas ao mínimo indispensável, apresentadas em folhas separadas (papel) e numeradas consecutivamente em algarismos arábicos. As fotografias deverão ser fornecidas em mídia digital em no mínimo 200 dpi. As respectivas legendas deverão ser concisas e localizadas abaixo e precedidas da numeração correspondente. Deverão ser indicados os locais no texto para inserção das imagens. Nas tabelas e quadros a legenda deverá ser colocada na parte superior.

III. Encaminhamento - Encaminhar para o endereço apresentado no item VI três vias do original de no máximo 17 páginas no total (incluindo ilustrações) e CD-ROM com dois arquivos, um arquivo com texto completo e outro arquivo contendo as ilustrações. Essa tarefa é facilitada pela documentação padronizada disponível no endereço: www.abeno.org.br (formulários para os autores).

IV. A estrutura do original

1. Cabeçalho: Quando os artigos forem em português, colocar título e subtítulo em português e inglês; quando os artigos forem em inglês, colocar título e subtítulo em inglês e português. O título deve ser breve e indicativo da exata finalidade do trabalho.

2. Autores: indicação em nota de rodapé de apenas um título universitário ou cargo que indique a sua autoridade em relação ao assunto.

3. Resumo: representa a condensação do conteúdo, expondo a metodologia, resultados e conclusões, não excedendo 250 palavras e em um único parágrafo. O resumo em inglês, deve, dentro do possível, acompanhar a apresentação do resumo em português. Deve ser centralizado e não há ne-

cessidade de colocar o título “Resumo”.

4. Descritores: Palavras ou expressões que identifiquem o conteúdo do artigo. Para sua determinação deverá ser consultada a lista de “Descritores em Ciências da Saúde - DeCS” (no máximo 5).

5. Texto: deverá seguir, dentro do possível, a seguinte estrutura:

a) Introdução: deve apresentar com clareza o objetivo do trabalho e sua relação com os outros trabalhos na mesma linha ou área. Extensas revisões de literatura devem ser evitadas e quando possível substituídas por referências aos trabalhos bibliográficos mais recentes, onde certos aspectos e revisões já tenham sido apresentados. Lembre-se que trabalhos e resumos de teses, devem sofrer modificações, de forma a se apresentarem adequadamente, não só na forma mas como um texto, alterado na nova formatação, número de páginas e outras exigências de uma revista, em relação ao número de tabelas, fotos etc;

b) Material e métodos: a descrição dos métodos usados deve ser suficientemente clara para possibilitar a perfeita compreensão e repetição do trabalho, não sendo extensa. Técnicas já publicadas, a menos que tenham sido modificadas, devem ser apenas citadas (obrigatoriamente);

c) Resultados: deverão ser apresentados com o mínimo possível de discussão ou interpretação pessoal, acompanhados de tabelas e/ou material ilustrativo adequado, quando necessário. Dados estatísticos devem ser submetidos a análises apropriadas;

d) Discussão: deve estar (ser) restrita ao significado dos dados obtidos, resultados alcançados, relação do conhecimento já existente, sendo evitadas hipóteses não fundamentadas nos resultados;

e) Conclusões: devem estar baseadas no próprio texto;

f) Referências bibliográficas;

g) Agradecimentos (quando houver).

6. Abstract: resumo do texto em inglês.

7. Descriptors: versão dos descritores para o

inglês.

8. Referências bibliográficas: serão baseadas na NBR 6023 da ABNT 1989, ordenadas alfabeticamente pelo sobrenome do autor e numeradas em ordem crescente. A ordem de citação no texto obedecerá a esta numeração. As abreviaturas dos títulos dos periódicos citados deverão estar de acordo com o “Index to Dental Literature - IDL”.

V. Endereço - e-mail, fone e fax de todos os au-

tores.

VI. Encaminhamento de originais:

1. Pelo site (em breve)

2. Pelo correio:

REVISTA DA ABENO - Associação Brasileira de Ensino Odontológico
Universidade Católica de Brasília
Curso de Odontologia
Nova Sede QS 07 Lote 01 - Bairro Águas Claras
CEP: 72030-170 - Brasília - DF. ■